



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTORIA

KELLY SILVA PRADO ANDRADE

**TROCADILHOS ÉTNICOS: A POLÍTICA
INDIGENISTA, SUAS RESISTÊNCIAS E
INTERPRETAÇÕES NO SUL DA BAHIA. -1926-
1938**

Salvador, Março de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTORIA

KELLY SILVA PRADO ANDRADE

**TROCADILHOS ÉTNICOS: A POLÍTICA INDIGENISTA, SUAS
RESISTÊNCIAS E INTERPRETAÇÕES NO SUL DA BAHIA. -
1926-1938**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal da Bahia/PPGH,
como parte dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Maria Hilda Baqueiro
Paraíso

Vitória da Conquista
Março de 2014

Comissão Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Maria Hilda Baqueiro Paraíso (Orientadora) UFBA

Prof. Dr. Antônio Fernando Guerreiro de Freitas

Prof.^a Dr.^a Teresinha Marcis

*“De todo o amor que eu tenho
Metade foi tu que me deu
Salvando minh'alma da vida
Sorrindo e fazendo o meu eu...”*

À Elzeny e Valmito.

AGRADECIMENTOS

Esta é a hora de revolver lembranças e delas retirar cada um dos gestos e atitudes dignos de gratidão, recebidos ao longo da jornada de construção desse trabalho.

Primeiramente, gostaria de expressar toda a minha gratidão para Maria Hilda Baqueiro Paraíso. Nesse caso, a gratidão vem juntamente com um ineficaz pedido de desculpas, por eu não ter sido a orientanda que eu gostaria de ser, pela minha timidez em excesso, pelas dificuldades todas que apareceram pelo caminho. Agradeço por ter me incentivado sempre, por ter acreditado naquilo que eu poderia fazer com uma documentação tão preciosa. Agradeço por ser esse modelo de ser humano e de profissional, que me ajudou a formar as balizas essenciais da professora e pesquisadora que eu serei, mas acima de tudo, sei que o ser humano que eu sou hoje deve muito ao seu exemplo. Abrir as asas e voar foi muito mais tranquilo, tendo sua companhia.

Agradeço de todo o meu coração aos professores Antônio Fernando Guerreiro de Freitas e Maria de Fátima Pires, que acolheram de forma única e inesquecível uma menina assustada, com muito medo dessa nova fase e das novas responsabilidades inerentes a ela. Vocês conseguiram me mostrar o quanto eu podia ir além. Meus sinceros agradecimentos por isso.

Agradeço aos professores Paulo Fábio Dantas Neto e Maria Victória Espiñeira Gonzalez, por me auxiliarem com a compreensão e utilização válida das Ciências Sociais dentro de uma pesquisa histórica. Obrigada pelas palavras de apoio, pelas discussões tão proveitosas e pela paciência com uma historiadora apaixonada pelas ciências sociais.

Aos meus colegas mestrandos, sobretudo àqueles ligados à linha de pesquisa “Sociedade, Relações de Poder e Região”. Obrigada pelos almoços semanais regados à discussão política, resenhas e da sensação de estar entre amigos. Meus sinceros agradecimentos. Em especial, à Ede Ricardo Santos, Lucas Santos Café, Cleiton Melo Jones, e Manoel Mota, pelas trocas de experiências, documentos e pelo incentivo. Muitas vezes, quando estamos bem próximos de desistir dos nossos sonhos, uma palavra de incentivo é o que basta para que reencontremos forças para prosseguir. Com vocês, aprendi que as palavras “academia” e “solidariedade” podem, sim, coexistir. À Manuel eu agradeço imensamente a calorosa acolhida no período que eu estive em Salvador. Obrigada por compreender todas as dificuldades daquele momento.

Agradeço ao Prof.º Dr. Philipe Murilo Carvalho, por ter generosamente compartilhado comigo verdadeiras preciosidades em documentos históricos sobre os indígenas do sul da Bahia. Meus sinceros agradecimentos.

Também agradeço as palavras de incentivo e a paciência Do Prof. Dr.

Evergton Salles e demais funcionários do Colegiado do PPGH. Não poderia esquecer a gentileza sem precedentes com que fui tratada pelos funcionários da Biblioteca da FFCH. Muito obrigada por serem tão prestativos e gentis.

É de suma importância acrescentar que dificilmente esse trabalho teria sido finalizado sem o financiamento material da minha pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES. Minha gratidão pelo apoio.

Agradeço aos novos amigos feitos dentro do templo ecumênico da Igreja Batista Nazareth, que me acolheram como membro de uma família durante a minha estadia em Salvador. Desses eu acredito que seja melhor não mencionar nomes, pela extensão da lista.

Agradeço em especial: à cidade de Salvador, com suas pessoas, seus cheiros, seus costumes, que acolheu tão prontamente uma paulista de coração nordestino, me ensinando a ver alegria e beleza além dos dissabores, motivo pelo qual passou a ser chamada de “minha Índia”, já que me auxiliou tanto a trilhar o caminho do crescimento espiritual e profissional.

No Rio de Janeiro, agradeço ao acolhimento especial recebido no Museu do Índio, sobretudo de Carlos Augusto da Rocha Freire e Francisco Luiz de Carvalho. A esse último meus agradecimentos se estendem até o período da minha graduação, quando me auxiliou pacientemente com o envio pelos correios de cópias dos microfilmes que eu necessitava.

Aqui em Conquista, agradeço ao Prof. Dr. Adilson Amorim de Sousa, meu orientador durante a Graduação. Que fique claro que se não houvesse o seu incentivo durante a graduação, eu não estaria, agora, aqui. Gratidão infinita. Também agradeço a Prof.^a Ms. Renata Ferreira de Oliveira, pelas conversas, trocas de impressões sobre os nossos objetos de estudo e sobre as nossas interações sobre a vida, na academia e fora dela. Muito obrigada.

Agradeço à minha família, minha irmã Maria Anísia, por todo o incentivo, por toda a paciência, pelo ouvido acolhedor nas nossas longas conversas por telefone ou pela internet.

Agradeço ao meu pai e a minha mãe pelo incentivo, por acreditarem no meu sonho, por me apoiarem mesmo sem concordar exatamente com alguns caminhos tomados, mas o que importa é que estamos aqui, agora, e esse é um momento de comemorar.

Agradeço a Fabiano Alves Santos, companheiro, amigo, que teve paciência infinita e soube entender os momentos difíceis, os afastamentos, a tristeza em muitos momentos, bem como a euforia obsessiva em outros. Com você eu pude aprender que é bem melhor serem dois do que um. Obrigada por estar aqui, dar vida à minha vida e segurar minha mão.

E por fim, vêm os agradecimentos mais profundos, ladeados com a culpa, com o sentimento de impotência e até de saudades. Pois é, quantas vezes eu senti saudades de estar com vocês, mesmo vocês estando ao meu lado, sentados no sofá, ou brincando no quarto?

Fábio Emanuel e João Pedro, a vocês eu agradeço pela paciência, pelo

entendimento, dolorido, é certo, de que essa era uma fase de afastamento que iria passar. Obrigada pelos silêncios que vocês fizeram, obrigada pelo cuidado quase religioso com os dados arquivados no computador, obrigada por não se entristecerem pela distância, ou pelo menos não demonstrarem tanto.

Eu peço desculpas pelas ausências, pelo meu silêncio, mas digo a vcs que valeu e vai valer a pena. Agora é hora de comemorarmos!

RESUMO

Esta dissertação discute o processo histórico de instalação do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, no Sul do Estado da Bahia, e suas implicações para a relação entre grupos indígenas, moradores da região e agentes do SPI no estado. Para tanto, faz uma análise dos relatórios de trabalhos encaminhados à diretoria do SPI, escritos pelos funcionários do SPI no estado desde o ano de 1911 até o ano de 1938, entre outros documentos escritos por moradores da localidade, jornalistas, entre outros. Destaca-se as constantes tentativas de extinção da área a ser reservada para utilização dos indígenas por parte dos grandes posseiros, agricultores e políticos da região. As contestações vinham através de abaixo-assinados, memoriais justificando a inutilidade da reserva, e até mesmo através de denúncias forjadas de ligações de indígenas e responsáveis pelo Posto com grupos comunistas. Por fim, a partir de um acordo entre governo do estado e governo federal, conseguiram a diminuição da área da reserva e a autorização para a contratação de arrendamentos dentro da área reservada. Procuramos demonstrar as especificidades e tensões das relações entre Estado, sociedade nacional e grupos indígenas, chamando a atenção para o papel do trânsito dos grupos indígenas por outras culturas e a absorção de elementos do outro, bem como a forma como os representantes da sociedade nacional viam essas absorções e como percebiam o significado de “ser indígena”.

Palavras-Chave: Índios – Política Indigenista - Nacionalidade

ABSTRACT

This paper discusses the historical process of the Indian Protection Service installation - SPI , in the southern state of Bahia , and its implications for the relationship between indigenous groups , local residents and the SPI agents in the state . To this end, an analysis of the reports of papers submitted to the board of SPI , SPI written by officials in the state since the year 1911 to the year 1938 , and other documents written by local residents , journalists , among others . Noteworthy is the constant attempts of extinction of the area to be reserved for the use of Indians by large landholders , farmers and politicians in the region . The protests came through petitions , memorials justifying the futility of charge , and even by denouncing forged links indigenous and responsible with communist groups. Finally , from an agreement between the state government and federal government , managed to decrease the area of the reserve and authorization for hiring leases within the reserved area . We demonstrate the characteristics and tensions in relations between state , society and national indigenous groups , calling attention to the role of transit in other cultures of indigenous groups and the absorption of the other elements , as well as how the representatives of the national society saw these absorptions and how they perceived the meaning of "being Indian ."

Keywords: Indians - Indian Politics - Nationality

SUMÁRIO

1	Bahia: Política, território e indigenismo.	21
1.1	Interação entre “brancos” e índios : a política nacional, o indigenismo e seus reflexos no Sul da Bahia.	21
1.1.1	O sul da Bahia, a expansão colonizadora e a interação interétnica	23
1.2	Análise nacional da estruturação do Serviço de Proteção aos Índios - SPI, em 1910.	32
1.2.1	Implantação do Posto Indígena Caramuru-Paraguassú	38
1.2.2	A atuação da “proteção fraternal” nos Postos Indígenas.	39
1.2.3	Trabalhos Iniciais do SPI no Sul da Bahia e a “proteção aos Índios”: Considerações e Possibilidades	57
2	Capítulo II- Consolidação do SPI: A luta pela posse da terra e o contato interétnico no Sul da Bahia. 1930 – 1938.	62
2.1	A luta pela posse da terra e o contato interétnico no Sul da Bahia. 1930 – 1938.	70
2.1.1	O estabelecimento definitivo do SPI no estado.	70
2.1.2	Bahia - Disputas políticas regionais e o golpe de 30	72
2.2	O memorial dos comerciantes e produtores de Itabuna: solicitação de extinção do Posto Indígena	79
2.2.1	A defesa do SPI elaborada por José Bezerra.	82
3	Capítulo 3- A revolução do Posto e a demarcação da área	92
3.1	A militância do PCB e os Povos Indígenas:	96
3.2	Marcellino e os militantes do PCB em Ilhéus	98
3.3	Relato de demarcação do Polígono Norte	106
3.3.1	Relato do levantamento do Polígono Norte.	107
3.3.2	Ação demarcatória.	115
3.4	Relato de demarcação do Polígono Sul	118
3.5	Política de arrendamentos.	127

4	Considerações Finais	132
5	Bibliografia	136
6	Fontes	140
6.1	Anexos	142
	6.1.1 Relato da demarcação do Polígono Norte: Colocação dos marcos.	145

TABELA DE ILUSTRAÇÕES

- [Figura 1 Jornal “O Intransigente, 28 de setembro de 1929](#) 142
- [Figura 2 Jornal de Itabuna, 30 de outubro de 1929](#) 143
- [Figura 3 Boletim distribuído nas adjacências da reserva, e publicado anonimamente no “Jornal de Itabuna. S/d.](#) 144
- [Figura 4 Planta do Polígono Norte anexadas ao Relatório de Castello Branco:- Parte 1](#)
[149](#)
- [Figura 5 1.1.1 Planta do Polígono Norte. Anexos do Relatório de demarcação de Moysés Castello Branco:- Parte 2](#) 150
- [Figura 6 Planta do Cálculo Gráfico da Área- Parte 1. Anexos dos Relatório de demarcação de Moysés Castello Branco](#) [151](#)
- [Figura 7 Planta do Cálculo Gráfico da Área- Parte 2](#) [152](#)
- [Figura 8 1.1.1 Frente de Contrato de Arrendamento \(Microfilme 154 fot. 1416-1417\)](#) 153
- [Figura 9 Verso de Contrato de Arrendamento \(Microfilme 154 fot. 1416-1417\)](#) 154

*Adeus povo,
adeus árvores
adeus campos
Aceitai minha despedida
Fico governando
essa zona de cá ,
por inteiro,
até a ponta dos trilhos
em Rio Branco
e o senhor por sua vez
governa do Rio Branco
até a pancada do mar
Espinheiros soltos no chão
Mistérios presos
no ar
Não desejei carregar
esse cajado infinito
(Anuncio a tua vinda
No silêncio dos cocões)
Já vou, meu primeiro trago
Longe da terra primeira
A nitidez se acentua
O nevoeiro se engole*

Minhas raízes caminham

*Herdeiros do fim do mundo
Queimai vossa história tão mal contada (...)*

(Profecia Final- Cordel do Fogo Encantado)

INTRODUÇÃO

Quando John Monteiro escreve sobre as novas abordagens historiográficas a respeito dos indígenas da América e, conseqüentemente do Brasil, nossa atenção é chamada para a ação indígena de diálogo, criatividade e ação frente ao contato com o colonizador. Esse processo de renovação de identidades, denominado por Monteiro de etnogênese, é obtido através do contato interétnico dentro do processo histórico, e trata também das estratégias culturais e políticas de atores nativos, buscando criar e renovar identidades duradouras num contexto mais abrangente de descontinuidades resignificações, adaptações e de mudanças radicais.

Essas novas abordagens vão de encontro a outras interpretações sobre a história indígena, sobretudo alguns estudos historiográficos do século passado que, obedecendo a determinadas correntes teóricas em voga na época, colocavam os povos indígenas em condições de desaparecimento ou de completa assimilação frente à sociedade nacional.

Essas correntes teóricas serviam como suporte para a política indigenista no país, resultando em deslocamento de populações, na imposição de sistemas de trabalho, na assimilação forçada, na reconfiguração étnica e até na violência forçada e no extermínio físico. .

Como resultado desses processos de tutela descritos acima, vemos a “incorporação dos indígenas” à sociedade nacional e as conseqüentes classificações desses indígenas como “incorporados”, “aculturados”, “civilizados”, “caboclos” e as conseqüentes argumentações pejorativas geradas a partir dessas modificações. Ou seja, diferentemente da idéia de “aculturação” dos povos indígenas, repetida ao longo dos anos por antropólogos e historiadores, nessa dissertação observamos essas modificações culturais não como “perda de identidade”, mas sim como a reelaboração da identidade de um grupo social.

De fato, ao avaliarmos que mesmo depois do surgimento de novas perspectivas de análise, alguns setores da sociedade ainda se utilizam de determinadas categorias de “classificação” indígena que os colocam entre dois opostos: aqueles considerados “caboclos”, ou seja, já plenamente incorporados à sociedade nacional, e aqueles considerados índios “puros”, remetendo-nos às dicotômicas categorias classificatórias iniciais elaboradas pelos não-indígenas.

Também vemos descrições como essa dentro de discussões antropológicas, onde podemos tomar como exemplo a classificação das áreas culturais indígenas existentes no país, elaborada por Eduardo Galvão, onde este define os indígenas do Nordeste como “em sua maior parte integrada no meio regional, registrando-se considerável mesclagem e perda dos elementos tradicionais, inclusive a língua”. O autor ainda agrega à sua descrição da etnia pataxó o adjetivo “mestiçados”, sem aspas.

Considerações como essas, que, de acordo com João Pacheco de Oliveira, definem uma condição de isolamento para vir a explicar os elementos definidores de um grupo étnico, não nos permitem observar as estratégias de luta atualizadas pelos indígenas e seu papel de agente social dentro do contato interétnico. Ou seja, elementos de uma cultura exterior, muitas vezes são relacionados com uma mistura cultural considerados erroneamente como pejorativos, contrariando a idéia proposta por Fredrick Barth de que grupos que se apropriam de novos elementos culturais e reelaboram sua individualidade diante de outras com que estavam em um processo de interação social têm legitimados seus direitos e suas identidades peculiares.

Ainda sobre esses novos elementos culturais, concordamos com Manuela Carneiro da Cunha, quando diz que:

Os signos étnicos podem ser elaborados com todas as regras da arte tradicional e, no entanto, terem um significado externo à cultura em que se originaram: não por serem falsos mas por serem comandados por um sistema que extrapola a cultura tradicional. São, de certa forma, como trocadilhos, que participam de mais de um código semântico.

Buscamos a identificação desses signos étnicos, tanto sobre seu uso pelos grupos indígenas, dentro de suas vivências diárias e de suas lutas, quanto sobre a ótica das políticas indigenistas e dos não-índios, que entenderam essas transformações culturais como um resultado do esforço pela “incorporação” dos índios à sociedade

nacional. São essas interpretações distintas para o mesmo fenômeno, descritos por Cunha, que se configuram como os trocadilhos étnicos que nomeiam este projeto, e que constituem o nosso objeto central de análise.

Entendemos ser de extrema relevância a observação dessas signos enquanto modificações culturais vividas pelos indígenas, a partir do debate proposto por Roberto de Oliveira Cardoso, onde o autor questiona o caráter pejorativo relacionado com os indígenas considerados como “misturados”, demonstrando que a formação antropológica de um grupo social independe de seu isolamento cultural.

Desse modo, entendemos a importância de um estudo sobre a ação do Serviço de Proteção aos Índios – SPI -, órgão governamental criado em 1910 que tinha como propósito a “proteção” aos povos indígenas, a fim de evitar seu completo extermínio. Essa política indigenista é agregada aos projetos do Estado Novo, passando a ser parte de um projeto de construção de um Brasil integrado política e socialmente e mais unificado. Para isso, Getúlio Vargas retoma o valor simbólico dos povos indígenas, utilizado anteriormente durante o Império, passando a utilizar esses valores como exemplos das verdadeiras raízes da brasilidade. Com isso também buscava a revalorização da imagem indígena e de sua contribuição para a formação do “tipo ideal brasileiro”, e buscando a integração tão completa quanto possível da figura indígena à nação e a consequente utilização cada vez mais ostensiva de territórios ainda inexplorados.

Entretanto, nosso foco estará na análise das proposições político-administrativas formuladas por essa agência indigenista, sua ligação com o projeto político-social do Estado Novo e em sua implementação nos Postos Indígenas Caramurú- Paraguassú, que eram pontos de ação do SPI instalados na região sul do Estado da Bahia.

Esses postos do SPI, localizados entre as cidades de Itajú da Colônia, Pau Brasil e Camacã, possuem grande número de documentos, resgatados por Maria Hilda Baqueiro Paraíso em 1976, que hoje estão arquivados no Museu do Índio no Rio de Janeiro, sendo que grande parte está disponibilizada em um banco de dados, na internet.

Entretanto, ainda consideramos ínfima a produção histórica a respeito desse órgão e sua atuação no sul da Bahia, salvo algumas preciosas exceções, como o Relatório sobre a história da Reserva dos Postos Indígena Caramuru e Catarina

Paraguassu, escrito por Maria Hilda Baqueiro Paraíso, onde é feita uma reconstrução histórico-administrativa dos Postos Indígenas e do avanço das atividades agro-pastoris dentro da área de reserva indígena.

como também o livro “*Povos Indígenas do Sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru – Paraguaçu (1910-1967)*”, onde encontramos as referências dos documentos que foram utilizados para a elaboração desse projeto, facilitando a posterior busca pelos mesmos no site do Museu do Índio, bem como artigos com análises sobre as principais temáticas do documento.

Mesmo não tendo a temática indígena como central, nos trouxe valiosas contribuições a dissertação de mestrado de Marcelo da Silva Lins, “*Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista no sul da Bahia*”, retratando o contexto histórico que envolveu a Rebelião do Posto e a atuação de Marcellino Alves Santos como importante liderança indígena.

E por fim, foi de fundamental importância para a construção historiográfica a respeito da ocupação de terras indígenas do Sul da Bahia o trabalho de conclusão do curso de História de Zélia Neto da Silva, “*Ocupação de Terras Indígenas no Sul da Bahia com a Expansão da Lavoura Cacaueira: Conflitos entre índios, fazendeiros e posseiros - 1926-1937*”, gentilmente cedido pela Professora Maria Hilda Baqueiro Paraíso.

Acreditamos que ainda não havia ocorrido a utilização desses documentos como fontes para uma pesquisa mais abrangente em relação ao histórico do SPI e sua atuação dentro do estado.

Por isso, acreditamos na importância do trabalho realizado nesta dissertação, a partir da análise das orientações do SPI voltadas para a modificação de hábitos culturais dos indígenas abrigados nas áreas de reservas, visando sua sedentarização e a posterior “integração” dos indígenas aos moldes nacionais.

Entendemos a importância deste trabalho para a história das populações indígenas do estado da Bahia pela contribuição que ele traz a respeito da instalação do SPI no estado, pela análise sobre o processo de demarcação da área de reserva destinada aos índios, evidenciando o comprometimento do governo estadual e federal com a criação da reserva, e sobretudo, salientando o antigo conflito pela posse de terras existente na região até os dias atuais, com graves consequências constantemente noticiadas pela mídia local e nacional.

Buscamos aprimorar a percepção a respeito das interpretações e reelaborações culturais dos grupos indígenas evidentes na documentação, especialmente pelas modificações culturais observadas, já que de acordo com Edward Palmer Thompson, há uma infinidade de contextos e situações em que os grupos sociais, ao se confrontarem com as necessidades de sua existência, elaboram novos valores e criam sua cultura própria..

Para tanto, iniciamos este trabalho com um capítulo descrevendo as primeiras relações de contato entre brancos e indígenas, bem como as disputas por mão de obra e território. Em seguida, descrevemos essas relações e suas origens dentro da região sul do estado da Bahia, chamando a atenção para a relação da ocupação das terras a partir do cultivo ostensivo do cacau.

No segundo capítulo, analisamos a consolidação do SPI no estado, e o aumento dos conflitos fundiários envolvendo a área. Este é o momento da assinatura do Memorial dos Agricultores e Comerciantes de Itabuna e região, que solicitavam a diminuição da área de reserva ou a sua completa extinção. Essa manobra política coincidiu com a Revolução de 1930, levando Getúlio Vargas ao poder.

No terceiro capítulo analisamos dois eventos importantes dentro da história dos Postos Indígenas: a chamada “Revolução do Posto” e a demarcação da área a ser reservada para o assentamento dos grupos indígenas da região.

Finalizamos esse terceiro capítulo com uma análise sobre o resultado da medição da reserva: a política de arrendamentos, que foi considerada inicialmente como medida paliativa visando a diminuição dos conflitos e violências entre indígenas e nacionais existentes na área do Posto.

Entretanto, demonstramos que com o passar do tempo, essa solução temporária acabou por ser a forma dominante de utilização da área de reserva, levando grande parte dos indígenas ao abandono de suas terras, por conta da violência dos posseiros.

Kykyó o'ar yby pyterype, ybytyra amongoty
(*Kikiô nasceu no centro, entre monhanhas e o mar*)

Kykyó osepiak opá poranga, abá-etá anhõ iké
(*Kikiô viu tudo lindo, todo índio por aqui*)

Abá Ameriká ota'ymonhang, Tupi Guarani
(*Índia América deu filhos, foi Tupi foi Guarani*)

Kykyó omanõ-oryb yby me'enga i xupé
(*Kikiô morreu feliz, deixando a terra para os dois*)

Guarani osó ybaté
(*Guarani foi pro sul*)

Tupi yby-pe
(*Tupi pro norte*)

E'i eremba'e i anama o rekoaba pupé
(*E formaram suas tribos, cada um em seu lugar*)

O-io-obaiti iepé Ameriká y rupi
(*Veza em quando se encontravam pelos rios da América*)

O maramonhang karaíba supé tapy'yia rara
(*E lutavam juntos contra o branco em busca de servidão*)

Tasy-etá oiporará ybypytera pupé
(*E sofreram tantas dores acudados no sertão*)

Tupi oiké Amazonas-pé
(*Tupi entrou no Amazonas*)

Guarani osenõi bé
(*Guarani ainda chama...*)

Kykyó, ó
(*Kikyo, ohooo...*)

(*Kykyó – Geraldo Spíndola. Tradução para o gurani: Eduardo Navarro*)

- **Bahia: Política, território e indigenismo.**

Neste capítulo, analisaremos a política indigenista do SPI a partir das primeiras deliberações oficiais sobre sua instalação e sua relação com a sociedade local, seus anseios econômicos, bem como o ideário simbólico da instituição sobre os povos indígenas na região sul da Bahia.

Entendemos que essa análise do papel da política indigenista dentro da configuração social, econômica e política da sociedade brasileira e do sul da Bahia se faz necessária por que o trato do Estado em relação aos indígenas apresentava respostas diretas e nem sempre aceitáveis para as demandas, sobretudo territoriais e econômicas, da sociedade vigente, em detrimento dos povos indígenas.

O Serviço de Proteção aos Índios baseava suas práticas na legislação que anteriormente já havia limitado o acesso à terra aos menos favorecidos economicamente, como a Lei de Terras de 1850 e que passou a impor aos povos indígenas diversos limites à manutenção de seus territórios.

Desde o início dos contatos, segundo Paraíso, o que podemos ver como objetivo da política indigenista é a eliminação das sociedades indígenas como entidades com formas alternativas de organização e como focos de resistência ao domínio efetivo da sociedade nacional de base europeia.

Observamos também que essas respostas governamentais consistiam em técnicas de atração e catequização que se perpetuaram como modelos já testados no trato com os indígenas, sendo seguidos e parcamente aprimorados até mesmo pelos chamados “humanistas” ligados ao SPI.

- Interação entre “brancos” e índios : a política nacional, o indigenismo e seus reflexos no Sul da Bahia.

Ao analisarmos os mecanismos de expansão da sociedade nacional frente ao território indígena do Sul da Bahia, compreendemos o papel atribuído aos povos indígenas, bem como podemos analisar as justificativas dessa ocupação, utilizadas

pelos nacionais, como podemos observar na descrição feita por Paraíso:

Sempre usaram a mesma tática de legalizarem a posse das terras ocupadas. Sempre usaram a mesma tática de alegarem mal uso da terra doada pelo Estado (arrendamentos) e a falta de índios que seriam necessários para justificar a existência do PI. Em apoio de tal afirmativa, baseavam-se no critério- não admitido pelo Estatuto do Índio, nem cientificamente válido – de “pureza da raça” para identificação dos índios, alijando, portanto, nestes momentos, a grande massa de remanescentes mestiçados, que são, no entanto, etnicamente reconhecidos como Índios no momento de serem preteridos na obtenção de benefícios concretos ou de se explicar suas atitudes de revolta.

A implantação dos Postos Indígenas Caramuru e Paraguassú na região sul do Estado da Bahia tem raízes na existência de diversos grupos indígenas e em suas diferentes formas de ocupação do território, sendo que uma das primeiras documentações referentes aos Postos Indígenas aqui pesquisados é datada de dezembro de 1910 e trata das primeiras providências que foram tomadas para a instalação da inspetoria. (INSTRUÇÕES, 1910)

Esse território onde são fixados os limites dos Postos Indígenas já é conhecido como de utilização e permanência indígena, remontando ao período de descobertas dos pontos de mineração, entre o fim do século XVII e início do XVIII. Essas descobertas de pontos de mineração e a consequente tributação devida à coroa portuguesa já representavam uma parte expressiva da economia lusitana, gerando a necessidade de isolamento da área de mineração, para evitar possíveis sonegações de impostos e contrabando.

Para isso, forma-se uma legislação relativa ao acesso às minas, que passa a delimitar uma área geográfica de circulação restrita denominada por Paraíso de Zona Tampão, e que é compreendido entre o rio Doce, ao norte de Minas Gerais, indo até o rio Pardo, na Bahia, e que permaneceu interdita por aproximadamente cem anos, constituindo-se, ao mesmo tempo, em barreira ao acesso às zonas de mineração e refúgio de vários grupos indígenas, que serviam como mais um elemento isolador da área.

Essas medidas de proteção das minas faziam parte de um conjunto de medidas político-administrativas adotadas pela Coroa portuguesa, que acabam por ruir em favorecimento das novas frentes de expansão econômicas e consequentemente em detrimento das populações indígenas que ali habitavam. Dentro desse insulamento

territorial encontram-se os espaços geográficos a serem estudados neste projeto, que compreendem o perímetro territorial destinado aos trabalhos do Serviço de Proteção aos Índios, bem como para a criação de uma reserva florestal.

- **O sul da Bahia e a interação interétnica**

De acordo com Mary Ann Mahony, a cultura do cacau na região Sul da Bahia atraiu índios aldeados, colonos europeus, migrantes de outras áreas do Nordeste, escravos libertos africanos e alguns grandes proprietários ali residentes no século XIX. Segundo a autora:

Diversos grupos de pessoas participaram nos negócios de plantação e comercialização do cacau. O grande atrativo da lavoura cacauzeira residia no fato de não se precisar de muito capital nem de braços para cultivá-la, especialmente quando comparada com as lavouras de cana e fumo, os dois grandes produtos de exportação da Bahia na época. Era, portanto, uma cultura aberta a todo mundo, desde os mais pobres até os senhores de engenho com seu capital já empregado em engenhos, escravos e plantações de cana.

Por sua vez, o novo grupo, que representava os novos fazendeiros bem sucedidos, apesar de sua origem humilde, imigrantes nordestinos ou colonos europeus, uniram-se de forma a enfrentar as dificuldades que sofriam para serem aceitos pela elite regional mais tradicional. Esses acabaram por se render ao discurso de defensor dos pequenos proprietários utilizado por Antônio Pessoa. Entretanto, Marcelo Lins assevera que “na verdade, em ambos os grupos políticos havia fazendeiros descendentes de famílias escravocratas, apesar de que em menor quantidade entre os *pessoístas* que no grupo rival, e que tinham praticado a expropriação de pequenos lavradores para aumentar suas propriedades.”

De acordo com Israel Pinheiro, com o advento da República a oligarquia baiana posiciona-se ao lado da monarquia contra os movimentos republicanos, entretanto, um dia depois de ser proclamada a República, o presidente da província Almeida Couto e todas as tendências políticas decidiram apoiar a monarquia. Entretanto, um dia depois dessa decisão, esta mesma oligarquia passou a apoiar o novo regime, por ver que já era irreversível a nova ordem. Sobre o apoio dado à

monarquia pelas elites, Pinheiro afirma que:

A Câmara de vereadores de Salvador, entretanto, foi mais explícita no apoio à monarquia. A integração da Bahia no contexto nacional naquele momento supunha um projeto político para as elites baianas que estas não tinham. Faltava-lhes substrato social e econômico para tanto. A disputa do poder como um meio de ter privilégios sociais frente aos demais de sua própria classe, se esgotava aqui mesmo na província. Não transcendia o locus operandi dela mesmo. Não se integrava ao seu sentido nacional, republicano, antes de tudo. Aliás, era muito grande a distância entre nossa ação política e o significado republicano que ela poderia ter. Mais bem, dizia respeito ao pré-republicanismo de outras sociedades. A Bahia não havia se modernizado o suficiente para integrar-se a este novo estatuto de um Brasil abolicionista e republicano. Isso faz com que o federalismo republicano em vez de integrar a Bahia ao contexto nacional em razão da relativa autonomia regional, a isola mais ainda pelo fechado esquema ofensivo-defensivo para a conquista do poder.

Já na década de 1910, o coronel Antônio Pessoa, representante do novo grupo elitista foi elevado ao cargo de intendente e inaugurou o grupo político chamado *pessoista*, sem ligações com a aristocracia baiana, nem com o grupo *adamista*, que eram os antigos detentores do poder na região. Entretanto, os poderes locais ainda influíam em inúmeros setores da sociedade civil, gerando uma política de favorecimentos entre os chefes políticos e os que se subordinavam a eles.

Dentre as atividades econômicas que se destacavam na região, o comércio se desenvolveu juntamente com a atividade agrícola nas primeiras décadas do século XX, sobretudo as casas de exportação do cacau. Também havia o comércio de produtos básicos e de bens como de artigos de luxo. Esses comerciantes também atuavam como financiadores de crédito, sobretudo a pequenos agricultores e, caso houvesse impossibilidade de quitação dos pagamentos, exigiam suas terras, passando a ser, concomitantemente, comerciantes e fazendeiros.

Uma das formas de disputa por poder regional nesse período era o controle dos votos nas regiões, o que possibilitava a indicação a cargos públicos. Também faziam parte das manobras para manutenção do poder a obtenção das patentes da Guarda Nacional, vendidas a fazendeiros. De acordo com Marcelo Lins “na Bahia houve um aumento considerável do número de coronéis quando o governo estadual, chefiado pelo governador J.J. Seabra (1912-1916) obteve o direito de explorar a venda de tais patentes.” A posse dessas patentes dava a quem as possuísse o direito de constituir uma guarda armada particular, comumente conhecida por jagunços, “essenciais para os coronéis tirarem proveito nos conflitos pela terra”. Ainda de acordo com Lins,

uma das características específicas do coronelismo local:

é que não tinha apenas um mandatário que concentrava todo poder, e por isso a região era palco de acirrados embates político-eleitorais, e essa proliferação de coronéis teria acontecido em razão da especificidade de seu processo de formação histórica com a consolidação de uma classe dominante, forjada com base na violência e na instrumentalização do poder político para a defesa de seus interesses .

Dessa forma, as disputas políticas pelo poder aconteciam entre os próprios membros do grupo elitista, não sendo estranho que essas violentas disputas também ultrapassassem as barreiras sociais, resvalando-se na disputa por terras também contra pequenos proprietários, posseiros e grupos indígenas.

André Luiz Rosa Ribeiro destaca que, “os conservadores eram acusados de construir seu poder em função do trabalho escravo e das benesses do governo, confundindo os bens públicos e privados, mantendo dessa forma o município em um profundo atraso material”. Já os liberais, chefiados por Castro e Pessoa, “eram taxados de forasteiros, aventureiros sem tradição na região, que tinham como único desejo controlar o poder municipal em benefício próprio.”

Nos anos vinte, o país vivenciava um período de transição e crises que se agudizaram dentro do movimento de 1930. Economicamente, foi um período de altos e baixos, já que a baixa dos preços do café trouxe a alta da inflação e uma crise fiscal sem precedentes. Entretanto, ao mesmo tempo, também foi um período marcado por expansão da produção cafeeira e de atividades correlatas

Esse período de relativa estabilidade econômica durou até a crise de 1929. Durante esse período ocorreram a diversificação da agricultura, um maior desenvolvimento das atividades industriais, a expansão de empresas já existentes e o surgimento de estabelecimentos ligados a indústria de base. Ao mesmo tempo, ocorria o crescimento das camadas médias, das classes trabalhadoras, bem como uma diversificação nos interesses das elites econômicas.

Esse conjunto de transformações funcionaria como elementos de estímulo a alterações no quadro político vigente colocando em questionamento as bases do sistema oligárquico da Primeira República. De acordo com Marieta de Moraes Ferreira e Surama Costa Pinto:

pode-se dizer que a Reação Republicana não foi resultado direto das divergências em torno da terceira política de valorização do café, nem da disputa pela vice-presidência da República, nem da insatisfação das camadas urbanas cariocas. A Reação Republicana resultou da insatisfação das oligarquias de segunda grandeza ante a dominação de Minas-São Paulo. A resistência dos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e do Distrito Federal não era um fenômeno novo, pois em várias ocasiões pode-se detectar uma busca de articulação entre essas oligarquias estaduais com o objetivo de aumentar seu poder de negociação frente aos estados dominantes.

Dessa forma, sendo uma reação das elites de segunda grandeza em busca de maior poder de barganha com as elites dos estados mais poderosos, contou com a ação do movimento tenentista que mesmo depois da tentativa fracassada de revolta em 1922, empolgou amplos setores da sociedade da época, desde segmentos oligárquicos dissidentes aos setores urbanos, como as camadas médias e a classe operária das cidades.

A efervescência social continuou, e em 1925 eclodia a Coluna Prestes, que percorre cerca de 25 mil quilômetros, atravessando 13 estados, com 1500 homens, propagando a revolução e o levante da população contra as oligarquias. Com o desmantelamento da Coluna Prestes, eliminou-se o último foco de contestação do regime. Entretanto, mesmo com aparências de tranquilidade, logo após a eleição de Washington Luís, em 1925, a estabilidade do pacto oligárquico se mostrou deteriorada mais uma vez, resultando em uma nova cisão entre os segmentos oligárquicos e, conseqüentemente, na revolução de 30.

Ainda em 1929, com o início do novo processo de sucessão presidencial, o pacto entre Minas Gerais e São Paulo não foi cumprido, já que Washington Luís lança Júlio Prestes, paulista, a candidato como seu sucessor, ou invés de lançar um candidato mineiro como era esperado.

Aproveitando-se da instabilidade do momento, Getúlio Vargas, governador do Rio Grande do Sul, é lançado candidato com o apoio mineiro sendo seu vice o governador da Paraíba, João Pessoa. A partir dessa aliança, lançaram a proposta política da Aliança Liberal. No caráter heterogêneo na formação da Aliança Liberal ficavam visíveis as divisões internas das oligarquias estaduais.

A Aliança Liberal tinha como bandeiras a regeneração política, reforma eleitoral, defesa do voto secreto, moralização política e defesa das liberdades individuais. Também propunham a anistia para os revoltosos dos anos vinte e medidas

de proteção ao trabalho como a aplicação da lei de férias e a regulamentação do trabalho de menores e o da mulher.

Outro fator que acirrou os ânimos foi a crise econômica mundial após a quebra da bolsa de Nova York que resultou na falência de centenas de fábricas e no alto índice de desemprego em todo o país. De acordo com Ferreira, “a crise atingiu também as atividades agrícolas, especialmente a cafeicultura paulista, produzindo uma violenta queda dos preços do café e liquidando o programa de estabilização do governo que vinha sendo implementado

Mesmo nessa conjuntura desequilibrada, em março de 1930 as eleições se realizaram, e Júlio Prestes foi vitorioso. Entretanto, alguns setores da Aliança Liberal, não conformados com a derrota, buscaram uma aproximação com lideranças do movimento tenentista. Com o assassinato de João Pessoa em 26 de julho de 1930, em Recife, ele foi transformado em mártir do movimento e nos meses seguintes, a conspiração cresceu com a adesão de importantes quadros do Exército, e finalmente estourou em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, no dia 3 de outubro de 1930.

Em seguida, se alastrou para vários estados do Nordeste e em todos esses locais, após algumas resistências, a situação pendeu para os revolucionários. A chegada de Vargas ao poder deu início a uma nova fase da história política brasileira, ao deslocar as tradicionais oligarquias do epicentro do poder.

- Análise nacional da estruturação do Serviço de Proteção aos Índios - SPI, em 1910.

Iniciamos nossa análise histórica a partir da afirmação de Darcy Ribeiro, que nos conta que nos vinte primeiros anos de república há um silêncio na política indigenista governamental, e em contrapartida são implementados diversos avanços na infraestrutura, tais como ferrovias, navegação, linhas telegráficas, gerando aumento de áreas de conflito com indígenas, ficando algumas dessas obras interditadas pelos episódios de violência entre índios e nacionais. .

As notícias dos enfrentamentos entre grupos indígenas e nacionais em diversos pontos do país se espalhavam pelas capitais, gerando comoção da sociedade urbana em contraponto às populações das zonas de fronteira, que exigiam medidas de

segurança para o término das obras de infraestrutura e para a “integridade” dos sertanejos e colonos estrangeiros residentes nas áreas de conflito. Os estrangeiros localizados no sul do Brasil contratavam bugreiros para o extermínio dos índios, prática que era defendida com base em argumentos teóricos pelos mais radicais.

Entretanto, ainda de acordo com Ribeiro, o simples extermínio como forma de resolução da questão indígena não era aceito pela sociedade citadina, “abrindo-se um abismo entre a mentalidade das cidades e a dos sertões”, pois nas populações urbanas perdurava a visão romântica do indígena estereotipada característica dos tupis habitantes do litoral: o “bom selvagem”, imagem amplamente divulgada pela literatura romântica. Era o retrato da inocência e da honestidade difundida por Rousseau, o homem puro, não corrompido pelo meio, sobretudo o nativo apoiador do projeto de colonização.

Já os “sertões”, segundo Ribeiro, viam os grupos indígenas como selvagens, ferozes, violentos e que possuíam a terra virgem; o inimigo que precisava repetidas vezes ser imaginado inumano para justificar as violências praticadas visando sua retirada do território desejado.

Essa avaliação de Ribeiro remete-nos a John Manuel Monteiro, quando este afirma que um padrão bipolar binômio Tapuia/Tupi bravo/manso, bárbaro/policiado ou selvagem/civilizado, foram fatores condicionantes das maneiras de perceber e interpretar o passado indígena

Esse padrão dual proporcionou um impacto profundo, principalmente sobre a formulação de políticas que afetaram diretamente diferentes populações indígenas de forma continuada dentro da história do indigenismo, como veremos claramente durante o decorrer deste capítulo.

Francisco Candido Mariano Rondon é um dos responsáveis por relatos de conflitos e de diversas violências advindos de sua experiência nas implantações de linhas telegráficas por áreas longínquas onde teve oportunidade de estabelecer contatos com indígenas de diversas etnias. Seus relatos trouxeram a questão indígena como assunto em voga, despertando o interesse das classes altas.

No início do período republicano, ocorreram debates intelectuais entre três tendências relacionadas ao trato com os indígenas:

a) a tendência religiosa, que expressava os interesses econômicos das classes mais conservadoras da sociedade e politicamente identificadas com a monarquia;

b) a tendência secular que refletia o sentimento dos profissionais liberais componentes da classe média urbana, formados por uma educação baseada nos princípios da democracia burguesa;

c) a tendência mais radical, ligada ideologicamente à classe que estava na vanguarda da expansão econômica, e, por isso, propunha as medidas mais imediatas e incisivas: o extermínio ou o cativo dos povos indígenas.

Dessa forma, o pronunciamento que mais repercutiu foi do de Hermann von Ihering (alemão solidário aos colonos seus compatriotas), defendendo ou justificando o extermínio dos índios hostis, causando a mais violenta revolta em todos os círculos. Esse posicionamento de Ihering nos dá uma noção importante das teorias raciais e antropológicas do período, já que este era adepto do evolucionismo haeckeliano da competição-vital: diante de uma população mais bem dotada, os fracos devem ceder lugar.

A partir dessas discussões, surgiram associações em defesa dos indígenas que, ao pensarem o tipo de proteção a lhes ser dada, dividiram-se entre a laicização da assistência ou a assistência em bases religiosas a partir da catequese católica, sobrepondo-se, por fim, a assistência de cunho secular.

Além destes componentes relacionados às discussões públicas sobre o “problema” indígena, Antônio Carlos de Souza Lima demonstra a influência de elementos como a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

como modo de institucionalização de demandas anteriormente expressas pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), aparelho de poder privado, constituído em 1897 no Rio de Janeiro, responsável pela sistematização de interesses de distintos segmentos agrários no Brasil.

Segundo Lima, a partir da constatação de uma *crise* da agricultura pós-abolição, esse movimento propõe a “implementação de certas metas que objetivavam a *regeneração agrícola* do Brasil respondendo aos anseios do patronato rural da época interessado em criar um ministério voltado para a diversificação produtiva, o associativismo rural, o ensino técnico agrícola e a mecanização da produção rural.

Um dos grandes objetivos desse movimento patronal também era a fixação da mão de obra no campo através da proliferação induzida da pequena propriedade, buscando também a legitimação da propriedade privada pela população em geral. .

Nesse sentido, Lima descreve a criação do SPI:

em 1910 como Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/TN), parte constituinte do [já citado] Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) além da proteção aos índios, abrangendo as tarefas de fixação no campo de mão de obra rural não estrangeira- notadamente a que se supunha era descendente da escravidão- por meio de controle do acesso à propriedade e treinamento técnico da força de trabalho.

Lima nos coloca que, sobre os atos normativos que deram origem ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), “um dos serviços previstos desde o decreto nº 1606/1906, em data muito anterior ao citado “debate”, isto é, o de *catequese e civilização de índios.*”

Os responsáveis pelo órgão tinham como bases ideológicas o evolucionismo humanista, difundido no Brasil desde as décadas finais do Segundo Império, sobretudo nas instituições de ensino militares. Os conceitos elaborados por Auguste Comte pregavam que “incorporado à vida coletiva, o indivíduo se tornaria um indivíduo coletivo, cuja existência realizaria o atributo humano de contínua evolução da inteligência e da sociabilidade, e seria acompanhada da correspondente retração de sua animalidade.”

A ideia central a respeito da evolução humana, e suas nuances para cada grupo humano podem ser observadas nas palavras do próprio filósofo:

podendo prolongar-se unicamente por meio da espécie, o indivíduo será assim impulsionado a nela se incorporar o mais completamente possível, ligando-se profundamente a toda sua existência coletiva, não apenas atual, mas também passada, e, antes de tudo futura, de maneira a que, obter toda a intensidade de vida que comporta, em cada caso, o conjunto das leis reais.

Os positivistas acreditavam ser fundamental que grupos “inferiores” entendessem que o destino inevitável de todos era a mesma “evolução” já conhecida pelos grupos superiores, quando ambos os segmentos sociais passariam a progredir continuamente, em um movimento crescente quando os mais nobres valores humanos, bem como suas grandes habilidades, a inteligência e a sociabilidade prevaleceriam em detrimento da animalidade . Vale destacar que em nenhum momento questiona-se a posição de superioridade da “evolução” já vivida pelos povos europeus, eleita sem

questionamentos como o grande modelo a ser seguido por todos os outros grupos sociais.

Sendo assim, os positivistas comteanos envolvidos com a fundação do SPI acreditavam que o indígena, caso contasse com proteção e assistência, “evoluiria” espontaneamente. Isso pode ser observado no texto do SPI apresentado no IX Congresso Brasileiro de Geografia, ocorrido em 29 de julho de 1940 : “Não queremos que o índio permaneça índio. Nosso trabalho tem por destino sua incorporação à nacionalidade brasileira, tão íntima e completa quanto possível.”

Na fala de Vicente de Paulo Vasconcelos, diretor do SPI em 1939, essa posição de afirmação da transitoriedade indígena fica ainda mais evidenciada:

É claro que os índios, assim como o negro, terão que desaparecer um dia entre nós, onde não formam quistos raciais dissolvidos na massa branca cujo afluxo é contínuo e esmagador; mas do que se trata é de impedir o desaparecimento anormal dos índios pela morte, de modo o que a sociedade brasileira, além da obrigação que tem de cuidar deles, possa receber em seu seio a preciosa e integral contribuição do sangue indígena de que carece para a constituição do tipo racial, tão apropriado ao meio, que aqui surgiu.

Este posicionamento mostra a afinidade dos dirigentes do SPI com o que podemos definir inicialmente como a concepção do Estado acerca da transitoriedade dos indígenas frente à sociedade nacional. Não se admite o fato de se “ser índio”, mas sim de se “estar índio”.

Essa postura fica evidenciada na atuação dos primeiros quadros do SPI. Seu primeiro diretor, Francisco Candido da Silva Rondon, colocava como condição para aceitar o cargo a aprovação pelo governo de princípios positivistas norteadores da ação prática frente aos indígenas, baseados nos “Projetos para o Brasil”, de José Bonifácio de Andrada e Silva, que sugeriam, entre outras práticas: justiça, brandura, comércio com os indígenas, dádivas e admoestações, matrimônios entre índios e brancos e mulatos.

A partir desses princípios, o Serviço de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais é instituído pelo Decreto nº 8072 de 20 de julho de 1910 e inaugurado em 7 de setembro do mesmo ano. Previa uma organização que, a partir da instalação de núcleos de atração dos índios hostis e arredios, passasse a povoações para índios “já a caminho de hábitos mais sedentários” e daí, a centros agrícolas onde, “já afeitos ao

trabalho nos moldes rurais brasileiros”, receberiam uma porção de terra para se instalarem, juntamente com sertanejos.

Cabia então ao SPI o amparo aos indígenas e conjuntamente à ocupação e exploração de novas áreas. Ribeiro, com relação a essa nova abordagem e nova legislação, nos coloca que

Pela primeira vez era estatuído como princípio de lei o respeito às tribos indígenas como povos que tinham o direito de ser eles próprios, de professar suas crenças, de viver do modo que aprenderam de seus antepassados e que só lentamente podiam mudar.

Outras modificações importantes na abordagem acerca dos indígenas eram a proteção do índio em seu próprio território, abolindo a transferência dos indígenas de seu habitat natural e sua inserção forçada em localidades já habitadas por nacionais. Também previam um maior controle para evitar epidemias, a introdução de técnicas agrícolas modernas e a proibição do desmembramento da família indígena, propondo que as ações fossem voltadas para a comunidade indígena como um todo, garantindo a posse, ainda segundo Darcy Ribeiro “de caráter coletivo e inalienável das terras que ocupam.”

Havia, nesses princípios de ação do SPI, instituídos como lei, uma interessante prática: permitiam ao indígena as suas práticas culturais para que dessa forma as modificações “evolutivas” tão desejadas pudessem acontecer *lentamente*. Quando nos voltamos para as antigas práticas indigenistas implantadas por colonos e religiosos, identificamos uma interessante semelhança nos objetivos dessas práticas com as do SPI. Mesmo com a abordagem diferenciada, não se perdeu o interesse em fazê-los trabalhadores adaptados às práticas agrícolas nacionais, produtivos, menos onerosos e mais rentáveis ao Estado brasileiro.

Por fim, busca-se simbolicamente que a figura do indígena passe a fazer parte do todo homogêneo da chamada sociedade nacional, contribuindo com sua carga genética para o chamado “tipo brasileiro” oriundo das três “raças” que deram origem ao Brasil. De acordo com Schwarcz,

a "fábula das três raças", essa ladainha que desde os tempos coloniais reconta nossa história a partir do papel formador dos negros, índios e brancos, parece relevante para se pensar em como a assim chamada cultura nacional sempre se constituiu por meio de um processo de tradução, seleção, cópia, alteração e atualização.

Observando essa gestação de uma unidade nacional baseada no amálgama de três “raças” distintas, constata-se o destaque aos momentos de união e negociação entre elas e omitindo propositalmente os conflitos. Entendemos que se cria uma ideia forjada de unificação pacífica do branco, do negro e do índio em prol da “construção do país”, que é veiculada por esses projetos de formação da nação desde o período imperial a partir do projeto político do Estado de construção da história brasileira efetivado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, sendo ampliado no período Vargas.

De acordo com Stuart Hall, percebemos essa construção da identidade nacional brasileira como mais uma das estratégias discursivas responsáveis pela construção de sentidos de nacionalidade,

Uma terceira estratégia discursiva é constituída por aquilo que Hobsbawm e Ranger chamam de *invenção da tradição*: "Tradições que parecem ser ou alegam ser antigas são muitas vezes de origem bastante recente e algumas vezes inventadas (...) *Tradição inventada* significa um conjunto de práticas (...) de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com *um passado histórico adequado*. (HALL, 2003, Grifos do autor)

Entendemos que essa construção da imagem na nação brasileira, formada pela “união” das três “raças”, e pela consequente negação da desunião entre elas, corresponde a uma tradição interpretativa e política, inaugurada com o trabalho de Von Martius para o IHGB, a respeito da formação da identidade brasileira. A obra se caracteriza por retórica de legitimação da primazia do branco, bem como da ideia de cooperação constante entre os grupos étnicos envolvidos. Nesta concepção de história brasileira, o branco “civiliza” os demais grupos, que reagem de forma passiva, negando os momentos históricos de conflito, resistência ou de negociação entre eles para dessa forma ilustrar uma convivência interétnica “harmoniosa”, o passado histórico adequado de que Hall fala, para substanciar uma continuidade na “tradição de harmonia” entre os povos brasileiros.

Mais uma vez se faz presente a herança de incompreensão dos modos de vida dos indígenas, já que a “evolução” social, moral e intelectual seria medida através dos parâmetros das sociedades “civilizadas”, gerando a reprodução de respostas rápidas e desprovidas de análise mais profunda sobre as verdadeiras raízes do comportamento diferenciado das populações indígenas, favorecendo o avigoro de antigas noções

pejorativas relacionadas ao comportamento dos povos indígenas.

- **Implantação do Posto Indígena Caramuru-Paraguassú**

Os Postos Indígenas Caramuru e Paraguaçu surgiram por força da Lei Estadual do Poder Executivo do Estado da Bahia nº 1916 de 9 de agosto de 1926, e tiveram seus limites fixados pelo decreto do Poder Executivo desse estado em 9 de março de 1926. Convém ressaltar que, pelo artigo 64 da Constituição de 1891 fora determinado que, "pertencem ao Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais". Essa é a razão pela qual a cessão só poderia ser feita pelo Estado da Bahia, já que possuía a propriedade das terras devolutas.

A área reservada inicialmente era de 50 léguas quadradas de “florestas gerais e catingas” sendo destinada à conservação das essências florestais e ao Gozo dos índios Tupinambá, Pataxó e outros ali habitantes. A medição inicial foi feita entre os anos 1926 a 1930. .

Durante todo o tempo em que o órgão atuou no sul da Bahia, desde a primeira medição territorial (1926) até a extinção do SPI e implantação da FUNAI (1976), a relação entre indígenas, arrendatários e agentes do Estado foi sempre marcada pelo avanço de frentes de expansão agrícola sobre as terras indígenas, a partir do uso da força policial, ou mesmo de grupos civis, utilizando-se também de pressões econômicas e invasões constantes tornando os Postos economicamente inviáveis naquelas condições, provocando a alta dispersão dos indígenas.

- **A atuação da “proteção fraternal” nos Postos Indígenas.**

Os primeiros documentos referentes ao PI aqui pesquisado datam de dezembro de 1910 e tratam das primeiras providências tomadas para a instalação da inspetoria.

Este primeiro documento, com data de 28 de dezembro de 1910, foi escrito pelo Inspetor Pedro Maria Trompowsky Taulois. Nele, encontramos registros do primeiro endereço da sede do serviço no Estado, situado inicialmente em um escritório na Rua Chile, nº 7, em Salvador.

Nesse relatório, o Inspetor informa suas intenções em subir pelo Rio Jequié por ter recebido informações de conhecedores da região de uma possível facilidade em formar uma equipe de trabalho, pela convivência harmoniosa entre índios e nacionais na região. A escolha desse caminho também se baseia na informação de que pelo rio Gongogi encontraria mais dificuldades, já que nesta região aconteciam muitos conflitos.

Sobre os indígenas, o inspetor recebera informações de que entre o alto Gongogi e o rio Jequitinhonha, existiam três etnias não identificadas pelo relatório, além de um quilombo. Ainda de acordo com informações recebidas de pessoas da região, o inspetor afirma que:

a situação dos índios, se era dolorosa até agora, dentro em breve talvez se torne insustentável, visto como o governo do Estado lavrou contrato com o cidadão Enrique J. Connil, para a construção de uma estrada de ferro que partindo da baía de Camamu, demanda do Salto Grande do Jequitinhonha.

O Inspetor também utilizava informações oferecidas pela Delegacia Estadual de Terras e Minas do 15º Distrito (Bahia), que afirma existirem de 200 a 300 famílias de Pataxós e Mongoiós, e de 60 a 80 famílias de Maxacalis, o que, na opinião de Apolinário Frot, Delegado do Recenseamento do Estado, totalizam 1800 pessoas, o que já se percebe que é uma estimativa duvidosa, e usada muito mais para assegurar a implantação do serviço diante da Diretoria do Rio de Janeiro.

O Inspetor se prontificava a realizar um recenseamento dos indígenas, formando uma expedição com cerca de 10 homens e salientava a periculosidade dessa expedição, “por causa das perseguições sofridas pelos íncolas, o que criou desde muitos anos um espírito de prevenção contra a gente civilizada.”

As informações utilizadas pelo Inspetor, em sua grande maioria, são oriundas de grandes produtores locais, qualificados pelo autor como “simpatizantes” da causa indígena. Mesmo sua chegada sendo recente ao Serviço de Proteção aos Índios do Estado, o Inspetor já acumulava experiências no trato com os povos indígenas no

Estado de Santa Catarina, onde atuou em 1906, na fundação da “Liga Patriótica para a Catechese dos Silvícolas”. Ele buscava conseguir o apoio de um pequeno grupo de políticos, humanistas e intelectuais, se envolvendo nas discussões a respeito do futuro dos índios, bem como tentando organizar “pacificações” dos grupos Xokleng naquele estado.

Taulois propôs os contatos iniciais com os grupos indígenas a partir das técnicas de atração e pacificação, voltadas para o “índio ideal”, aquele que ainda não tinha contatos com os nacionais. Analisando este primeiro relatório sobre o sul da Bahia, observamos o que LIMA descreve sobre as expedições:

O termo designava um modo de intervir no espaço de clara matriz militar, com o fim de proceder a um reconhecimento sobre o terreno (num sentido amplo) que seria matéria de trabalho. (...) uma função de fiscalização in loco dos povos indígenas, de outras populações e do próprio funcionamento do Serviço.

Com características militares e visando a implantação oficial do Serviço dentro do Estado, a primeira Expedição planejada por Taulois satisfazia mais os protocolos de instalação da diretoria do Serviço, do que propriamente aos indígenas.

O inspetor descreve o que seriam seus próximos passos logo após a primeira expedição e afirma que, logo ao encontrar os primeiros vestígios da aproximação indígena, levantará acampamento e iniciará as doações de “presentes aos indígenas”, inicialmente pedaços de caça e outros objetos.

No final desse relatório, o Inspetor apresenta dois recortes de jornais noticiando a instalação do SPI no Estado. O primeiro artigo fala do auxílio solicitado a Lindolpho Rocha, que prontamente aceitou auxiliá-lo, inclusive cedendo mapas e artigos de sua autoria.

Para a preparação dessas excursões iniciais nos territórios onde seria instalado o SPI, foram redigidas instruções internas e distribuídas aos inspetores. Sobre o sul da Bahia, encontramos dois documentos com esse teor, o primeiro, sem data e intitulado “Instruções para serem observadas no Posto do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais no Rio Pardo”

O outro é intitulado “Instruções para serem observadas no Posto do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais no Rio Gongogi e Rio de Contas.” Os dois documentos tem abordagens diferentes sobre o mesmo assunto: a

instalação dos Postos no Sul da Bahia.

O primeiro documento destaca a localização inicial do Posto de Atração, informando que o mesmo foi estabelecido no distrito de Angelim, na Fazenda Boa Esperança, no rio Pardo.

Informa quais os cargos a serem estabelecidos, no caso da ausência do inspetor: um encarregado, com o salário de 150\$000(cento e cinquenta mil reis mensais), e um trabalhador, com diárias de 3\$000; Determina a implantação de cultivos de mandioca, cana de açúcar e bananas, que seriam plantadas em torno de ranchos específicos construídos pelo trabalhador que ficasse responsável pelo Posto.

O documento estabelece normas, como a proibição do guarda ser acompanhado de pessoas medrosas ou que já tivessem se envolvido em conflitos com os grupos indígenas da região. Também era proibida a posse de cães que pudessem assustar os indígenas. O guarda é aconselhado a entrar desacompanhado na mata depois de ser reconhecido pelos índios para poder lhes seguir o rastro, fazendo o possível para se encontrar com eles e lhes falar.

O guarda deveria ter consigo brindes para presentear os índios. Esses brindes estariam sempre envoltos em fitas com as cores da bandeira brasileira para que o verde e amarelo ficasse reconhecido como símbolo de amizade. As mesmas fitas deveriam estar presentes no chapéu do guarda. Nesses encontros com os índios, o guarda deveria aprender sua língua e seus costumes, especialmente as expressões de alegria, agrado e como saudar os amigos.

A fiscalização da relação entre índios e civilizados seria feita pelo encarregado que teria a obrigação de evitar conflitos e violências contra os grupos indígenas, utilizando de persuasão e, quando necessário, solicitando das autoridades medidas repressivas. Também seria de responsabilidade do encarregado a elaboração de relatórios e ofícios informando aos seus superiores o andamento do serviço, bem como o contato e esclarecimento dos lavradores em relação às violências cometidas, alertando-os de que essas agressões seriam doravante classificadas como crimes.

O documento ainda oficializa a permissão concedida ao guarda para plantar milho e feijão para si nas roças do posto, bem como oferece um prêmio em dinheiro para aqueles que aprendessem a língua dos índios. As últimas recomendações são para o envio de relatório de despesas até o dia cinco de cada mês para exame e aprovação dos seus superiores e, por fim, a proibição irrestrita de oferta de aguardente

ou outras bebidas alcoólicas aos índios dentro do posto.

No outro documento contendo instruções, também sem data, são repetidas muitas das orientações já descritas acima. Entretanto, existe uma atenção maior voltada para os brindes, já que estabeleciam a localização dos ranchos, também orientavam que nunca fossem depositadas mais de três peças, e por fim solicitavam que os brindes fossem retirados apenas por indígenas.

Outro ponto importante é a autorização para a compra de uma roça, situada na localidade chamada “Pontal do Sul”, atual município de Itapitanga. Infelizmente, neste ponto, a microfilmagem salta uma das páginas do documento, que, em seguida, passa a falar sobre questões sobre a análise dos solos da região, na tentativa de descobrir as melhores possibilidades de cultivo. Também autoriza o engenheiro agrônomo do serviço a informar outras terras úteis, no caso das terras já reservadas serem de baixo potencial agrícola.

O documento, mesmo contendo em seu título o direcionamento para o trabalho nos rios Gongogi e Rio de Contas, também trazia instruções para a finalização do trabalho do agrônomo depois de sua passagem pelos estados de Sergipe, Pernambuco e Ceará.

O que vimos até agora são documentos preliminares, relacionados à organização administrativa e prática das ações que viriam a acontecer no sul da Bahia. Mesmo esses documentos iniciais já demonstram a grande ligação dos agentes do Estado com as teorias positivistas da época, bem como uma reprodução das simbologias criadas pelos viajantes, diretores e missionários do XIX. A continuidade do pensamento indigenista sobre o índio se perpetua através da postura paternalista encontrada, bem como na defesa incontestável dos índios, que podemos verificar nas justificativas utilizadas para a animosidade dos indígenas, como neste trecho da primeira “Instrução” analisada:

A grande e profunda desconfiança dos índios para com os civilizados, conseqüente das injustiças e bárbaras perseguições que tem sofrido destes, será vencida pela permissão ampla de se suprirem, sempre que lhes aprouver, nas roças do Posto, e pela oferta de brindes que possam, pela grande utilidade, ir ao encontro dos seus desejos, como sejam facões do mato, machados, xales, miçangas, etc. (INSTRUÇÕES, 1910)

Nesse trecho, podemos identificar o tom paternalista com o qual os indígenas deveriam ser tratados pelo Serviço a partir de então, principalmente por relatos que

não identificam as ações indígenas como frutos de uma lógica específica, nem como protagonistas de seus atos ou de sua história. Seus atos são justificados como uma reação ou contrapartida aos ataques já sofridos, mas não como uma reação calculada, estratégica, vinda de um grupo social combativo. Implicitamente é possível identificar que esses agentes justificavam as reações violentas dos indígenas como algo meramente instintivo, um comportamento desprovido de raciocínio.

Esta imagem equivocada e unilateral que os agentes do Serviço possuíam sobre os povos indígenas, consiste em uma continuidade daquela construída desde o período dos primeiros contatos, com base em antigas formulações preconceituosas a respeito dos grupos indígenas. Exemplo disso são as formulações dos Capuchinhos a respeito da capacidade intelectual dos indígenas:

Frei Timoteo de Castelnovo, por exemplo, cita o padre Antônio Vieira e o evolucionismo que grassava no senso comum da época para corroborar suas afirmações: "Como dizia Padre Vieira, jesuíta, [os índios] tão admiráveis naquilo que é do instinto animal, são de raciocínio reduzido. Com efeito, são de espírito infantil, não pela juventude de origem, mas pela decrepitude donde promanam."¹⁴ A pedagogia capuchinha, imersa no que Lévi-Strauss (1982, pp.123-136) chamou de "ilusão arcaica", identificava a capacidade intelectual do indígena com a da criança operariam a seleção de apenas uma dessas formas de sociabilidade. A resposta dos frades diante do diagnóstico da "incapacidade mental" dos índios foi a construção de uma "pedagogia da imitação e do exemplo edificante" voltada para as populações indígenas aldeadas. (Para os Capuchinhos) os índios não "raciocinavam", mas conseguiam "imitar" comportamentos desejáveis. (AMOROSO, 1998, Grifo meu)

Ao analisarmos os documentos iniciais do SPI no sul da Bahia vemos essa formulação ser utilizada, quando a justificativa dos ataques indígenas segue uma lógica de retaliação quase infantil, irrefletida, impensada, baseada apenas na resposta automática a uma agressão anterior. Nenhuma menção é feita sobre qualquer possibilidade de entendimento do grupo indígena ou resultado dos padrões sociais de sua organização. Ou mesmo de qualquer tentativa de negociação entre os indígenas e os nacionais, o que é compreensível pela imagem negativa e indolente acerca dos indígenas, explicitada pelos agentes do SPI e pela sociedade em que viviam.

Portanto, vale ressaltar o caráter de continuidade histórica na forma como os agentes do SPI viam e tratavam os povos indígenas, posto que os conceitos pejorativos e o tratamento dado durante séculos continuavam fortes na prática da "proteção" oferecida.

Além da imagem infantilizada, também observamos a continuidade histórica das práticas do SPI a partir da oferta dos brindes para uma possível aproximação com os povos indígenas. Em outras palavras, os agentes do SPI, movidos pela lógica lucrativa parte do ideário de sua época e de seu meio social, bem como pela visão simplista e infantilizada que possuíam em relação aos povos indígenas, compreendiam que estes, recebendo compensações materiais como suprimentos e brindes, cooperariam automaticamente com a política posta em prática pelo SPI.

Dessa forma, desapareceria da memória indígena a desconfiança e o receio do contato com os ditos “civilizados” e se estabeleceria uma interação entre os dois grupamentos. Entretanto, a relação dos indígenas com os brindes deixados não significava prontamente o aceite do convívio com a sociedade nacional, como assevera Lucybeth Arruda:

Um nível de complexidade se encontra na análise da utilização dos brindes, que têm sentidos diferentes tanto para os (índios) Umutina quanto para os agentes do SPI. Na perspectiva dos agentes, que buscavam alcançar os objetivos da “integração civilizatória”, o aceite dos brindes pelos índios significava uma abertura para possíveis diálogos. Todavia, no entendimento dos índios, a análise dos documentos nos sugere que não havia “interesses de longo prazo”, ou seja, a relação mediada pelos brindes era instantânea. Cada situação de oferecimento de brindes deveria ser “resolvida” no âmbito daquela circunstância, por isso estabeleciam o contato, ou seja, “aceitavam os brindes” e depois retornavam para a mata, sem nenhuma perspectiva futura para a fixação de outras relações. (ARRUDA, 2003. Grifo meu)

Essas eram somente as expectativas iniciais acerca do trabalho a ser desenvolvido no sul do estado. Os trabalhos ainda estavam em seu início, contando com algumas consultas a “simpatizantes” da causa indígena, pessoas conhecedoras da região e algumas excursões à região que não foram detalhadas em relatório.

O relatório de excursão à região entre o Rio de Contas e o Gongogi foi escrito em 7 de janeiro de 1911 e descreve a impossibilidade de dar prosseguimento à viagem iniciada. Nele explica que retornaram à Vila do Rio de Contas tanto por terem os canoieiros se negado a continuar a expedição, como por não ter recebido o telegrama com autorização dos seus superiores para dar prosseguimento ao deslocamento. Neste ponto, observamos algo intrigante, pois a justificativa da negativa dos canoieiros está escrita à mão, como um complemento do texto já datilografado, onde ele escreve “devido às enchentes”.

Aparentemente, houve uma preocupação posterior à escrita em justificar o desentendimento com os canoieiros. Fica a dúvida sobre a sua intenção ao ressaltar isso, talvez deixando claro que a execução dos serviços não encontrava maiores problemas com a população local. Não sabemos. O Inspetor Taulois continua seu relato esclarecendo questões financeiras e explicando os motivos de sua longa estadia no interior, finalizando o relatório dessa forma.

Em outro documento, intitulado “Relatório dos Trabalhos de Pacificação Executados nos meses de fevereiro e março de 1911”, com data de 03 de abril de 1911, o inspetor Taulois divide o relato em duas partes: “Proteção aos Índios” e “Localização de Trabalhadores Nacionais”.

Na primeira parte, relata as ações desenvolvidas na localidade relativas à presença dos povos indígenas. Descreveu as reuniões que promoveu no Conselho Municipal da Vila do Rio de Contas, onde “compareceram todos os bons elementos sem distinção de partidos políticos, onde propus após rápida exposição, a criação de um Centro de Proteção aos Índios, o qual ficou desde logo fundado.” Entretanto, no decorrer dos outros relatórios enviados, não existe mais nenhuma menção a esse centro, fazendo supor que não houve funcionamento efetivo.

Ele relata que, nessas ocasiões, buscando minimizar preconceitos acerca dos indígenas, discursou sobre a organização política indígena, demonstrando a “elevação” das práticas de guerra indígena. Usou como base a suposta pergunta feita por Montaigne a um chefe indígena sobre suas prerrogativas, ao que aquele teria respondido que o direito dos chefes era apenas de “marchar primeiro na guerra.” Demonstrando dessa forma, que mesmo com um cargo elevado, o chefe não se eximia do combate direto nas batalhas, em oposição aos chefes de Estado “civilizados” que não assumiam risco pessoal ao decretar uma guerra.

Taulois não adiciona as referências bibliográficas utilizadas, entretanto continua citando passagens históricas para a ilustração de seu discurso, como quando cita “Konian- Bebe” (Cunhambebe):

A figura saliente de Konian-Bebe, o chefe mais valoroso da costa, no meado do século 16º (sic), (sendo) conhecido por Hans Staden e Thevet, que não hesitou em coloca-lo na galeria dos homens celebres, não foi esquecida; e respeitando os seus sentimentos, defensor da integridade pátria, lutando contra o invasor, não como fera, antes como tipo superior, utilizando-se dos meios de defesa que aprendera dos civilizados, preferindo tão valorosa conduta, (em detrimento) à de Finow e Kamehameha, que compreendendo a superioridade dos meios de que dispunham os europeus, lançaram suas nações no caminho da civilização, e

assim procedendo Konian, o fizera pelo procedimento desleal dos portugueses, tomando posse da terra, como se fosse desabitada.

O inspetor continua seu relato assegurando a existência, por parte dos povos indígenas, de códigos de propriedade individual nos objetos de uso e animais, tentando apontar mais outro indício de “civilidade” e “evolução” no comportamento indígena. Entretanto, ele admitiu que ainda não haviam desenvolvido a ideia de posse individual da terra.

Foram utilizados como exemplo de “civilidade” alguns costumes indígenas, tais como as punições aplicadas pelos grupos indígenas aos homicidas, bem como a “pena de talião” para os outros casos. Também citou punições para o adultério. E quando é questionado sobre a poligamia indígena ser uma prova de animalidade, ele reage perguntando á sua plateia de forma provocativa: “está certo de que efetivamente sejam monogâmonos? (sic)” Ele volta a afirmar que:

para demonstrar mais que eram homens e não bestas, tenho demonstrado que era proibido o casamento entre pais e filhos, irmãos e irmãs, indo a proibição a ponto de não consentir a união do perfeito amigo, do companheiro imediato de cabana, com o qual se confundiam seus bens.

Taulois continuou sua arguição salientando aspectos da lealdade política indígena também como prova de seu “desenvolvimento moral”. Usa como exemplo o caso de Hans Staden que tem, entre suas histórias, relata de ter sido preso juntamente com portugueses pelos Tupinambás do Rio de Janeiro. Por ter se identificado como francês, realçando sua aparência diferenciada não fora morto, já que os Tupinambás receavam romper a aliança com os franceses, caso o matassem. O culto aos mortos também foi considerado indício de “adiantamento moral” dos indígenas.

O Inspetor continuou na defesa dos indígenas, alegando que, independentemente das provas de evolução acima descritas, as populações indígenas do país teriam a oportunidade de evoluir a padrões mais elevados ainda se não fosse a perturbação que sofreram. Ele apontou uma série de viajantes que tiveram contato com povos indígenas, como também do Diretor Geral de Índios entre 1813 e 1829, Guido Thomáz Marlière e uma citação que este faz de José Bonifácio: “Amor e lealdade para com eles, meus amigos, e teremos homens.” (TAULOIS, 1911)

O documento também se refere a Jean Ferdinand Denis, viajante, historiador e escritor francês do XIX, especialista em história do Brasil. Taulois destaca uma fala

de Denis a respeito dos Tupinambás, na qual utiliza como comparação um trecho do livro “Os Natchez”, romance sobre o amor entre um índio norte-americano e uma moça cristã, escrito por François Chateaubriand, militar, viajante, historiador e escritor francês, aplicando-o aos povos indígenas brasileiros:

O índio não era selvagem: a civilização europeia não agiu sobre o puro estado da natureza, agiu sobre a Civilização Americana nascente. Se nada tivesse encontrado, teria criado alguma coisa, porém ela achou costumes e os destruiu, porque era mais forte e porque julgou não dever se conformar a esses costumes.

Em toda a extensão de seu relato, não encontramos em nenhum momento as referências das citações que o Inspetor utilizou. Optamos por pesquisar nos documentos relativos às instruções gerais do Serviço, publicações oficiais do órgão, entretanto foi no “Jornal de Timon”, de 1852, escritos por João Francisco de Lisboa, que encontramos boa parte das informações contidas no relato de discurso exposto acima.

Não podemos afirmar com certeza se essa foi a referência utilizada pelo Inspetor para elaborar seu discurso, mas as semelhanças entre os textos, tanto na escolha das palavras quanto na ordem da argumentação apresentada, sugerem até mesmo o uso de citações literais, por parte de Taulois.

Entretanto, quando pensamos nas descrições do “Jornal de Timon” como fonte de informações para um agente do Serviço, podemos identificar dois aspectos: o primeiro, diz respeito ao fato das informações serem provenientes das memórias de inúmeros cronistas e viajantes estrangeiros, o que também dá a sua obra um aspecto de continuidade sobre as informações preconceituosas acerca dos indígenas. Esses relatos de viagens utilizados por Lisboa surgiram em menor número nos séculos XVI, aumentando sua incidência após 1808, quando ocorreu a abertura dos portos e autorização para a presença de observadores estrangeiros no Brasil.

Esses viajantes analisavam a cultura do outro com a dificuldade típica do pensamento eurocêntrico de compreender uma realidade cultural distinta e externa. De acordo com Alessandra El-Far, a partir da visão desses homens sobre os nativos que encontravam, surgiam descrições encarceradas pelo ideário de sua época, já que em seus desenhos de viagem, veremos que os nativos perdiam suas características próprias para “assumir o aspecto de bruxos, feiticeiros, demônios e homens

selvagens” , sugerindo a busca de elementos do imaginário cultural europeu para servir como mediadores entre duas realidades culturais distintas. Dessa forma, concordamos com James Clifford quando afirma que “las zonas fronterizas entre la *verdad de lo retratado* y la *ficción de lo imaginado* provocan que “diferentes pueblos formen imágenes complejas y concretas de los demás, y de las relaciones de conocimiento y poder que los conectan”.

As crônicas de viagens, enquanto gênero literário, encarregavam-se de difundir para as classes média europeia e norte-americana um repertório comum e estereotipado a respeito dos povos nativos, oscilando ora entre a assertiva de plena possibilidade de “cristianização e salvação” do “bom selvagem”, ora constatando a “barbárie” e o inevitável e necessário extermínio físico dos “gentios bárbaros”.

Essa oscilação de sentimentos era a tônica devido à influencia iluminista, demonstrando a dificuldade em escolher entre a continuidade da marcha do progresso e a inevitável destruição dos povos que se opusessem a ela.

As crônicas de viagens convergiam sempre como uma justificativa para o colonialismo, tendo como base as oportunidades retóricas oferecidas pelos anseios e modismos europeus relacionados à curiosidades e ao exotismo do Novo Mundo. Além de satisfazer curiosidades, o conhecimento sintetizado por eles serviria para o planejamento das políticas a respeito de novos espaços a serem incorporados à economia mundial.

Mesmo se utilizando de fontes com uma bagagem bastante carregada de estereótipos sobre os povos indígenas, João Francisco de Lisboa era considerado à sua época um defensor dos “índios bravos”. Essa atitude se opunha a seu mentor intelectual Francisco Adolpho de Varnhagen ao qual acusava de defender o uso de violência e escravidão contra os índios. Varnhagen respondeu duramente às suas críticas, escrevendo um artigo intitulado “Os índios bravos e o Sr. Lisboa”, no qual, além de justificar suas posições condenadas por Lisboa, também escreve a apologia ao uso da guerra como estratégia de dominação dos povos indígenas. Partindo desse histórico de arguição relacionada com o indianismo romântico de sua época, formulador das bases ideológicas da política indigenista, entendemos a sua utilização pelos quadros do SPI.

Outra especificidade que nos leva a acreditar que esta tenha sido a referência de Taulois é a idêntica sequência de itens entre os dois textos. Lisboa, após fazer uma

extensa narrativa acerca dos primeiros contatos dos portugueses com os Tupinambás, descrevendo sua língua, sua economia e seus costumes alimentares, inicia uma descrição acerca do “governo” tupinambá, e sua primeira consideração é exatamente sobre a pergunta de Montaigne a respeito das prerrogativas de um chefe indígena. Em seguida, Lisboa faz considerações acerca da hereditariedade não obrigatória da liderança indígena, bem como descreve os conselhos deliberativos, segundo ele, existentes em toda a costa brasileira, no qual o voto dos caraíbas tinha um peso maior, pelos poderes sacerdotais que permitiam-lhes representar em seu discurso a vontade das divindades, e assim ter em vista quais as expedições poderiam vir a ter êxito ou não.

Resta saber quais os motivos que fizeram com que o Inspetor optasse por não completar o início de suas palestras com tais informações aparentemente úteis como provas da “civildade” que ele tentava comprovar em seu discurso. Entretanto, como já demonstramos acima, o trecho no qual Cunhambebe é citado, foi praticamente extraído do Jornal de Timon na íntegra pelo Inspetor.

No “Jornal de Timon”, ainda vemos as possíveis fontes para as informações citadas por Taulois, como o trato com os homicidas, com as mulheres adúlteras, a possibilidade da poligamia, as regras contra o incesto, chamando a atenção o fato de que essas regras são descritas no relatório tais quais no livro. Entretanto, o Inspetor não menciona a possibilidade e até mesmo o incentivo do casamento entre tios e sobrinhas, o que possivelmente dá conta da seleção proposital das informações que mais cabiam no discurso de justificativa da proteção por causa da “civildade” e do potencial de “evolução” indígena.

Se a proposta era convencer os “ilustres cidadãos” da Vila do Rio de Contas da possibilidade de evolução dos grupos indígenas locais e para tanto, da necessidade premente de proteção para essas populações, não seria de todo conveniente revelar a possível (e, por que não, perigosa) organização política indígena. Muito menos efeito teria revelar detalhes da personalidade um líder como Cunhambebe, que segundo Lisboa, tinha como características a arrogância e vaidade, e ainda se gabava de já ter devorado mais de cinco mil prisioneiros.

O relato das palestras termina, talvez, com a explicação do Inspetor Taulois para tamanha parcimônia:

Além de mostrar que (os índios) tem todo o interesse em viverem em boa

harmonia com tais populações, ficam cientes que além dos ataques dos índios, sofrerão castigos se por qualquer forma perturbarem a ação da Inspetoria.

No meio de populações tão rústicas tenho encontrado sentimentos elevados, defensores dos índios; e os próprios inimigos, os que os tem hostilizados, os tenho encarregado da divulgação dos castigos a que ficarão sujeitos os infratores. (TAULOIS, 1911. Grifo meu)

Possivelmente o Inspetor tenha escolhido características mais gerais para abordar em seu discurso por entender que a população local era despreparada para maiores discussões a respeito da organização social e dos costumes indígenas. Também devemos levar em consideração que este relatório era escrito para ser lido pelos seus superiores, exigindo a seleção de informações a serem compiladas para que correspondessem às expectativas da Diretoria.

Essas expectativas poderiam ser tanto um discurso demasiadamente fundamentado nas teorias evolucionistas ou humanistas, como um relato sem maiores ocorrências de conflitos mais sérios, tanto em relação aos contatos iniciais com os indígenas, como em relação aos habitantes locais. Também é importante levar em consideração a grande necessidade que esses funcionários tinham de manter os seus postos de trabalho, e tentavam salientar a importância de suas atuações para a prosperidade do serviço.

Partindo da análise do relato dos discursos de Pedro Trompowsky, identificamos a convergência do ideário indigenista do período imperial, representado pelas citações de Lisboa e de Bonifácio, porém atualizado com a defesa incansável dos povos indígenas, representada simbolicamente pelo humanismo comteano que era um dos fundamentos da ação do SPI.

Entendemos que essa continuidade entre as argumentações demonstra que, mesmo voltados para a defesa dos indígenas, ao menos na fase inicial dos trabalhos, não existia uma preocupação mais séria com a renovação das fontes de informação. Não existia um questionamento sobre quem era realmente o indígena do início do século XX ou se tais informações colhidas há séculos ainda eram dignas de crédito. Havia apenas a transmissão irrefletida de outros estereótipos, a homogeneização da ideia do que era o índio, e a ideia de sua imagem estagnada no tempo, atemporal um ser que necessitava do “auxílio” dos “civilizados” para que evoluísse, perpetuando preconceitos.

O resultado dessa transmissão de estereótipos era a concepção do ser indígena

apenas como resultante das ações e agressões sofridas, de reações pontuais e irrefletidas, necessitando ser “educado” e se tornar ciente das regras de outro modelo de sociedade, indiscutivelmente “melhor” do que o modelo já conhecido pelos povos indígenas. Essa era a maior das justificativas para o trabalho exclusivo do SPI com os indígenas.

Outra importante característica demonstrada pelo documento é a percepção inicial de trabalho com indígenas, em sua grande maioria, ainda desprovidos de convivência com os moradores locais, ou pelo menos, é sobre esses grupos que o discurso do Inspetor trata, confirmando o que Lima afirma acerca das intenções de trabalho do SPI:

Os índios selvagens eram os alvos principais da ação do Serviço não só por obstaculizarem o avanço sobre o interior ou se acharem em guerra, mas também por oferecerem as melhores oportunidades para o trabalho de civilização: encontrando-se em estágio primitivo da “inelutável marchada humanidade para o progresso”, indiscutivelmente inferiores, a educação adequada os impediria de se transformarem em indivíduos “cheios de defeitos. (Lima, 1995)

Lima adverte que esta postura do SPI não é somente uma vertente que procura a pureza de raças, mas acima de tudo, é uma postura pelo monopólio da assistência, tentando abarcar ao máximo as interações entre indígenas e civilizados, sobretudo os índios nômades e os já “aldeados”.

O mesmo documento afirma que o primeiro acampamento realizado pelo Serviço deu-se na antiga “Colônia Iniciadora”, que acreditamos ser a mesma Colônia do Salto do Rio Pardo, no Angelim, já descrita anteriormente. Segundo o Inspetor, esta colônia tinha sido abandonada devido aos confrontos entre índios e “civilizados”. Também é informado o nome do seu antigo diretor, Ricardo de Menezes, que é amplamente elogiado por não permitir ataques aos indígenas, e em seguida, ele elucida que após a saída deste, os conflitos ficaram incontroláveis.

Ele relata que os confrontos com indígenas passaram a acontecer de forma ostensiva, e sem motivações concretas, geralmente quando algum indígena retirava suprimentos de suas roças ou atacava animais, relatando até que alguns moradores mantinham pássaros no laço propositalmente para atirar nos índios, para os atraírem às armadilhas. Registrava a importância do plantio de mandioca, bananas, entre outros suprimentos, para que os indígenas se abastecessem no Posto, evitando assim maiores

conflitos. Ele relata que a imagem da antiga colônia era desoladora, pois aparentava já ter sido bastante próspera, mas segundo ele, “teve de recuar em frente aos selvagens.”

O inspetor registra o fato dos brindes deixados nos ranchos do sul da Bahia não terem sequer sido tocados, fazendo-o argumentar que essa desconfiança seria muito mais pelo costume indígena de não utilizar os pertences dos inimigos. Taulois argumentava que possivelmente os índios acreditavam que pudessem estar enfeitiçados. Entretanto, vale lembrar o relato sobre os pássaros utilizados como armadilha para gerar confrontos, o que possivelmente fazia com que esses índios imaginassem que esses brindes eram armadilhas também.

Também relata com pormenores as suas excursões em busca dos rastros dos indígenas e informa ter recebido notícias de índios “pacificados” na região de Boa Nova, a 25 léguas do acampamento. Ele avisa que, assim que esses indígenas viessem até ele, poderia tornar público que mais uma “tribo” foi incorporada à nossa civilização.

Ele termina seu relatório descrevendo a segunda parte dos trabalhos, a localização de trabalhadores nacionais, e informando a situação precária em que os trabalhadores se encontravam, sendo “eternamente espoliados”, já que buscavam melhorias de vida com a plantação do cacau. Indica que viviam contraindo dívidas com juros altos, as quais não tinham como amortizar, terminando por perder suas terras e tendo suas benfeitorias tomadas.

Taulois finaliza o seu relatório afirmando que todo o trabalho em desenvolvimento seria inútil se o governo do estado não fizesse a doação das terras devolutas para o Serviço. E conclui: “infelizmente o grande espaço de tempo sem solução me leva a crer que não se deve esperar tão nobre, quanto salutar providência”.

Em maio de 1911, Taulois escreveu um ofício aos seus superiores informando os primeiros contatos com os “Camacãs, no Rio Gongogy. Ele se utilizou da história regional, descrevendo situações como o conhecido “banquete da morte” acontecido na região de Vitória da Conquista, entre outros embates sangrentos, para justificar os raros contatos com indígenas “arredios” nos arredores do Posto. Em 9 de setembro de 1911, Taulois desabafa: Não devo porém calar a situação em que me tenho encontrado aqui no Estado, quase de todos abandonado, sem o concurso até da imprensa local, conforme em telegrama reservado de 4 de abril do corrente ano vos cientifiquei”.

Infelizmente, maiores informações sobre os eventos ocorridos foram dadas em

telegrama particular ao qual não tivemos acesso. Em outro ofício o inspetor comunica a sua saída do Serviço:

Esperando apenas a chegada do meu distinto substituto, devo a ele confiar o que me é determinado, tanto mais que moralmente estou impossibilitado de enviar a circular impressa, por que não me assiste mais direito, depois dos acontecimentos de Belmonte, de declarar que “os defenderei (os índios) indefectivelmente de qualquer opressão ou vexame por parte dos civilizados.

Não temos como assegurar qual a natureza dos “acontecimentos de Belmonte” envolvendo o inspetor e os grupos indígenas por ele minimamente atendidos. Acreditamos que provavelmente foram ataques aos povos indígenas da região. O fato é que com a saída de Pedro Taulois, a região do sul da Bahia ficou destituída de representantes oficiais do SPILTN.

Comprovamos isso a partir da leitura de dois relatórios anuais da Inspeção dos Estados do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, relativos aos anos 1920 e 1922. O primeiro, um relatório dos trabalhos especiais escrito por Antônio Martins Vianna Estigarríbia, inspetor interino da Inspeção Regional 4 (IR-4 Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais), destinado à Diretoria Geral do SPI, ao tratar do estado em que viviam os índios Pataxós encontrados em Cachoeirinha, no estado da Bahia. O autor informa que os mesmos estavam completamente desprotegidos fazendo-o aconselhar seu deslocamento para o Posto Indígena Pancas, no estado do Espírito Santo. Antes de se concretizar esse deslocamento, foram assassinados os adultos e as crianças da comunidade divididas entre as famílias da localidade.

A prática de separação das crianças indígenas não só era comum desde a Colônia e o Império, fazendo parte de projetos para a incorporação indígena, já que o rompimento de laços com a família garantiria a quebra dos traços culturais, gerando a possibilidade de eliminação das diferenças sociais e culturais, e se efetivaria o domínio pleno do território. (PARAÍSO, 2006)

Dessa forma, no relatório da Inspeção Regional 4 (IR-4) referente ao ano de 1921, elaborado pelo Inspetor Samuel Henriques da Silva Lobo, os trabalhos na Bahia não são mencionados e não há registro de funcionários atuando no estado. Apenas ao relatar as circunstâncias em que viviam os Maxacalis e Pataxós, cita um telegrama do Tenente João Antônio Teixeira Lages, que relata ter conhecimento de que os Pataxós

da Bahia haviam sido assassinados e as suas crianças distribuídas aos civilizados.

No detalhamento dos pagamentos a realizar, encontramos referência ao “Centro de Catequese Pontal do Sul, coordenado pelo Bispo de Ilhéus”. O responsável reconhece não ter maiores informações relativas a este centro, sendo referido apenas num pequeno telegrama enviado pelo Intendente Municipal de Ilhéus, Eustáquio Bastos, que informa a criação do Centro pela diocese local, porém, sem entrar em maiores detalhes.

Durante a análise do Relatório da IR-4, de 1924, o responsável Samuel Lobo faz um resumo das atividades desenvolvidas até então e faz uma breve exposição a respeito dos desígnios, táticas e proposições teóricas formuladas pela direção do SPILTN até então.

Explica a divisão das reservas em dois postos: o primeiro, denominado “Posto de Criação”, seria uma área para construção de rancho e preparo de terreno e cultivo de cereais, tubérculos e cana. O segundo, denominado de “Posto de Atração”, seria um ponto de apoio para observações e depósito de brindes no lugar mais frequentado pelos grupos indígenas. O auxiliar iria regularmente observar se os brindes haviam sido retirados, bem como manteria o local sempre abastecido de brindes, não se furtando a tentar algum contato amistoso, caso fosse avistado algum indígena.

Como boa parte das proposições táticas do SPILTN já foram analisadas anteriormente, destacaremos do texto de Samuel Lobo apenas aquelas que se referem a outras questões. A primeira delas é o aparecimento das divisões do trabalho em relação ao nível de contato e do conhecimento dos costumes dos nacionais pelos índios. É a primeira vez que essa preferência aparece explícita dentro dos documentos relacionados ao PI Caramuru-Paraguassú.

O Inspetor Lobo, após fazer descrição detalhada dos trabalhos de “atração” dos índios arredios, passa a descrever como se deveria dar a segunda fase dos trabalhos, denominada “Transformação e Educação dos Índios Semisselvagens.” Ele argumenta sobre a delicadeza dessa próxima fase, e da necessidade de muito tempo e paciência para alcançar êxito. Também descreve os possíveis estágios de contato dos indígenas, e manifesta sua preferência:

Ora os índios vem do estado selvagem e diretamente por nosso intermédio da primeira fase; ora encontramos-los em estado semisselvagem, já em contato com alguns civilizados que os viciaram, ou então explorados por

seus irmãos que já considerados civilizados internaram-se novamente em regiões desconhecidas. De todas, a primeira hipótese é a que mais nos agrada porque vem seguindo um regime preestabelecido de moralidade e transformação; nas duas últimas temos a luta com elementos manhosos que só perderam parte de sua selvageria para adquirirem os vícios dos civilizados. No entanto, o sistema a empregar em qualquer uma delas é idêntico. Procura-se atrair os índios de modo que estes permaneçam o maior tempo possível em contato com o posto de atração, mantendo eles relações com civilizados por nosso intermédio. (LOBO, 1924)

De forma extremamente semelhante à citação da Inspetoria do Amazonas utilizada anteriormente, identificamos novamente a preocupação com o monopólio absoluto do Serviço sobre a interação entre indígenas e nacionais e, pela primeira vez, observamos a predileção explícita pelo trabalho com aqueles indígenas que ainda não haviam tido experiências longas de contato com os “civilizados”.

Lobo faz algumas considerações a respeito das exigências para que os grupos indígenas recebessem a “proteção estatal”. Eram elas a permanência dos indígenas no perímetro dos postos, para usufruir do exemplo de trabalho dados pelos “civilizados” ali empregados, sendo este aspecto o mais importante da terceira fase: a da formação de trabalhadores.

Também era exigido o uso de vestimentas, condição determinante da permanência dos indígenas. Essa prática tem um significado muito além da necessidade de “modos civilizados”, pois dificultava a fuga dos indígenas pela mata. Ao que tudo indica, as vestimentas eram muito mais uma estratégia de controle das fugas dos grupos recém-chegados, do que propriamente mais um item a ser acrescentado ao comportamento “civilizado” do indígena. De acordo com relatos recolhidos por Paraíso em 1976, no período de pesquisa nas áreas dos Postos, a equipe de atração saía da sede do PI Caramuru com provisões de alimentos, roupas, sapatos, e grandes mantas, e após localizar os índios, a equipe cercava-os ao amanhecer, utilizando os cobertores para se defender de possíveis flechas lançadas. Esses indígenas, depois de cercados, eram vestidos, dificultando a sua movimentação, pois além de não saberem andar com vestimentas e sapatos, enganchavam-se e prendiam-se pela roupa na mata.

Dessa forma, podemos compreender que a obrigatoriedade do uso de roupas pelos grupos indígenas ia além das questões morais e de civilidade, sendo utilizadas como estratégias para dificultar possíveis fugas e impedir a livre movimentação dos grupos que se encontravam na área do Posto.

Após o trecho sobre a obrigatoriedade de uso de roupas, a microfilmagem de uma das páginas se repete, e a próxima não aparece, o que representa uma grande perda para a análise, pois na página seguinte, Samuel Lobo elenca e descreve cada “classe” de indígenas:

Grupo a: Localização dos índios que educados pelos serviços vieram de transformação em transformação ao grau de civilização necessária para serem emancipados.

Grupo b: Localização de índios esparsos, civilizados, entre a população civilizada mas que vivem em estado de abandono por falta de quem os guie e dê instrução.

Grupo c: regulamentação dos grupos indígenas já civilizados possuidores de terrenos doados pelos governos da monarquia e da república e que são pelos mesmos cedidos a terceiros por qualquer preço

Após essa descrição de cada categoria de índios, Lobo faz uma longa arguição sobre as formas de agir em benefício de cada um deles. A ação mais importante seria a criação de centros agrícolas, que beneficiariam todos os grupos a serem atendidos pelo SPI. Alternavam o tratamento, ora buscando fiscalizar as atividades exercidas pelos índios, a fim de que não fossem ludibriados, ora sendo firmes com aqueles mais indolentes,

Chama atenção a proposta que ele faz para o terceiro grupo: liquidar suas propriedades rurais ou ao menos organiza-los dentro dessas propriedades, entretanto aproveitando os terrenos para fixar os índios esparsos que vivem na mesma zona ou ainda transformar estas posses em centros agrícolas onde seriam estabelecidos juntamente com os trabalhadores nacionais.

Esta proposta demonstra os possíveis planos futuros dos agentes do SPI a respeito dos territórios indígenas, tanto aqueles homologados anteriormente, como aqueles doados para a realização do Serviço de Proteção. Além da possibilidade da transformação de “mendigos de civilização em braços úteis ao progresso geral”, o projeto também era o de garantir a abertura de novos territórios, para os centros agrícolas e para a exploração econômica em geral.

Ao final do relatório, Samuel Lobo escreve uma breve passagem sobre os indígenas do Rio Pardo, sobre os quais afirma que o atendimento da Inspeção não lhes chega, sobretudo por falta de verbas para fazê-lo.

- **Trabalhos Iniciais do SPI no Sul da Bahia e a “proteção aos Índios”:** Considerações e Possibilidades

Nos anos de documentação analisados acima, pudemos observar fatores condicionantes do andamento administrativo do Serviço dentro do estado da Bahia, especificidades com as quais os seus agentes conviviam, algumas destoantes do que é relatado ou mesmo planejado pela diretoria do SPI, outras que possivelmente mascararam a realidade justamente para estarem de acordo com as normas gerais de conduta e ação do SPI, como a preferência pelo trabalho com indígenas de contato quase inexistente, bem como os problemas enfrentados em relação aos regionais, entre outros.

No que toca à organização ideológica do SPI, já pudemos observar a ligação dos seus quadros com as ideias positivistas. Mesmo que na prática não fossem totalmente aplicadas no dia a dia do Posto, vemos as demonstrações de afinidades com esse discurso a partir da redação dos relatórios, que sempre demonstram a visão paternalista sobre os grupos indígenas, bem como sua representação ainda infantilizada e desprovida de raciocínio estratégico.

Dessa forma, o Positivismo ou o Evolucionismo Comteano passa a travestir de certa “modernidade” o indigenismo da República Velha. Entretanto, o que vemos por detrás da nova linha teórica são os mesmos arquétipos da figura do indígena, difundido desde as descrições jesuíticas, passando pelas crônicas de observadores do século XVI e XIX, chegando aos estereótipos criados pelos diretores de índios, também durante o XIX. O positivismo também acaba por mascarar as estratégias de contato com os indígenas que ainda remetem às práticas de doação de brindes, benevolência e mestiçagem, ligadas ao projeto de José Bonifácio de Andrada e Silva, mas também encontradas nas estratégias dos jesuítas.

Dessa continuação histórica de estratégias e visões, vemos uma triste perpetuação do pensamento indigenista, sobretudo a respeito da figura do indígena, que se torna um símbolo homogêneo, perdendo as especificidades inerentes ao seu grupo étnico de origem, sua cultura própria.

Em outras palavras, para o indigenismo do início do XX, “índio” se perpetua

enquanto categoria genérica, incapaz de dar conta das especificidades de cada grupo étnico em especial. Ou até mesmo é possível afirmar que o objetivo da política indigenista era exatamente o de minimizar as características que dão distinção aos grupos, talvez como a primeira forma de domínio através do conhecimento e homogeneização de suas culturas.

Sobre as especificidades administrativas que nos chamaram a atenção, a primeira é a existência de um escritório na cidade de Salvador, de onde os serviços eram dirigidos, ocorrendo visitas aos sul do Estado algumas vezes ao ano. Em alguns relatórios, vemos que essa visita aconteceu apenas uma vez durante o ano, na maioria das vezes, por problemas administrativos relacionados com a verba recebida para o andamento do SPI.

Além de grandes cortes na verba recebida, também são identificados nos documentos atrasos no recebimento dos recursos devido a questões burocráticas não resolvidas, como um processo de prestação de contas rejeitado pelos órgãos competentes fazendo com que a verba inicial destinada aos trabalhos daquele ano fosse recebida apenas em agosto. (FONSECA, SPI, 1929)

Essas dificuldades financeiras geraram problemas maiores nas localidades, como a dificuldade na consecução de empreitadas de construção de benfeitorias, como casa de farinha, pois o serviço oferecido pelos habitantes era de péssima qualidade, já que era quase certo que não haveria maiores fiscalizações sobre os serviços executados.

Entretanto, mais alarmante é a falta de fiscalização dos serviços dos funcionários que ficavam *in loco*: auxiliares, diaristas ou trabalhadores temporários que ficavam representando o Serviço no sul, sem maiores fiscalizações por parte dos Inspetores, que se mantinham sediados em Salvador.

Tal falta de fiscalização dos trabalhadores gera duas vertentes de análise: tanto pode ser a responsável por possíveis abusos de autoridade dentro do perímetro do Posto, como também pode nos dar pistas de que os relatórios analisados são carentes de credibilidade, já que são as impressões de pessoas que não estavam intrinsecamente ligadas ao trabalho que era desenvolvido no sul do Estado e que, por sua vez, tinha grande necessidade de argumentar e comprovar a necessidade da manutenção do Serviço, garantindo dessa forma seus postos de emprego. Para isso, é cabível que muitas informações tenham sido omitidas, camufladas ou até mesmo que

a real situação dos Postos não tenha sido descrita como deveria, por desconhecimento do real andamento dos trabalhos.

Um possível exemplo de informações que podem não condizer com os acontecimentos reais dentro dos Postos são os recorrentes relatos de mulheres e crianças que visitavam “espontaneamente” a área do Posto. Cabe-nos questionar até que ponto um grupo de pessoas hierarquicamente organizado, tendo como meta de sobrevivência o afastamento do contato com a “sociedade nacional”, permitiria a seus membros mais vulneráveis entrar em contato com aqueles que representavam o perigo de aprisionamentos, combates, estupros e sequestro de suas crianças.

Ao que parece, essas crianças e mulheres possivelmente eram aprisionadas em momentos de contato e sua presença era importante até mesmo para a manutenção do Posto por parte das autoridades competentes. Também há a possibilidade dessas capturas servirem como chamariz para os líderes dos grupos, que possivelmente tentariam se aproximar da área do Posto, facilitando seu aprisionamento.

Outra prática existente no Posto Indígena é a divisão do Posto em duas áreas distintas: uma específica para abrigar os índios ditos “arredios”, o Posto de Atração, e outra área voltada para a fixação de índios já “civilizados”. Como já foi visto anteriormente, toda a estrutura do Serviço dava preferência clara para o trabalho com indígenas com pouco tempo de contato, ainda sem os vícios adquiridos através dos “civilizados”, gerando, até mesmo, a preferência orçamentária de lugares como o centro-oeste e o norte do país.

Neste aspecto, o contato entre índios e sociedade nacional no Sul da Bahia remontava aos primórdios da colonização. Entretanto, nos relatórios analisados acima, temos a noção aparente de ainda existirem indígenas com pouco ou nenhum contato, possível de ser identificado pelas referências a indígenas que falavam pouco ou não o português ou não possuíam o costume de enterrar seus mortos.

Vale ressaltar a distorção em relação à essa forma de “identificação” de grupos sem contato, pois todos esses grupos possuíam complicados rituais de enterramento, o que demonstra ou total ignorância dos funcionários a respeito dos rituais indígenas ou, mais provavelmente, manipulavam essas informações para confirmar a existência de selvagens, e assim, garantir seus postos de trabalho e as verbas para a continuação do Posto Indígena.

Outro ponto não explicitado nos relatórios era em qual momento

especificamente se daria o contato entre índios “recém civilizados”, índios já adeptos de costumes nacionais, e entre os colonos nacionais, já que um dos objetivos do Serviço era o aprendizado da agricultura e da vida familiar nuclear.

Apesar disso, um fluxo considerável de indígenas se deslocou para o Posto a partir da década de 30 passando um desses grupos a ter maior protagonismo dentro da documentação analisada. Proporcionalmente ao crescimento do número de indígenas no Posto, também crescem o número de contestações e conflitos entre indígenas e a sociedade nacional dentro da área em fase de demarcação. Todas essas e outras modificações serão estudadas no capítulo seguinte.

*Quanto mais eu ando,
Mais vejo estrada
E se eu não caminho,
Não sou é nada.
Se tenho a poeira
Como companheira,
Faço da poeira
O meu camarada.
Se tenho a poeira
Como companheira,
Faço da poeira
O meu camarada.
O dono quer ver
A terra plantada.
Diz de mim que vou
Pela grande estrada:
"Deixem-no morrer,
Não lhe dêem água,
Que ele é preguiçoso
E não planta nada."
Eu que plantei tudo
E não tenho nada,
Ouço tudo e calo,
Na caminhada.
Deixem que ele diga,
Que eu sou preguiçoso,
Mas não planto em tempo
Que é de queimada.
Deixem que ele diga,
Que eu sou preguiçoso,
Mas não planto em tempo
Que é de queimada.*

(O Plantador – Geraldo Vandré)

- **Capítulo II- Consolidação do SPI: A luta pela posse da terra e o contato interétnico no Sul da Bahia. 1930 – 1938.**

Após o relatório referente ao ano de 1923, o sul da Bahia só aparece novamente nos registros oficiais em relatório da Seção Bahia, no qual há referências ao trabalho de Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcellos. Logo na apresentação, Vasconcelos informa a criação do Posto na “margem direita do rio Cachoeira de Itabuna, nas alturas de Lagoa Bonita” Vale salientar que essa já era uma região próxima vilas e a povoados já existentes anteriormente:

Ele indica que, além de todas as demandas identificadas durante as viagens, a mais urgente de todas era a suspensão das medições de terras na área. Assim poder-se-ia prevenir complicações judiciais posteriores, quando o perímetro da reserva fosse estabelecido, assim como evitaria os violentos conflitos nos encontros que aconteciam entre indígenas e nacionais. A região a ser reservada era compreendida entre os rios Pardo e Cachoeira e o Capitão indicava seus limites como sendo: Angelim e Abóboras, lugarejos às margens do rio Pardo; Fazenda Colônia e Barra do Ribeirão Água Preta, pontos do rio Cachoeira de Itabuna.

Vasconcelos descreve as preocupações do Governo Estadual em favor dos índios, argumentando que na Câmara dos Deputados transitava um projeto de lei versando de forma vaga sobre a reserva de terras entre os rios Pardo e Cachoeira de Itabuna, bem como na bacia do rio Gongogi, além de outras medidas de proteção. Devido ao desejo do Governo do Estado de que o Serviço se pronunciasse a respeito, os agentes organizaram uma expedição ao local. Chegando ao Colônia, iniciaram a abertura de uma picada até o rio Pardo, mas não a concluíram, por dificuldades com os acidentes geográficos do local, com a vegetação e com os trabalhadores, já que poucos se dispunham a tal serviço, alegando receio dos indígenas e a dificuldade dos trabalhos.

Vasconcellos informa que, no dia 10 de março de 1925, o Governo do Estado baixou um decreto no Diário Oficial suspendendo as medições de terras nos três seguintes pontos: Cabeceira do Ribeirão do Ouro, afluente da margem direita do Gongogi; Cabeceiras e contra vertentes do rio do Peixe, afluente da margem direita do rio de Contas e entre os rios Pardo e o Cachoeira de Itabuna, salvaguardando o direito

dos posseiros ali já existentes.

O Capitão Vasconcellos informa ainda que o decreto causou reações negativas entre os moradores das localidades que, por intermédio da Associação Comercial de Itabuna, publicou um telegrama endereçado ao governador do Estado nos jornais daquela cidade, sendo reproduzido no Diário Oficial. Outra tática usada pelos locais, segundo o Capitão era a boataria contra o Serviço, acusando-o de projetar a expulsão dos posseiros, a fundação de uma fazenda e até a exploração de jazidas de ouro por estrangeiros.

Mesmo com as oposições, o trabalho continuou sendo executado e, ao tomar conhecimento das informações prestadas pelo Serviço, a Assembleia Legislativa modificou o projeto já citado acima e o transformou em lei de 11 de agosto, publicada no Diário Oficial. O Relatório detalha os pontos onde foram proibidas as medições:

A lei suspendia as medições de terras nos três seguintes pontos: Cabeceira do Ribeirão do Ouro, afluente da margem direita do Gongugi, cabeceiras e contravertentes do rio do Peixe, afluente da margem direita do rio de Contas, e finalmente, entre os rios Pardo e Cachoeira de Itabuna, limitada esta zona à oeste, pela picada que acabava de ser aberta por esta Seção, e à leste, por uma linha que acompanhando o ribeirão Água Preta, desde a foz até as suas cabeceiras, vá ter, deste ultimo ponto, ao Povoado de Angelim.

O Capitão argumenta que até o ano de 1926, foram estabelecidas apenas as bases iniciais para o objetivo final do Serviço, que era a atração, pacificação e educação dos indígenas. Nas palavras do Capitão, “agora que já temos onde colocá-los (os índios), poderemos, no corrente ano, nos dedicar essencialmente, a este trabalho (de atração)”.

A continuação dos trabalhos se intensifica, de acordo com o próximo relatório assinado por Vasconcellos, referente ao ano de 1928. Nele descreve com detalhes os resultados da diminuição das verbas que, além de reduzida, só foi recebida no dia 06 de agosto.

Como resultado desse problema financeiro, ele e sua equipe ficaram impossibilitados de fazer as inspeções no interior, tendo como consequências diversos prejuízos materiais, insucesso administrativo do pessoal e desastres pessoais, os quais, infelizmente, Vasconcellos não relata em detalhes.

Ele prossegue descrevendo o que seria o seu plano inicial para os processos de atração: a abertura de uma picada partindo do Posto Paraguassú pelas cabeceiras do Rio Agua Preta até o Rio Pardo, buscando evitar a viagem por Catolé. Seu objetivo

era passar pelo âmago do habitat indígena, justificando que serviria para criar um caminho que escoasse futuramente os recursos para os indígenas. Entretanto, o Capitão não demonstra se dar conta de que essa entrada nos territórios indígenas apenas afastaria o grupo, além de despertar o medo e a precaução destes.

É a partir desse ponto dos relatórios é que vemos um contato maior com os grupos indígenas. Ele relata que foram procurados por uma índia e duas crianças, ao que ele justifica dizendo acreditar que o Serviço inspirava confiança, bem como entendia que a situação de miséria fizera essa mãe tentar salvar a vida de seus filhos de algum modo. Logo depois, essa índia sumiu repentinamente.

Os contatos continuaram, entretanto, acabaram não sendo tão felizes. O Capitão conta que um dos recém-contratados, Joaquim Brito, ao se deparar com um grupo de índios, assustou-se, deu um tiro para o ar, dispersando todo o grupo, exceto um índio já de idade avançada, que acabou sendo aprisionado e morrendo de resfriado no caminho para o Posto. O resultado disso, segundo Vasconcellos, foi a esquiva pacífica dos índios, repugnância pelo contato, resultado dessa expedição frustrada e do desaparecimento do velho índio Enon.

Em 06 de agosto, Vasconcellos e sua equipe partiram para o Posto, iniciando a picada já referida em 28 de agosto, finalizando-a em 30 dias. Entretanto, durante esse período, não conseguiram contato com os índios, apenas encontraram seus vestígios.

Além da picada, também fizeram a inspeção das construções (casa do encarregado, casa de farinha, olaria, galpão) que tinham sido levantadas sem a supervisão dele e de sua equipe. Um dos problemas relativos à ausência foi o péssimo trabalho feito pelo empreiteiro da bolandeira, nas palavras do Capitão, “certo talvez da impossibilidade de nossa visita”.

Retornaram para Salvador em 18 de outubro, onde receberam informações de uma possível aproximação com os indígenas, já que um índio adulto havia chegado ao Posto, “onde se estava demorando satisfeito”. Entretanto, posteriormente, Vasconcellos recebe a notícia de que esse índio tinha morrido numa tentativa de regresso para a mata, quando tentou atravessar uma faixa de mata alagada, ficando perdido durante dias, sendo encontrado quase sem vida, próximo à beira da correnteza, morrendo pouco tempo depois, apesar dos cuidados dispensados.

Ele informa que as folhas de pagamento de pessoal foram pagas em 10 de dezembro e que roças foram abertas pelos índios, mas não informa em nenhum

momento a quantidade exata de índios que participaram desse trabalho.

Outro índio recebido no Posto foi o jovem Cateeco, de cerca de 25 anos, deficiente do pé esquerdo, que logo quis ir embora, ao que os funcionários tomaram a precaução de evitar que não desaparecesse, assegurando que ele seguisse viagem em segurança. Nas palavras de Vasconcellos, “nessa visita e nesse regresso assentam as nossas mais risonhas esperanças para o ano que acaba de entrar.”

Ele ainda descreveu projetos a serem desenvolvidos no próximo ano, como uma nova estrada que ligasse o Posto Paraguassú com a zona do Gongugy, segundo ele já escolhida para a futura sede do novo Posto. Ele justifica dizendo que esse projeto da estrada traria uma grande valorização dos terrenos próximos, sendo essa a “maior vantagem trazida pelo SPI aos poucos moradores atuais e para os muitos futuros moradores que serão atraídos pela facilidade das comunicações nessa região outrora deserta.” Deixava, assim, evidentes as pretensões futuras de incentivo às ocupações do território próximo à reserva.

Vasconcellos finaliza relatando as providências tomadas, primeiro na cidade de Ilhéus, depois em Salvador, para garantir a proteção a outros grupos indígenas. Ele relata a prisão de Marcelino José Alves, acusado de agressão ao um dos poderosos locais, tendo o SPI conseguido que fosse reavaliada, chegando à conclusão de que a agressão foi resultado de um ataque à sua pessoa, e que não havia provas de sua agressão, ao que o juiz ordenou a libertação do indígena de Olivença. Vasconcellos não imaginaria, mas Marcelino seria um dos grandes nomes da resistência indígena no sul da Bahia, a ser mais detalhada no capítulo posterior.

No ano de 1928, Vasconcellos registra em seu Relatório Anual a invasão de intrusos na região, denunciando inclusive a medição feita por engenheiros da Delegacia de Terras de Canavieiras. Ele informa que, para suspender essas medições, era necessário fechar o levantamento, finalizando a área do ribeirão da Água Preta, trabalho que se iniciou dia 28 de agosto, ao lado do auxiliar Hugo Antunes. Durante esse trabalho, avistaram um grupo de 7 índios acampados em um posto de atração à margem do Ribeirão do Junco: duas mulheres com 20 e 25 anos, duas meninas de 12 e 13 anos, e três meninos de 2, 3 e 4 anos.

Ele destacou também a rigorosa seca que assolava a região, razão pela qual perderam o mandiocal, o capim se encontrava ressequido e as roças nada haviam produzido, bem como salienta a dificuldade em obter oficiais idôneos para qualquer

obra, pois a grande maioria trabalhava com lentidão e cobrava caro.

Os trabalhos no posto foram divididos da seguinte maneira: auxiliar Cildo Meireles na coordenação de uma turma de atração nas cabeceiras do Agua Preta e de limpeza da estrada para o Rio Pardo. Telesphoro Martins Fontes passaria a direção para o auxiliar Antunes, para regressar às cabeceiras do rio Salgado e Ribeirão do Junco, que estava confiado a um mensalista.

Vasconcellos contou que durante esses períodos de trabalho na mata, conseguiram ter contato com algumas índias e crianças de ambos os sexos, que segundo o Capitão, aceitaram a convivência com eles e os acompanharam até o Posto onde se demoraram. Ainda segundo ele, os índios homens continuavam recusando o contato. Chama atenção a afirmação de que, em contrapartida à recusa ao contato, os indígenas, talvez conscientes do papel protetor do Serviço, passaram a atacar cada vez mais o gado dos habitantes dos arredores, aumentando assim as queixas e os pedidos de providências.

Vasconcellos também relatou as dificuldades de cooperação envolvendo as autoridades locais, como Graciliano Ricardo Lyrio em 1929. Na carta pessoal dirigida ao Capitão Vicente de Paula Vasconcellos, expôs os motivos para não comparecer ao compromisso anteriormente assumido de guiar os servidores do Posto Indígena na expedição de reconhecimento do Rio Água Preta. Destacamos aqui os trechos mais importantes:

Diante do meu compromisso apazado para hoje, cumpre-se o dever de cortesia, pedir-lhe desculpa. Depois da saída de V.S. o Cel. Pedro Cardoso, estando com o Cel. Tertuliano Pinho, disse-lhe: que, deixava de efetuar a compra da fazenda de D. Romualda Lacerda, porque V. S. havia dito que ela não teria direito a mata nenhuma, que ia proceder o levantamento do Rio Água Preta do Colônia e a margem esquerda, desde a foz a nascente ficaria pertencendo ao “Polígono”, isto é, ao “Posto Indígena Paraguassú” do qual V. S. é honrado e acatado chefe. Portanto, reformei o meu fraco e empobrecido intelecto que não devia seguir com V. S. para tal mister, o que V. S. sendo eu, assim também procederia, uma vez, quisesse primar pelo engrandecimento de um município que é o berço de seus filhos do Estado Natal de seu Pai Os proprietário já estão providenciando perante os Ex.mos vereadores e o Dr. Prefeito deste Município conjuntamente a Associação Comercial desta cidade afim de restabelecer a tranquilidade, hora aflita, nos habitantes e proprietários da zona do Rio Agua Preta do Colônia, motivo este, exclusivo de vossa desumana pretensão. V. S. bem sabe que, muitos anos tem aquelas propriedades, o decreto do Governo é de 1926 – mesmo assim é para uma área inculta nas florestas “entre os rios colônia e pardo”

Segundo Vasconcellos, “do mesmo bestunto saíram os termos não menos estapafúrdios de uns boletins que foram distribuídos na estrada, pelo mesmo portador da carta”.

Esse e outros proprietários da região ainda espalharam folhetos com boatos de desapropriação das posses, amedrontando os posseiros da região citada, também publicaram artigos nos jornais locais, com acusações de irregularidades na administração do Posto Indígena e amedrontando a população, buscando evitar a finalização do levantamento: insurgir os posseiros mais simples contra os serviços, já que eles não queriam que o levantamento mostrasse quais os terrenos eram ou não apossados.

Também teriam enviado, por meio dos representantes políticos locais, uma carta ao Secretário de Agricultura do Estado, que respondeu com um pronunciamento do Diretor de Terras, Minas, Colonização e Imigração do Estado, Arthur de Sá Menezes. Este explicou á população local que a lei em questão garantiria o direito á posse daqueles que ocupavam suas terras antes de 1926.

Essa argumentação é questionada pelo Capitão Vasconcellos ao explicar a sua visão sobre o suposto mal entendido que orientava toda a ação inicial dos posseiros:

Diante das esgotantes e reiteradas explicações que já há mais de 2 anos vínhamos dando a esse senhor, (como a outros proprietários e posseiros de terras do perímetro que íamos acabar de fechar, particularmente aos posseiros do ribeirão Agua Preta) do intuito que tínhamos com os levantamentos que estávamos fazendo, acabou de firmar-se em nosso espirito, em vista dos termos tão inesperados quão desparatados de ambos os documentos acima, a convicção, já esboçada, de que o intuito daquele ferrabrás, como o de outros com ele mancomunados, todos movidos por interesses inconfessáveis, era que não levássemos por diante aquele levantamento. E, para isso, lançaram mão dos meios os mais variados, inclusive, o de alarmarem, velhaca e maldosamente, os demais posseiros contra nós. O que lhes importava era, em suma, campo aberto para obterem antigas e ótimas benfeitorias por quantias ínfimas. (...) para amedrontarem os obscuros posseiros e obrigarem-nos a baixar a sua mercadoria, os espertalhões anunciavam, a seu modo, os motivos da nossa excursão, e conscientes que dela resultaria o fracasso dos seus premeditados caxixes, a ela se opunha pertinazmente

De acordo com a argumentação do Cap. Vicente Vasconcellos, em outro trecho do mesmo relatório, também existia a prática da colocação de novos posseiros, bem como de jagunços intimidando a equipe de levantamento, tanto para aumentar o número de reivindicações, como para posteriormente ser possível comprar as terras a

preços módicos, tanto de posseiros novos como dos antigos, já que se utilizavam da ideia fantasiosa de que as posses de todos os posseiros iriam ser tomadas pelo governo federal, o que, de acordo com o Capitão Vasconcellos, era feito de má fé, pois eles tinham o conhecimento do conteúdo da lei.

Em outros momentos, Vasconcellos apresenta outra carta, na qual um dos posseiros, chamado Tertuliano G. de Pinho, solicita que Vasconcellos “recorra às pessoas reconhecidamente competentes no assunto, afim de não perseverar no intento de cometer uma injustiça contra uma população que ali vive do trabalho, lutando honestamente pela sua manutenção”. Acusava-o, portanto, de não estar bem informado da situação fundiária das pessoas ali estabelecidas, muito menos do teor das leis. Este posseiro avisa que não seria qualquer acordo de desintegração que seria aceito por ele ou pelos outros.

Também existem no documento referências à força da população local, como vemos: “É de esperar, pois, que, com o alto critério que sempre lhe reconheci, tudo faça para não desgostar uma população que, no ultimo caso, será forçada a lançar mão de todos os recursos que a lei lhe facilitar, para a defesa de seus direitos incontestáveis”

Entre essas e outras alegações, Vasconcellos salienta que a prática dos “caxixes” é tão explícita, que a própria fazenda de D. Romualda, citada acima, recebeu proposta de compra de Pedro Cardoso, um dos grandes latifundiários, pela quantia módica de 30 contos. Denunciava, assim, a astúcia desses proprietários capazes de amedrontar os pequenos posseiros, fazendo-os vender suas posses a preços módicos para aquelas pessoas que sabiam exatamente que o governo não iria desapropriar os assentados antes do decreto.

Já no dia 15, quando chegaram com a equipe encarregada de fazer o levantamento à cabeceira do Rio Água Preta, Vasconcellos conta que sentiu um significativo aumento do número de pessoas que o procuravam para saber sobre a situação de suas posses. Relata com detalhes o encontro com duas turmas de oito homens cada, recentes invasores das terras localizadas nas cabeceiras do Rio Água Preta. Ali avistaram áreas recentemente abertas, com poucas tarefas de extensão, algumas com escassas plantações de cacau, outras com pequenas moitas de capim, milho e feijão, plantações feitas, no máximo, havia 30 dias.

Entre essas áreas, também se viam pequenos ranchos precários, mal cobertos

de palha, sem tapume lateral, onde em seu interior havia apenas jiraus. Um desses grupos de posseiros, Vasconcellos classifica como quatro “tabaréus”, sem agasalho, sem suprimentos, e um deles com febre e sem medicação, sendo acudidos pela própria equipe de levantamento. Essas invasões forçadas eram para o capitão a confirmação de que se objetivava caracterizar como posses antigas o maior território possível, facilitando a inserção de novos posseiros ilegais na área de reserva.

Vasconcellos recebeu uma carta pessoal de Manoel Moura, respondendo a questionamentos feitos pelo Serviço a respeito de como conseguira autorização para a medição de novas posses. Manoel Moura, cujas terras haviam sido medidas pela Delegacia de Terras de Canavieiras, argumentou que se houve irregularidade ou inobservância da lei, estas se deviam aos funcionários da Delegacia de Terras, responsáveis pela medição das terras e não dele. Ele afirma ainda que abandonaria suas terras, mas não antes de ser devidamente ressarcido em seus prejuízos.

Seu relatório noticia o relato de dois artigos de jornal, o primeiro deles de mensagem mais cordata, mesmo ainda indiretamente atribuindo uma imagem de despreparo a Vasconcellos, que resume a questão da seguinte forma: “fazemos votos pelo bom entendimento entre o capitão Vasconcellos, que deve procurar se esclarecer melhor sobre os direitos dos reclamantes, e estes com um pouco de boa vontade e ânimo calmo, ficará solucionado o assunto”.

Outro jornal de Itabuna, mais agressivo quanto às colocações, já tinha em seu título a sua posição bem explicitada: “O aldeamento dos índios no Rio Agua Preta do Colônia e o esbulho dos posseiros”. Nesse artigo, as ações de Vasconcellos e sua equipe são classificadas como realizadas ao “bel prazer” do Capitão, resultando no esbulho dos antigos posseiros. Apresentam o número de 112 posseiros prejudicados pelas ações do Serviço e informam que ações concretas já tinham sido tomadas, tais como um telegrama enviado ao governo do Estado. Nele protestavam contra uma lei federal demasiadamente generosa por reservar uma área de terra colossal para os índios, onerando o estado com as despesas referentes à implantação e manutenção da área e a perda de possíveis impostos que deixariam de ser recolhidos dos investidores daquela região.

Vasconcellos questionou no relatório essa suposta generosidade da lei e chamou a atenção para a periculosidade da situação, pois, em suas palavras, “se não houver por parte do estado prontas e enérgicas providências, será para o próprio

estado uma utopia a criação do horto florestal.”

Sobre a criação do horto florestal em conjunto com a reserva indígena, podemos compreender que tanto é possível que fosse uma estratégia para ajudar a convencer autoridades na importância da reserva não só para os índios, mas para preservação ambiental. Também podemos pensar a possibilidade da ideia da reserva para os indígenas ser menos importante do que o projeto de reserva ambiental.

Entretanto, em qualquer uma das circunstâncias, podemos observar dificuldades que essa situação trariam a longo prazo para os indígenas, pois a ocupação da área como um todo poderia ser questionada posteriormente, ou até mesmo a utilização da área para agricultura ou pecuária como planejavam os agentes do SPI poderia ser questionada, gerando um grande impasse. De qualquer forma, essa divisão específica entre o espaço para o horto e o espaço para o uso dos indígenas nunca chegou a ser oficializada.

Vasconcellos também relatou encontros com outros índios, em sua grande maioria crianças, e segundo o seu relato, geralmente encontradas escondidas, doentes e bastante desconfiadas. Destacou, ainda, que alguns índios adultos, como um de nome “José Bonifácio”, possivelmente um índio já aldeado anteriormente, se aproximavam do posto, inclusive participando ativamente das atividades agrícolas, embora não tivesse habilidade com o português.

Ele dá conta de vestígios da presença indígena na altura da serra do Timorante, próximo ao rio Urubá, um dos formadores do Gongogi, transferindo um dos auxiliares e sua turma para essa localidade, inclusive José Bonifácio. Também relata diversas queixas de flechas no gado, ao que ele justifica pela devastadora seca e pela fome que assolava os grupos indígenas locais.

- **A luta pela posse da terra e o contato interétnico no Sul da Bahia. 1930 – 1938.**

Na seção da Bahia, estando o Major Vicente Vasconcellos, seu chefe a fazer o levantamento expedito da reserva concedida ao Serviço de Proteção aos índios pela lei estadual n. 1916 de 9 de Agosto de 1926, houve alguma desinteligência por parte de alguns posseiros, desinteligência que aquele oficial removeu com o seu tato habitual.

Continuaram os trabalhos de construção e lavoura do posto Paraguassú e diversas expedições foram feitas pelos empregados desse posto em busca

dos selvícolas da região que ainda não mantém relações com os do posto. Essas expedições não deram resultados imediatos, mas preparam o caminho para novas tentativas com melhor êxito. (CAVALCANTI, 1930)

Nesse relatório da Diretoria Geral do SPI podemos observar com clareza o distanciamento dado entre os trabalhos realizados no estado da Bahia e as demais regiões do país. Enquanto o relatório sobre o estado baiano contém apenas 14 linhas, as descrições acerca dos outros estados contêm 98 páginas com relatos detalhados sobre os trabalhos executados em cada posto.

Podemos observar que o tom utilizado é de relativa preocupação e de veemente justificativa da morosidade para a obtenção de resultados dentro da área dos postos no estado. Entretanto, não são dadas maiores explicações sobre os motivos das dificuldades no andamento dos trabalhos.

Essa diferença também aponta a preferência do trabalho que estava sendo executado nas áreas de possibilidade de encontro com grupos indígenas com pouco tempo de contato com a sociedade nacional, preferência essa já foi explicitada no capítulo anterior.

Com o trecho acima, explicitamos a tônica dessa segunda fase dos trabalhos do SPI dentro do estado da Bahia: um momento de tensão provocado pela dificuldade em estabelecer contato com grupos indígenas ainda considerados “hostis”, ou seja, os mais “interessantes” para a manutenção financeira e política do SPI no estado.

- **O estabelecimento definitivo do SPI no estado.**

Já em 1932, três anos mais tarde, aparece outro relatório dos trabalhos regionais, já assinado por um novo encarregado, Alberto Jacobina, que inicia descrevendo o estado de estagnação dos trabalhos, em referência ao ano de 1931, e explica a ausência de comando devido à Revolução de 30, que retirou Vicente de Paula Vasconcellos do serviço no Posto.

Em complemento, ele informa a situação precária vivida desde então por funcionários e indígenas assentados, já que dos vinte indígenas anteriormente assentados, 6 vieram a óbito. Jacobina ainda cita alguns caso de leishmaniose

cutânea, com ulcerações no nariz de dois índios. Ele descreve as agruras vividas a partir da ordem de supressão de despesas, que fez com que os gastos do posto se resumisse a garantir a alimentação de todo o pessoal.

Jacobina relata não ter informações relevantes a serem prestadas e, por isso, faz uma espécie de resumo das informações que conseguiu colher ao longo do ano trabalhado, tendo dividido em quatro os grupos indígenas atendidos:

No Rio Cachoeira ou Colônia, estavam o grupo “Han-han-Hãe (sic). Eram compostos de cerca de 40 pessoas, sendo que 20 deles foram atraídos, e outros 20 permaneciam nas matas. Na margem esquerda do médio Rio Pardo estavam o grupo “Baenan” (sic), com cerca de 50 índios, onde cerca de 4 deles já haviam visitado o Posto; Nas cabeceiras do Gongogi havia uma ramificação dos “Baenan”, os “Bae Nan Min Tae”, com cerca de 20 índios, sendo que apenas um deles já havia visitado o Posto, porém não cita nomes.

E por fim, um pequeno grupo do rio Jequitinhonha, reduzido a 12 pessoas. Ele destaca a proteção que era dada a esse grupo pelo fazendeiro chamado Hermilino de Assis, que era casado com uma índia

De acordo com o encarregado, essas visitas feitas pelos índios eram imperceptíveis, a não ser pelos “presentes” retirados, e altamente respeitadas, e ocorreram muito mais antes do corte de verbas. E por fim, depois do corte de verbas, o serviço foi suspenso tendo 80% dos trabalhadores sido dispensados. Permaneceram apenas os mais hábeis na atração, conservação das obras, e tratamento das plantações. Os demais foram demitidos sem receberem pelos serviços anteriormente prestados. O Encarregado assevera:

O que existe, portanto, por agora, nos postos do Sul Bahiano (sic) é a simples conservação do que foi feito para os índios pelo governo da Republica, por feliz iniciativa de outro nobre Bahiano (sic) – o Dr. Francisco Marcos de Góes Calmon, falecido apenas há dez dias. (...) O principal trabalho feito na Bahia pela “Proteção aos Índios” foi o levantamento, por vós ordenado, do grande retângulo formado pelas linhas Água Preta- Angelim, Angelim- Abóboras, Aboboras- Colônia e Colônia-Água Preta.

O encarregado continua argumentando sobre a necessidade de vigilância contra possíveis invasores que porventura poderiam se aproveitar da estagnação das atividades para retomar as ocupações dentro da reserva.

A posição de Jacobina a respeito do movimento revolucionário de 1930 não

fica muito clara, pois ele relata que o afastamento de Vasconcellos aconteceu por conta do golpe. Não sabemos qual foi sua intencionalidade ao ressaltar essa situação, entretanto, vale acrescentar que seu filho, Alberto Pizzarro Jacobina escreve, em 1963, no Rio de Janeiro, um livro de memórias intitulado “Traços Biográficos de Vicente de Paula Vasconcellos”, com o subtítulo: “Longo e fulgurante capítulo da História da Comissão Rondon”, onde descreve a vida do capitão desde a infância até seus trabalhos em campo.

Essas memórias são baseadas em cartas pessoais do Capitão Vasconcellos, e foram compiladas para serem apresentadas no Clube Positivista do Rio de Janeiro, após seu falecimento, em 1962. Infelizmente nessas memórias não aparecem maiores menções sobre suas preferências políticas ou por quais motivos teria sido afastado do SPI no sul da Bahia.

Não sabemos qual o nível da relação entre eles, mas não parece ser possível que seus comentários sobre o trabalho de Vasconcellos tenham sido feitos pra prejudica-lo, ficando mas próximos de que sua intenção era de fato descrever os impactos da Revolução de 30 para o Serviço.

Na sua finalização do relatório, ele fez menção ao Interventor e sua posição acerca da continuidade dos trabalhos, sobretudo da manutenção da área de reserva, deixando claras suas incertezas sobre o destino a ser dado ao território pelo mesmo (JACOBINA, 1932)

- **Bahia - Disputas políticas regionais e o golpe de 30**

No ano de 1930, o governador baiano Vital Soares foi candidato a vice-presidente na coligação de Júlio Prestes, apoiado por Washington Luís. Vital Soares tinha fortes ligações com as oligarquias mais conservadoras da Bahia, sendo ele próprio proprietário de fazendas de cacau na região sul e diretamente ligado ao grupo pessoísta e a seus representantes.

De acordo com Marcelo Lins, também existiu apoio à candidatura de Getúlio Vargas no sul do estado, onde foi criado um núcleo da Aliança Liberal em Ilhéus, presidido por Eusínio Lavigne, opositorista ao governo municipal e articulista do jornal *Diario da Tarde*. O novo núcleo contava com apoio do coronel Avelino

Fernandes, Joaquim Lopes Filho, Renato Leite da Silveira, e o coronel Adonias Aguiar”.

De acordo com Lins, Gileno Amado, genro do Coronel Misael Tavares, e líder político de expressão na região, mantendo seu apoio a Washington Luiz, enviou para a capital o fazendeiro Antônio Cordeiro de Miranda, buscando formar um grupo armado de “voluntários para a defesa do presidente eleito. Para comandar essas tropas, foi convidado um soldado reformado da polícia de Pernambuco e residente em Itabuna, chamado Tenente Alcanforado.

Entretanto, quando eclodiram as revoltas armadas, as elites baianas se prontificam a apoiar a permanência do presidente no poder, montando grupos militares de resistência ao golpe. No sul da Bahia, Gileno Amado, representante pessoísta em Itabuna, recebeu apoio financeiro e munição de General Santa Cruz, enviado do governo federal para organizar as forças de resistência. Formou-se um batalhão de voluntários, que se dirigiram para Salvador, mas que acabaram não lutando, pois ao chegar em Salvador, o governo revolucionário já havia se instalado.

Isso significou para os líderes políticos do sul da Bahia a prisão de Gileno Amado, o desaparecimento do Tenente Alcanforado e a fuga de Cordeiro de Miranda. Posteriormente, a situação política foi solucionada de forma pacífica, sem outras prisões. Entretanto, a política regional acabou por mudar de mãos: foi nomeado um novo prefeito para Itabuna, Glicério Esteves Lima, em 1932. Lins relata que em Ilhéus o tenente José Anselmo tentou sem sucesso embarcar com um grupo de atiradores para lutar ao lado dos tenentes. Com a vitória do movimento, ele se intitulou governador do sul do Estado e prendeu alguns políticos de Ilhéus, dentre eles, Mario e Astor Pessoa, que não permaneceram muito tempo presos.

A partir das transformações ocorridas em 1930 em Ilhéus, terminava o período do poder *pessoísta* com a ascensão de Eusínio Gaston Lavigne ao poder municipal, de onde só sairia em 1937 com o golpe do Estado Novo. Descendente de uma das famílias de franceses que se instalou na região no início do século XIX, antigos proprietários de escravos e, após a proclamação da República, vinculada politicamente aos chamados “adamistas” de Ilhéus. Mahony descreve esse grupo:

Embora esses homens não tivessem nascido em famílias destacadas da Bahia, também não pertenciam às classes mais baixas. A maioria deles era alfabetizada, enquanto cerca de 80% da população local não eram. Em

geral, suas famílias haviam sido donas de pequenas propriedades ou casas de comércio e, em alguns casos, até de alguns poucos escravos. Mas, se eles não eram completamente pobres antes de se tornarem ricos, quando comparamos suas trajetórias e experiências com as dos membros do grupo aristocrático, todos eles pareciam ter nascido pobres ou pelo menos sem muitos recursos. Eles não herdaram grandes fortunas, não possuíam grande número de escravos e, com poucas exceções, não tinham conexões de parentesco legítimo com as famílias poderosas, nem da Bahia nem do Brasil.

Mahony relata que nem todos os novos ricos da região eram oriundos de famílias de negros ou indígenas, como Henrique Berbert Júnior, que era filho de alemães pobres fugidos das guerras napoleônicas. Ramiro Ildefonso de Araújo Castro, branco, era descendente de antigos colonizadores de Ilhéus, sem grandes recursos financeiros. A autora também cita João e Virgílio Calasans de Amorim, também brancos, que “trabalharam na venda de seu pai antes de começar a cultivar cacau, ainda que por parte de mãe descendessem de senhores de engenho de Sergipe”.

Dessa forma, o governo estadual baiano passou ao poder dos interventores a partir da chegada de Getúlio Vargas ao poder. Os dois primeiros interventores foram civis: Leopoldo Afrânio do Amaral e Artur Neiva, que governaram por poucos meses. Após breve intervalo de administração do general Raimundo Barbosa, o Capitão Juracy Magalhães passou a ser o novo interventor, governando por seis anos. Sua relativa permanência no poder se deveu aos acordos feitos com chefes políticos do segundo escalão e com os coronéis. Sobre as especificidades da Revolução de 30 na Bahia, Pinheiro relata que

Por aqui (a revolução) chegou na ponta das baionetas dos Tenentes Juracy Magalhães e Agildo Barata. Ficou sob a custódia do primeiro a contra gosto da oligarquia local. Afinal o interventor era ainda muito "jovem", "militar" e "forasteiro". Três defeitos irreparáveis para que o insigne tenente cearense se arvorasse a chefe político local, diante de vestais da oligarquia baiana como J.J Seabra, Simões Filho, Pedro Lago, Góes Calmon e Otávio Mangabeira.

De acordo com o autor, o questionamento recaía mais sobre as ideias inovadoras do interventor cearense. Este, logo que percebeu que não teria apoio político na oligarquia situada em Salvador, buscou apoios entre os políticos de menor destaque no interior, buscando arregimentar maioria. Pinheiro demonstra que:

Para administrar este apoio Juracy dividiu o Estado em amplas coligações municipais que tinham à frente importantes chefes políticos locais. A mais

importante delas foi a Coligação Sertaneja, instalada em janeiro de 1933, em Juazeiro sob a liderança do Coronel Franklin Lins de Albuquerque do município de Pilão Arcado, congregando 20 municípios. A aliança social e política Municipal dirigida pelo engenheiro José Jatobá, prefeito de Senhor do Bonfim, congregava 10 municípios.

Evidentemente, para granjear todo este apoio Juracy vai dar “carta branca” aos chefes políticos locais que eram verdadeiros donatários em suas pequenas “capitanias”. De posse de todo este poder de 24 a 27 de janeiro de 1933, Juracy convoca os 151 municípios para a convenção que cria o Partido Social Democrático (PSD).

Destarte, Lins demonstra que Juracy Magalhães ainda enfrentou a oposição de diversos grupos representantes das oligarquias - Seabra, Calmon, Mangabeira, Pedro Lago, Simões Filho, os chamados Autonomistas – que persistiam na acusação que faziam de Juracy Magalhães ser um “estrangeiro. A base de apoio de Juracy , formada por antigos grupos tradicionais do interior do estado, como os “Lins de Albuquerque e Mariani, no São Francisco; ou Gileno Amado, na Região Cacaueira

A partir do acordo entre interventor e elites, Gileno Amado foi nomeado Secretário Estadual da Fazenda e ficou responsável por controlar o jornal “*O Estado da Bahia*” ligado ao governador e liderou o PSD em Itabuna. Por sua vez, Antônio Cordeiro de Miranda passou a dirigir o jornal do PSD em Itabuna, “*A Época*”, e foi deputado estadual em 1935. Ambos fizeram parte do grupo político de sustentação ao governo de Getúlio Vargas e Juracy Magalhães. Em 1932, durante a intervenção naqueles municípios, Claudionor Silvestre Alpoim, assumiu a prefeitura, pois foi indicado por Gileno Amado

Na região Sul da Bahia, já em meados da década de trinta, ocorreu uma nova fase de concentração econômica, da falência de alguns comerciantes e fortalecimento daqueles que resistiram. Na agricultura, foi um período de recuperação da lavoura e da economia a partir de maior intervenção estatal e planejamento. Lins demonstra que também tiveram impacto na região, a Lei de Usura de 1933 que determinou limite da taxa de juros e a Lei do Reajustamento Econômico (1934) que reduziu em 50% os débitos de produtores contraídos até 30 de julho de 1933, o que possibilitou aos agricultores saldarem suas dívidas.

De acordo com Lins, Eusínio Lavigne se consolidou, enquanto liderança política instituída, a partir de um discurso de conciliação, do cooperativismo, e de maior intervenção do Estado, tendo como exemplo a criação do Instituto de Cacao da Bahia (ICB), em 1931, para socorrer os atingidos pela crise, estabelecer um preço único para o cacau, e realizar a intermediação da compra do cacau, evitando assim a

especulação. Também promoveu a abertura de estradas, forneceu crédito agrícola e gerenciou pesquisas de melhoramento do cacau.

Dessa forma, em 2 de outubro de 1931, Alberto Jacobina faz um apelo ao interventor do estado, relatando o completo desaparelhamento em que se encontrava o SPI. Em forma de memorial, ele relata a Juracy Magalhães que a criação do SPI no estado se deu a partir de um pedido do ex-governador Goes Calmón e descreve o trabalho do serviço como algo silencioso, por se dar dentro da floresta.

Ele faz um breve histórico dos trabalhos já realizados pelo serviço, destacando: levantamento territorial; o desbravamento da floresta; a construção dos edifícios dos Postos e o estabelecimento de uma pequena aldeia dos “gueerens” a 200 metros do centro da reserva; a abertura de uma grande picada de nove léguas e meia; abertura de grande picada na margem do rio Pardo; construção do pequeno posto “Ajucariba”, com roças e casa de farinha para o auxílio dos “Noc- noacs” ; grande derrubada “no ponto em que o picadão transpõe a linha de divisão das águas dos dois rios com plantações de mandioca, milho, cana, feijão, cacau e café, com uma casa de farinha no Paraguassu e engenho de cana”; abertura de picadas à margem do córrego Alegria, formando invernada para os animais que deveriam ser adquiridos “antes da revolução cortar as verbas do serviço. Destaca, ainda, o trabalho de atração dos índios.

Jacobina chama a atenção para uma característica importantíssima do trabalho desenvolvido pelo SPI no sul do estado: a divisão dos índios em duas categorias. Ele cita a cisão de cada grupo em dois partidos: o primeiro, chamado de “liberal”, correspondendo àqueles “a favor da paz e da aproximação com os novos intrusos que pareciam benfeitores, e o outro grupo, chamado de conservador, preferindo afastar-se, na impossibilidade de combater quem os presenteava assiduamente”. Jacobina assevera:

tudo isto que representa para o patrimônio nacional algumas centenas de contos de reis, perde-se hoje por ser ignorado pelo Governo Revolucionário que se diz arauto das preocupações sociais que os democratas derrubados declaravam não possuir, amparando, embora, todos eles, a incorporação do índio ao nosso meio.

Fazendo duras críticas à postura adotada pelo governo revolucionário frente à proteção aos índios, Jacobina reconhece a piora na situação do SPI após a transferência para o Ministério do Trabalho, em 1930, pelo governo revolucionário

entender que o papel do SPI era mais relacionado à formação de novos trabalhadores. A respeito dessa mudança de pasta, Lima nos mostra que:

Mais uma vez o Serviço de Proteção aos Índios era alinhado a tarefas de pouco peso político naquele período, sendo minoritário dentre elas. Se tomarmos a concepção do cerco de paz a crise por que passaria evidenciase na queda vertiginosa do número de unidades (...) que de 1930 a 1933 passaria de 67 a em torno de 15 a 19. Cabe destacar, por outro lado, que enquanto o Ministério operava sobre o que era efetiva ou potencialmente força de trabalho, o Serviço era responsável pela construção do grande cerco de paz sobre populações já, àquela altura, percebidas como não imediatamente cambiáveis em massa trabalhadora, e por meio delas, sobre espaços.

De fato, a percepção de que a formação de trabalhadores, a curto ou médio prazo, não seria tão rápida sendo o SPI administrado por membros de uma pasta voltada acima de tudo para a contenção e controle da mão de obra mais cidadina. Seu grande objetivo era o de sufocar buscando sufocar possíveis focos de recrudescimento do movimento operário, o que já explica a diminuição drástica nas verbas para o Serviço. Entretanto, faz-se necessário pensar a situação de penúria local e de arrefecimento do contato com os índios, narrada por Jacobina:

e quando o abaixo-assinado atingia a zona de Itabuna, encontrava o pessoal com um ano de abandono e de jejum, em plena mata, resistindo fielmente às ameaças da fome, que só as plantações dos dois postos mitigavam. Os credores irritados pela suspensão dos pagamentos e desacreditando o serviço oficial, recusavam qualquer fornecimento. O índio, cansado de passar privações nos postos instalados para ele, volveva novamente à floresta e, amontado com os companheiros que havia taxado de retrógrados, retomava a sua desconfiança crescente dos brancos que reputa “enganadores”..

Não sabemos até que ponto as justificativas que versam sobre o retorno de indígenas para as matas é válida, já que em relatórios anteriores não se vê muitos relatos de grupos indígenas dentro dos postos. O que vemos é a possível justificativa para a ausência de grupos indígenas dentro do Posto, bem como a argumentação ideal para o imediato pagamento das verbas atrasadas, já que nem ao menos o objetivo inicial do Serviço estava sendo mantido, que era a assistência aos índios.

Jacobina ainda assevera que o Serviço estava entregue a um único funcionário efetivo, sem escritório físico pois os trabalhos aconteciam na mata, longe dos olhos das autoridades superiores. Ele resume a situação das verbas relatando que “o serviço fica assim reduzido à quase inércia, pelo regime de empenho de despesa (...), pois um

simples visto nas suas contas ou um confere na mercadoria entrada torna necessário viajar 20 léguas em busca de um capataz

O encarregado ainda assevera que seu trabalho estava sendo solicitado por outros grupos indígenas do território baiano, como Angical, Olivença (por questões de terra), Barcelos (negociação de riquezas do subsolo) e Itaporanga em Sergipe, informando que a jurisdição na qual trabalhava compreendia os territórios entre a foz do Jequitinhonha até a foz do São Francisco. Também informa que o Ministro do Trabalho ainda o incumbira de questões atinentes ao operariado de Sergipe, Alagoas e Bahia, aumentando o volume de trabalho ao mesmo tempo em que diminuía as verbas para executá-lo.

Ele ainda afirma em seu memorial que o índio “é o operário de amanhã e não se compreende que seja abandonado para que só cuidemos do (seu) irmão de dores, o operariado, (este) menos desgraçado, entretanto, do que ele (o índio).” . Por fim, Jacobina recorre ao prestígio recente de Juracy Magalhães, quando afirma:

O vosso sentimento já conhecido por todos e o raro critério que demonstrais no serviço público vos ditará, por certo, à vista do exposto, as medidas que vos dignareis solicitar aos Sr. Ministro do Trabalho para o bem desta dependência da administração durante o ano próximo, isto é: Verba conveniente e pessoal idôneo, mas, sobretudo, - liberdade e meios de locomoção, para que o abaixo assinado possa percorrer a tempo e hora os serviços pelos quais é responsável. (JACOBINA, 1932. Grifos do autor)

Jacobina não busca auxílio financeiro direto, mas sim solicitava que Juracy Magalhães intercedesse pelo Serviço frente ao Ministério do Trabalho para que as verbas não fossem tão diminuídas ou que, ao menos, fossem pagos os erários atrasados. Entretanto, cabe-nos questionar até que ponto a preocupação de Jacobina era unicamente com os indígenas ou se esse era apenas o argumento ideal para justificar a manutenção financeira do Serviço de forma integral.

Insinua-se, assim, a existência de um “humanismo” cada vez menor dentro do Serviço, já que vemos que ele aparece apenas como justificativa para a manutenção de verbas. Os discursos dos agentes do Estado passam, cada vez mais, a se apresentarem como relatos de funcionários públicos comuns, menos ligados aos ideais humanistas dos primeiros agentes do SPI e cada vez mais ligados às questões burocráticas e financeiras do serviço público. Até mesmo a luta pela sobrevivência física, mediante o

pagamento dos seus salários aparece, mesmo que ainda escondida por um discurso altruísta em relação aos índios.

Jacobina deposita suas esperanças na figura carismática de Juracy Magalhães, entretanto, não obtivemos nos documentos pertencentes aos SPI nenhum indício de que este teria atendido a solicitação de Jacobina. O documento que utilizamos para análise é uma cópia do ofício enviado sem qualquer marca de ter sido respondido.

Como já vimos, Juracy Magalhães, impulsionado pela resistência recebida dos políticos ditos tradicionais, passou a manter contato direto com os coronéis no poder, evitando a intermediação de deputados, valorizando, assim, a ação dos coronéis. Ana Luiza Pinho relata que Juracy fez alianças com pessoas que não tinham expressão na política baiana, como professores universitários, jornalistas e outros profissionais não aproveitados pela oposição, resultando na lealdade desses novos políticos, possibilitando sua ascensão ao cenário político estadual e nacional.

Não apenas a política de acordos com as elites locais fizeram com que Juracy Magalhães se estabilizasse no poder. Pinho afirma que

medidas como a estabilização econômica do estado; o combate eficiente ao banditismo; o incentivo ao desenvolvimento da agricultura (através de vários novos Institutos nos moldes do já existente Instituto do Cacau); a construção de escolas pelo interior e de hospitais na capital do estado; pavimentação de estradas; início da construção do porto de Salvador e reinício das obras de saneamento na mesma cidade; em muito contribuíram para atrair, estabelecer e solidificar as alianças necessárias para que Juracy conseguisse governar o estado durante seis anos.

. Constatamos a predisposição de Juracy frente às elites regionais quando o mesmo acolher prontamente um documento referente ao ano de 1933 assinado por cinquenta posseiros manifestando-se contra o funcionamento e medição da reserva do Posto Indígena. Esse memorial foi entregue por políticos locais a Juracy Magalhães e ele o enviou diretamente para o ministro da Agricultura e Comércio, que solicitou explicações aos responsáveis pela Inspeção Regional e pelo Posto Indígena. Estes prontamente atenderam refutando todas as argumentações e acusações contra o trabalho desenvolvido

- O memorial dos comerciantes e produtores de Itabuna: solicitação de extinção do Posto

Indígena

Este memorial foi escrito e assinado por proprietários e comerciantes de Itabuna e região no qual arrolavam doze argumentos que buscam atestar a ineficácia do Posto Indígena. A partir desses argumentos, o grupo solicita a extinção da área de reserva ou sua redução.

Reproduzimos a íntegra do documento na seção de anexos, (p. 139), e a partir da análise de seu conteúdo, formulamos alguns conceitos gerais expostos pelos signatários, que demonstram de maneira inicial as posições mantidas por essa elite, as suas reivindicações e as acusações que faziam parte da estrutura argumentativa do memorial.

O primeiro conceito refere-se ao desenvolvimento local, que é colocado desde o primeiro parágrafo do texto como prioridade absoluta do grupo que se manifesta e, a partir desse desejo incontestado de progresso, eles se posicionam a favor da utilização dos recursos existentes na área para a franca expansão das atividades agropastoris, já que segundo eles, o território reservado é de excelente qualidade, fazendo-os questionar sua destinação aos indígenas. Outro ponto de argumentação mencionado é o possível aumento de receitas do Governo do Estado com a futura exploração do território e, por fim, eles salientam a existência de mais de 300 posseiros na área antes mesmo da promulgação do Decreto, reforçando a ideia da necessidade deles e suas famílias garantirem sua subsistência.

Também observamos que a comissão reivindica providências das autoridades superiores estaduais diretamente ligadas ao trabalho do Serviço de Proteção aos Índios. Toda a argumentação é permeada por acusações de irregularidades administrativas e desvios financeiros, também divulgados na imprensa escrita da época, culminando na solicitação de sindicância por parte dos signatários. Essas denúncias também serviam como mais uma linha argumentativa para a solicitação de extinção do Posto Indígena, já que gerava a desmoralização de seus servidores e descrédito ao trabalho por eles desempenhado.

Outro fator complicador citado no memorial era a ausência de índios a serem “catequisados”. A expressão “catequisar”, utilizada amplamente no decorrer do memorial, demonstra a força da lógica do senso comum acerca do trabalho a ser feito, bem como demonstra a ideia de que a proteção deveria ser limitada àqueles indígenas

ainda desprovidos de qualquer contato com a sociedade nacional.

Também vale ressaltar que o Serviço de Proteção aos Índios foi criado em um contexto de discussão política imediatamente posterior à proclamação da República, que, segundo Júlio Gagliardi, exigia um distanciamento completo do Estado em relação às instituições religiosas (Gagliardi, 1989). Lima assevera que:

As alterações na relação Igreja/Estado, afora o inequívoco predomínio de positivistas ligados ao Apostolado Leigo nas fileiras dos SPILTN, seriam fundamentais para o afastamento da ideia de catequese (entendida como uso de membros das ordens religiosas na qualidade de funcionários de uma administração estatizada para o trabalho direto com os povos indígenas). O substitutivo seria a presença militar e o uso do termo proteção. O uso instrumental do termo proteção era fato consciente e parte da luta pela laicização dos serviços estatizados e dos recursos materiais que envolviam.

Nesse sentido, o tema é resignificado, passando a ser sinônimo da atuação do Estado, mesmo que laico, com grupos “bravios ou hostis”, contatados recentemente ou por contatar. Nesse sentido, estavam afirmando que não havia índios nessa condição na região e não reconhecendo os aldeados anteriormente como índios. É uma afirmação coerente com o pensamento da segunda metade do século XIX e com a filosofia que orientou a própria fundação do SPI.

Entretanto, esse distanciamento ainda não aparece como algo vislumbrado pelas elites locais. Mas já na documentação oficial, escrita pelos encarregados do Posto, em nenhum momento aparece a palavra catequese. O discurso existente nos relatórios dificilmente sai do padrão de pensamento explicitado no capítulo dois, referente aos ideais humanistas preconizados por Cândido Rondon.

Porém, se entendemos que, quando os signatários falavam sobre índios “a serem catechizados”, então, torna-se possível imaginar que na conta que eles fizeram sobre os índios assistidos pelo Posto, não foram contabilizados aqueles que já tinham passado por algum processo de interação cultural. Se apenas foram considerados como indígenas aqueles ainda sem contato, então a argumentação questionando o escasso contingente de índios é bastante discutível.

Da mesma forma, compreendemos as sugestões dos signatários para a redução do perímetro do Posto Indígena ou mudança da área a ser reservada. Lembrem que as áreas sugeridas pela elite local para serem as novas áreas de reserva são, na maioria das vezes, extremamente castigadas pela seca, de trato difícil para a agricultura ou a pecuária.

Outro conceito levantado destaca o não entendimento da lei, que diz claramente que as posses estabelecidas antes do decreto seriam mantidas, em confronto com decisões políticas tomadas em âmbito federal.

- **A defesa do SPI elaborada por José Bezerra.**

A partir de todas as argumentações levantadas acima, observamos claramente que as elites regionais estudadas tinham um objetivo claro: a imediata ocupação e utilização das terras reservadas por seus representantes. Para isso, inicialmente foi utilizada uma estratégia de questionamento sobre as posses antigas localizadas na área do Posto, mas não era claramente solicitada a extinção completa dos trabalhos. Posteriormente, a argumentação se solidifica, e propõe-se a extinção completa do Posto Indígena, ou então a transferência da reserva para um lugar menor.

Entretanto, acontece por parte de José Bezerra, o diretor regional do SPI, um grande esforço para a refutação dos argumentos elencados pelos agricultores locais e, é a partir desse esforço, que observamos a primeira tentativa local de explicar o surgimento do SPI no estado. Ele inicia sua contra argumentação citando os documentos que ele coloca em anexo, a carta de Frei Bento de Souza, de 1924, a comunicação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, de 1925, além dos decretos referentes à reserva da área, um mapa contendo o esboço da região e um mapa da área a discriminar e demarcar.

Na carta de Frei Bento de Souza, missionário franciscano no alto do Rio Pardo, datada de 28 de março de 1924 existem os primeiros relatos detalhados de violência contra indígenas expressos na documentação oficial:

Expulsos da margem direito do Rio- passaram-se (os índios) para a esquerda, onde vivem sem fazerem mal a ninguém. Infelizmente qualquer civilizado pode invadir-lhes os terrenos, expulsa-los à bala, chamar o engenheiro para medir as terras roubadas e afinal compra-las legalmente ao governo. O pobre caboclo, não repele o invasor, foge mais para a mata. Acossados pela fome, às vezes roubam mandioca ou matam alguma rês.

Eles têm sido vítimas das chamadas “entradas” que são tiroteios e matança de caboclos. Tem-se matado índio no Rio Pardo como bichos. Algumas vezes eles vingam-se e, sem o saberem, até de inocentes, como sucedeu no Córrego da Água Preta. Dois caçadores atiraram sobre alguns índios, que se banhavam no córrego e correram em direção a uma casa de uma família, amiga dos caboclos. Estes crendo serem os membros da família os criminosos, atacaram a casa, mataram todos que encontraram e fizeram uma pilha de cadáveres. Hoje já não apanham o que se lhes bota. A causa

provavelmente foi a seguinte perversidade, como contou-me o Dr. Prisco Vianna, de Canavieiras. Houve quem levasse roupas de variolosos e as deixasse em lugares, onde os caboclos as apanhassem, para os destruir. De fato, viam-se mais tarde os urubus baixando sobre as matas.

O documento descreve com detalhes as invasões de terreno e a regulamentação posterior dada aos lotes invadidos, bem como as táticas de aniquilação dos povos indígenas, seja por confronto direto ou pelo contágio proposital por doenças. A solução proposta pelo missionário se volta para a entrega da “catequese” dos indígenas a algum grupo religioso.

José Bezerra também apresentou uma comunicação do IGHB de 13 de maio de 1925, versando sobre a urgente necessidade de proteção para os indígenas do sul da Bahia. O documento cita a tentativa de padres beneditinos de fixar uma colônia de catequese em Angelim, tendo desistido logo depois por não obterem auxílio governamental nem mesmo a doação do terreno para construção da colônia.

A comunicação relata uma conversa com um intérprete, ou “língua” antigo empregado da Comissão Rondon· conhecido pelos condinomes João Caboclo ou João Flechado, cujo nome verdadeiro era João Antônio da Silva, que informou sobre a existência de cerca de uma centena de índios tupinambás e outra centena de Pataxós nas margens do Jequitinhonha. Ele relatou que ambos os grupos eram urgentemente necessitados de proteção estatal, já que eram alvos de diversas formas de extermínio por parte dos nacionais, tais como caçadas á bala ou a já referida prática de entrega de roupas contaminadas com varíola.

Como proposta para a proteção dos índios, o IGHB propôs que o governo do estado reservasse terrenos para a fixação dos indígenas, entretanto, ainda propõe:

A doação do terreno poderia ser feita ao próprio Instituto Histórico da Bahia, sendo ele considerado como tutor ou protetor legal dos Tupinambás e Pataxós. A grande autoridade moral que goza o Instituto seria um penhor seguro que os direitos dos índios seriam respeitados, ou que os culpados seriam castigados severamente, no caso de alguma infração.

A comunicação do IGHB propôs a doação de 50 léguas na região sul da Bahia, território esse a ser escolhido num lugar entre matas e catinga, próprio para o cultivo de cereais, preferencialmente estando entre limites naturais, como entre serras ou dois rios.

De acordo com a comunicação, essa área também serviria como reserva florestal do estado, e teria como responsável direto um fiscal, propondo como possível ocupante do cargo o delegado de terras, Dr. Boaventura.

É importante lembrar que no documento é afirmado que o Bispo de Ilhéus recebia verba do Governo Federal para a evangelização dos indígenas, sendo necessário apenas a verba para manutenção administrativa, voltada para o pagamento do “Língua” João Caboclo e do fiscal que ficasse responsável.

Por fim, o documento aconselha que, após serem tomadas essas medidas, seria necessária a suspensão de vendas de terras a particulares, lembrando a importância dos conflitos fundiários na região.

Após uma breve exposição sobre os documentos anexados, Bezerra inicia sua argumentação descrevendo a destruição sistemática dos índios por parte dos nacionais interessados na exploração sistemática de suas terras no sul da Bahia, citando os casos de disseminação de varíola como exemplo da mais alta crueldade

Ele relata dois episódios para justificar a necessidade urgente de intervenção do SPI em sérios conflitos entre indígenas e nacionais naquela região: em 1912 no Jequitinhonha e em 1925 em todo o sul do estado, entretanto, sem dar maiores detalhes da natureza dos conflitos. Ele menciona que essas ações aconteceram depois da solicitação da intervenção do SPI por parte das autoridades do estado.

Podemos inferir que esses acontecimentos foram praticamente suprimidos dos relatórios oficiais anteriores, onde havia a preocupação maior de relatar as atividades e realizações do Serviço, como pudemos ver em relação ao encarregado Alberto Jacobina, afastado do seu posto logo após um conflito que não é mencionado diretamente. Só se faz menção a ele ao ser referido um telegrama particular deste para o seu superior, que até mesmo pelo seu caráter pessoal, não consta nos arquivos oficiais.

A argumentação de Bezerra ainda traz cópia da Lei Estadual de reserva das terras, Decreto nº1916 de 9 de agosto de 1926. Ele transcreve os artigos principais da lei, para depois descrever os intuítos do governo baiano ao promulgar a lei.

Até mesmo para ressaltar eficazmente a grande temática de sua argumentação, que vai se repetir durante toda a sua defesa, Bezerra afirmou diversas vezes que, acima de tudo, a principal função da reserva de terras era o seu uso como horto florestal, para depois, de forma secundária, e em proporção de ocupação bem menor,

ser utilizado também como um ultimo abrigo para as populações indígenas dentro do estado. Bezerra destaca que:

Não se sabe desses dois destinos qual o mais necessário e meritório, e nem é compreensível que alguém, a não ser movido pelo egoísmo estreito e grosseiro de se apropriar dos bens alheios, tenha argumentos contra eles. Mas os signatários do memorial, na cegueira egoísta que o ditou e encaminhou até ao Governo, como se esses, sob a miragem de prometidas vantagens econômicas, fosse capaz de se tornar aliado de criminosos exploradores, até da fazenda do Estado como demonstraremos.

Para a completa refutação dos argumentos utilizados pelos signatários do memorial, Bezerra busca desconstruir as denúncias e afirmações feitas e, para isso, ele rebate argumento por argumento, também se utilizando das alíneas enumeradas pelos signatários, às quais ele também transcreve em sua defesa.

Sobre a o questionamento feito pelos signatários ao tamanho da área, (alínea “a”), o encarregado asseverou que em nenhum documento oficial existe a dimensão exata dada ao Posto Indígena, e lembrou ainda que apenas uma pequena parcela dessa reserva seria para o gozo dos índios, sendo proporcional ao número de indígenas a serem acolhidos.

Em relação à argumentação dos signatários de que o rio Colônia seria o único rio perene da região, (alínea “b”), Bezerra contra argumentou que entre as margens do rio Colônia e a do rio Pardo se situava um último refúgio de alguns grupos indígenas, justificando assim a sua ocupação pela reserva.

Sobre a argumentação do memorial de que a sede do Posto distava cerca de 15 léguas de Itabuna, (alínea “c”) o encarregado esclareceu que essa distância se referia na verdade à distância do Horto Florestal, e não à do Posto Indígena, já que, como ele já havia argumentado anteriormente, a área específica a ser utilizada pelo Posto Indígena ainda não havia sido determinada.

Contra argumentando a justificativa da alínea “d” do memorial, de que a área a ser limitada pela reserva era propícia para a pecuária e a agricultura, Bezerra argumentou que nem pelas suas boas condições de produção ela deve ser tomada dos índios e da reserva do Horto. Definia que medidas como essa seriam egoístas e mesquinhas, já que se voltariam apenas para o benefício dos signatários do Memorial.

Para refutar a afirmação de que antes do decreto ser publicado existiam mais

de 300 posseiros na área reservada, feita na alínea “e”, Bezerra asseverou que se esses posseiros lá existiam na época da publicação do decreto, possivelmente ainda existiam em 1933, já que não aconteceram, em nenhum momento, desapropriações de posseiros na área. Bezerra ainda explica que a legislação sobre a área deixa assegurado o direito às posses preestabelecidas:

Ou essa gente não sabe ler, ou , o que é mais provável, faz conscientemente afirmativas falsas para produzir os efeitos que deseja. Será pois mais uma prova da má fé dos signatários do memorial.

Se existiam realmente mais de 300 posseiros, então a área a ser reservada não era assim tão grande, e mesmo que fosse grande, deve ser devorada pelo apetite insaciável dos “fazedores de deserto”. Para que impedir o extermínio dos Índios? Para que impedir a destruição das florestas? Que lhes importa a eles o futuro tanto da raça como da terra? O que vale é o presente, representado por algumas rezes dos coronéis e negociantes de Itabuna, criadas nas capoeiras e que o fogo e o ferro do roceiro escravizado, reduzirão, em pouco, as matas da “reserva florestal do Estado”, se não for cumprida a lei ou se for atendido o inconcebível memorial que deu origem a esse processo. (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE ITABUNA, 1933. Grifos do autor)

Na alínea “f”, os signatários argumentaram que a demarcação da reserva traria prejuízos fiscais para o estado baiano, já que este deixaria de receber os impostos e taxas que poderiam vir das atividades econômicas a serem desenvolvidas na área. Entretanto, Bezerra afirma que a maior riqueza para o estado seria a conservação das florestas e dos indígenas naquelas áreas.

Sobre a afirmação dos signatários de que existiam apenas 29 índios recebendo atendimento no Posto, (alínea “g”) e nenhum mais na região “a ser catequizado”, José Bezerra não contestou essa contagem. Visivelmente demonstrando melindre com as palavras, explicou que o número de indígenas não influiria no tamanho da reserva e asseverou que também deveriam ser considerados os números de indígenas a serem atendidos no futuro.

Continuou a afirmar que a área total seria pertencente ao Horto Florestal, e que uma área menor ainda seria reservada para os indígenas, ao que ele explicou que a delimitação dessas áreas a serem utilizadas pelo Posto Indígena obedeceriam a uma proporcionalidade entre número de indígenas e o tamanho da área ocupada. Para dar uma noção do número de grupos indígenas existentes na região sul, ele citou o telegrama que informa conflito com cerca de 200 tupinambás. Ainda contradizendo a alínea “g” do memorial, José Bezerra questionou o uso da palavra catequese:

E essa assistência que abrangeria o tratamento da saúde e mais cuidados corporais e os ensinos convenientes, sempre facultativos, nada teria que ver com a catequese a que a alínea se refere, missão essa que ficaria aos cuidados, e por conta, dos serventuários de qualquer religião a que quisessem fazer com a condição única de não perturbar a ordem do Serviço estabelecida em suas leis, regulamentos e instruções .

Em relação à alínea “h” do memorial, que afirma a existência de apenas 3 crianças no Posto, o encarregado confirma e justifica a situação pelo estado de escassez financeira por que passava o Posto. Sobre a alínea “i”, José Bezerra justificou o raro aparecimento de indígenas nas áreas comumente frequentadas por nacionais, como estradas, ou outras áreas de circulação tanto de índios como de nacionais a partir do próprio funcionamento do Posto, que segundo ele, acabou por tirá-los dos lugares onde antes eram vistos.

Sobre a alínea “j”, ele iniciou a argumentação discordando da afirmação de que o Posto foi criado, principalmente, para servir como “patrimônio dos índios” e em segundo lugar, de forma secundária e menos importante, para servir como horto florestal. Ele expôs mais uma vez a ideia de que o horto foi criado para ter, em uma parte menor de seu perímetro, alguma área de tamanho ainda indefinido para o Posto.

Para refutar o argumento da alínea “k”, que relatava como preocupante a ocupação de toda a zona oeste do município de Itabuna, Bezerra argumentou que na mentalidade dos signatários todos os passos dados pelo governo do estado deveriam estar em consonância com as suas ambições econômicas e que qualquer decisão tomada pelo governo, que pudesse ferir os interesses econômicos dessas elites, deveria ser repensada.

Sobre a alínea “l”, em que aparece denúncia sobre o desvio de verbas do posto, José Bezerra responde que grande parte das verbas que os signatários julgavam não estar em benfeitorias, foram utilizadas para a abertura de vários caminhos dentro da área, além de gastos com tropas, pessoal, criação de postos, com roças, casas, cuidados com índios e até mesmo com moradores doentes que buscaram o auxílio do posto. Ele ainda argumenta:

Esta secção que acompanhou de perto a execução de todos esses trabalhos está certa que qualquer sindicância feita por quem esteja em condições de avaliar os serviços efetuados, muitos já desaparecidos nos dois anos de abandono que já decorrera, concluirá, conhecidas as dificuldades locais e comparando com o que lá mesmo alguém, particular ou governo, haja feito,

da mesma natureza, pela excepcional economia com que foram geridos os dinheiros públicos; o que, dado o conhecimento que todos tem no Exército, e nos outros departamentos da administração federal, publica em que servi, do Sr. Major Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos, não há necessidade de ser afirmado.

Ainda argumentando sobre as denúncias que seu trabalho recebeu, José Bezerra contra argumenta devolvendo as acusações, quando questiona a idoneidade dos signatários do memorial, sobretudo no que se refere aos títulos de posses das terras a que esses se intitulavam donos: “E se essa sindicância se fizer, o que é muito desejável, deverá ser também no sentido de verificas as títulos em que se baseiam as posses antigas ou modernas de toda essa gene, a bem do tesouro da Bahia por eles lesado em quase tudo o que possuem.

A respeito da mudança do lugar onde seria localizado o posto, José Bezerra afirma que na região para onde eles propõem que se mude o posto já era uma área praticamente toda ocupada por nacionais, impossibilitando o pleno andamento dos trabalhos do serviço e muito menos a conservação das matas.

Por fim, para contra argumentar sobre o pedido de extinção do posto e imediata entrega de suas terras aos agricultores, caso fossem comprovadas irregularidades na administração, José Bezerra utilizou como exemplo a política indigenista estadunidense, compreendida por ele como mais justa.

Ele afirmava que o governo americano não desalojava povos indígenas quando suas terras passavam a ser de interesse econômico da nação, tentando por sua vez conciliar a permanência indígena com a exploração econômica do local, afirmando até que muitos indígenas americanos se tornaram milionários. Entretanto, ele não cita as fontes das suas informações. Finalizando suas argumentações, José Bezerra escreve um resumo de seus posicionamentos já explicitados acima, facilitando o entendimento de suas afirmações;

Os signatários do memorial pretendem a posse integral da reserva existente no sul da Bahia em virtude da lei nº 1916 de 9 de março de 1926, e para isso solicitam a extinção do Posto de Índios de Paraguassú, a pretexto de existirem ai atualmente poucos índios; como, porém, a reserva em apreço se destina também a um horto floresta, cuja destruição será um verdadeiro crime de lesa nacionalidade, e o Posto de Índios tem por fim abrigar os índios que vivem afugentados atualmente, mas que oportunamente retornarão ao dito Posto, sendo uma injustiça e uma desumanidade privarlos desse refúgio, e, além disso, não apresentando o memorial nenhuma razão digna de apreço, pecando todas pela sua amoralidade e personalismo,

conforma ficou demonstrado, esta Secção é de parecer que este memorial seja tomado em consideração tendo em vista verificar o quanto fez o Serviço de Proteção aos Índios no sul da Bahia até 1930, bem como as causas da decadência desses trabalhos a partir de 1931, apurando-se ao mesmo tempo a verdadeira situação perante o Tesouro do Estado; de todos os posseiros e ocupantes de terras na região, e, finalmente, e sobretudo, para estudar e assentar os meios de fazer respeitar a lei de reserva de terras e florestas nesse processo, por vezes, já citada, tão digna de ser mantida e executada pelo alto espírito de nacionalismo e de humanidade que a ditou.

Vale salientar o caráter defensivo de toda a argumentação elaborada por José Bezerra, onde observamos uma maior preocupação com a definição da área da reserva, mesmo que fosse em detrimento indireto da ideia de formação do Posto Indígena. Em outras palavras, Bezerra, em sua defesa do SPI, diminui consideravelmente o papel da área enquanto local de habitação indígena, aumentando consideravelmente o papel dado ao uso do território como Horto Florestal.

Existe a possibilidade de que essa definição de proeminência do horto tenha sido estratégica, visando combater a ideia de extinção da reserva, mesmo que para isso o papel da proteção aos indígenas fosse seriamente prejudicado.

Também existe a possibilidade de que, de fato, a ordem de importância dos projetos governamentais para a área fosse essa: prioridade absoluta para o horto florestal, e em segundo plano, de forma minimizada, a proteção aos índios. Dentre essas duas possibilidades, não podemos afirmar qual delas foi a verdadeira.

Após todas essas argumentações e contra argumentações, mais intrigante se mostra a resposta dada ao interventor federal pelo então ministro da Agricultura. Rápida, sem rodeios, indeferindo por completo todas as argumentações do memorial dos comerciantes, dando poucas ou quase nenhuma explicação:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex., em referência ao assunto do seu ofício nº 190, de 7 de Fevereiro ultimo, que não é possível atender, à vista das informações prestadas pela Secção competente do Departamento Nacional do Povoamento e constantes da cópia inclusa, ao memorial que acompanhou o aludido ofício e em que negociantes e lavradores do município de Itabuna, nesse Estado, alegando a ineficiência do funcionamento do Posto Indígena “Catharina Paraguassú”, sugerem a transferência ou a extinção do mesmo e a entrega das respectivas terras ao povo trabalhador do referido município.

Dessa forma, mais uma vez são frustrados os desejos das elites locais de conseguir acesso imediato às terras reservadas para o trabalho do SPI. Eles passam a

amargar mais essa derrota, entretanto, não desistiram facilmente de suas intenções, já que na segunda tentativa de medição da área, eles novamente se organizam para tentar barrar os trabalhos.

*O meu cordel estradeiro
Vem lhe pedir permissão
Pra se tornar verdadeiro*

*Pra se tornar mensageiro
Da força do teu trovão
E as asas da tanajura
Fazer voar o sertão*

*Meu moxotó coroadado
De xiquexique facheiro
Onde a cascavel cochila
Na boca do cangaceiro*

*Eu também sou cangaceiro
E o meu cordel estradeiro
É cascavel poderosa
É chuva que cai maneira
Aguando a terra quente
Erguendo um véu de poeira
Deixando a tarde cheirosa
É planta que cobre o chão
Na primeira trovoadada
A noite que desce fria
Depois da tarde molhada
É seca desesperada
Rasgando o bucho do chão
É inverno e é verão
É canção de lavadeira
Peixeira de Lampião
As luzes do vaga-lume
Alpendre de casarão
A cuia do velho cego
Terreiro de amarração
O ramo da rezadeira
O banzo de fim de feira
Janela de caminhão
Vocês que estão no palácio
Venham ouvir meu pobre pinho
Não tem o cheiro do vinho
Das uvas frescas do Lácio
Mas tem a cor de Inácio
Da serra da Catingueira
Um cantador de primeira
Que nunca foi numa escola*
Pois meu verso é feito a foice
Do cassaco cortar cana
Sendo de cima pra baixo
Tanto corta como espana
Sendo de baixo pra cima
Voa do cabo e se dana***

(O Cordel Estradeiro - Cordel do Fogo Encantado)

• **Capítulo 3- A revolução do Posto e a demarcação da área**

Após a tentativa fracassada de conter a demarcação das terras da reserva do Posto Indígena, os fazendeiros e proprietários vislumbraram mais uma forma de conter a luta indígena na região.

Desta vez a estratégia utilizada foi a criminalização do movimento indígena, associando-o aos militantes comunistas atuantes na região. Lins explica que da mesma forma que Getúlio Vargas justificava suas investidas contra os movimentos sociais acusando-os de serem comunistas, os fazendeiros de cacau a burguesia seguiram essa política e usaram o anticomunismo para aumentar a expropriação dos indígenas de suas terras e a expulsão dos posseiros com uso de violência. Dessa forma entende-se por que estes buscaram atribuir maior agitação e atividade comunista do que realmente houve dentro das terras indígenas.

A partir da atuação de Marcellino Alves, conhecido como Caboclo Marcellino, ocorreram os primeiros contatos entre indígenas e militantes comunistas. Marcellino, já figurando no relatório de 1926 por ter sido preso por supostamente agredir um fazendeiro que o havia provocado, também era constantemente acusado de outros crimes- como o de ter assassinado sua mulher grávida, arrancado o feto e esquartejado, entre outras barbáries não investigadas e espalhadas pela imprensa local, possivelmente visando que pesasse sobre ele uma imagem de assassino impiedoso.

Além de acusações que o colocavam como extremamente violento, também pesavam sobre ele acusações de que não era índio de verdade, obedecendo ao costume de deslegitimar a luta das lideranças indígenas questionando suas origens indígenas “puras”.

Quanto à sugestão do mesmo não mais ser índio, remete-nos às ideias do Século XIX, quando o fato dos indígenas aprenderem a ler e conviverem com os nacionais, como era o caso, fazia com que fossem considerados como “misturados aos nacionais” e não mais com o que se definia como “índios puros”. Além do mais, Marcellino era eleitor, dominava os códigos da sociedade brasileira e vivera e trabalhara em Ilhéus.

Em outras palavras, pelo fato de que ele sabia ler e escrever e já tinha trabalhado, não poderia ser considerado indígena, muito mais pela conveniência de se

chama-lo de “falso índio”, do que propriamente pela sua condição educacional ou social, já que de acordo com os princípios adotados pelo SPI, o objetivo final da atuação do órgão entre os índios era o de torná-los trabalhadores nacionais, ainda que mantenedores de algumas de suas características indígenas.

Concordamos com Frederick Barth quando este diz que independentemente da convivência em comum de diferentes grupos étnicos, as suas distinções continuam a existir, independentemente da existência de imobilidade, contato e informação.. Ele ainda diz que:

Em outras palavras, as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário, frequentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes. A interação em um sistema social como este não leva a seu desaparecimento por mudança e aculturação; as diferenças culturais podem permanecer apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos.

Dessa forma, compreendemos que os questionamentos da origem indígena de Marcellino, independentemente de sua veracidade, servem como argumento político deslegitimador da militância que ele exercia. Ou seja, tratamos aqui de uma desmoralização política, que busca descaracterizá-lo enquanto legítimo representante ou porta-voz dos indígenas.

Mas, de acordo com Beatriz Dantas, podemos observar que esse estigma, essa desqualificação não coube apenas ao Caboclo Marcellino. De acordo com a autora, os índios do nordeste, a partir da segunda metade do século XX, sobretudo, os índios dos aldeamentos passam a ser referidos, com crescente frequência, como índios ‘misturados’, agregando-se lhes uma série de atributos negativos que os desqualificam e os opõem aos índios ‘puros’ do passado, idealizados e apresentados como antepassados míticos

Sendo assim, concordamos com João Pacheco de Oliveira, quando nos diz que “a expressão “índios misturados” (...) permite explicitar valores, estratégias de ação e expectativas dos múltiplos atores presentes nessa situação interétnica.” , 52) O autor ainda explica a formação dessa identidade além das fronteiras étnicas:

As afinidades culturais ou lingüísticas, bem como os vínculos afetivos e históricos porventura existentes entre os membros dessa unidade político

administrativa (arbitrária e circunstancial), serão retrabalhados pelos próprios sujeitos em um contexto histórico determinado e contrastados com características atribuídas aos membros de outras unidades, deflagrando um processo de reorganização sociocultural de amplas proporções.

A partir desse entendimento do que revela a expressão “índios misturados”, entendemos que a distinção classificatória e valorativa que coloca “índios puros” como mais valorizados e importantes do que “índios misturados” vai além de definição antropológica, consolidando-se muito mais como estratégia de desqualificação e de redução de importância política e social.

Quando observamos a classificação dos povos indígenas em quatro categorias segundo o SPI, citada no primeiro capítulo, em quatro categorias: “índios nômades; índios arrendados ou aldeados; índios pertencentes a povoações indígenas; índios pertencentes a centros agrícolas ou que vivem promiscuamente com civilizados”, podemos verificar essa hierarquização, que tanto levava à menor destinação de recursos financeiros e de políticas públicas, quanto também levava ao descrédito moral, à diversas acusações de falta de lisura, de falta de caráter, de indolência e até de preguiça.

Essa nova imagem recebida pelos indígenas com maior tempo de contato é ambígua no sentido de que além de ser uma oposição simbólica ao que se entendia por “bom selvagem”, o indígena “puro”, com padrões morais elevados, justo, até mesmo cavalheiro, também acaba por ser a antítese daquilo que o SPI tinha como objetivo final de sua atuação: a completa integração dos indígenas à sociedade nacional.

Entretanto, questionamos: se o indígena ao manter contato com os nacionais, perdia suas referências morais, ficava indolente, preguiçoso, desonesto, imoral, isso significaria a princípio que o SPI em nenhuma hipótese conseguiria uma “adaptação” bem sucedida dos indígenas a que atendia?

Acreditamos que o que acontecia, na verdade, era um discurso, uma rotulação que facilitava a descaracterização, o abandono e o poder a ser exercido sobre aquele índio. Ou seja, uma mistura de estratégia de ação política com expectativas relacionadas aos mitos e simbologias sobre os “índios misturados”.

Além disso, ainda havia por parte do SPI no Nordeste um atendimento inferior em relação às demais regiões do país, como afirma Oliveira:

No Nordeste, contudo, os “índios” eram sertanejos pobres e sem acesso à terra, bem como desprovidos de forte contrastividade cultural. Em uma

área de colonização antiga, com as formas econômicas e a malha fundiária definidas há mais de dois séculos, o órgão indigenista atuava apenas de maneira esporádica, respondendo tão-somente às demandas mais incisivas que recebia. Mesmo nessas poucas e pontuais intervenções, o órgão indigenista tinha de justificar para si mesmo e para os poderes estaduais que o objeto de sua atuação era efetivamente composto por “índios”, e não por meros “remanescentes”.

Como já vimos no capítulo que fala sobre a estruturação do SPI, os trabalhos recebiam maior importância e investimentos quando eram feitos em regiões onde existiam mais indígenas com menor grau de contato, e portanto com maiores conflitos ante a expansão das fronteiras nacionais ocupadas por não índios. No Nordeste, sendo o ponto inicial do contato interétnico, viviam os indígenas com maior contato, situação que explica os poucos recursos a ele destinados pelo órgão por considerar que nessas áreas a conquista já se efetivara e não mais ocorreriam conflitos e os índios já estariam plenamente ajustados à sociedade nacional.

.Dessa forma, se explica a necessidade de lideranças indígenas atuantes que tentassem reverter a situação de abandono e de irregularidades fundiárias na qual viviam os indígenas no Nordeste e na Bahia. Caboclo Marcellino era considerado uma dessas lideranças, talvez a mais polêmica delas.

Em 1929 Marcellino Alves organizou ações na ponte sobre o Rio Coruripe, que pretendiam dificultar a entrada de novos ocupantes, para uma posterior expulsão daqueles que já estavam em Olivença. Essa ação foi duramente reprimida, e Marcellino e seus seguidores foram presos, e em 1931, quando foi julgado, apesar da população exigir sua condenação, foi absolvido. Portanto, após breve prisão, ele e seus seguidores foram soltos e retornaram a Olivença, entretanto persistiram no projeto de reverter a situação vivida na antiga aldeia.

Após esse episódio a organização dos indígenas para novas retomadas de terras ficou bastante prejudicada, tanto pelo medo de prisões e da violência, como pela constante vigilância da autoridade sobre os indígenas.

- A militância do PCB e os Povos Indígenas:

Marcellino era respeitado pelos militantes comunistas como liderança indígena, por isso foi procurado por alguns deles, que viam nas guerrilhas rurais uma

forma de conquistar a revolução. Marcelo Lins explica que esse posicionamento dos comunistas seguia uma orientação partidária, já que é desse período (1934-1935) as formulações do PCB sobre o cangaço e o desencadeamento das guerrilhas no campo, e em função dessa compreensão relativa às guerrilhas, e não algum interesse específico na questão indígena, que os comunistas de Ilhéus procuraram o Caboclo Marcellino,

, os interesses de indígenas e comunistas eram diversos, mas isso não impossibilitou a aproximação dos dois segmentos. Ainda sobre as teses partidárias, Lins relata que durante a 1ª Conferência Nacional do partido, os índios foram pauta de discussão, quando a exortação aos povos indígenas foi feita dessa forma:

Todos os direitos políticos, econômicos, culturais e sociais nos são negados e usurpados. Vossas terras são roubadas. Vos pagam menores salários. Vos impõem toda sorte de humilhações. Vos negam o direito de dirigir vós mesmos vossos destinos. Aos nossos irmãos índios, os feudais-burgueses e os imperialistas não dão nem o direito da maioria. São escravizados pelo serviço de ‘proteção’ aos índios e pelas missões religiosas. Suas companheiras e filhas são roubadas para serem prostituídas, como acontece na Fordlândia e outros lugares.

Sendo assim, os indígenas foram convocados para a luta revolucionária durante a realização da 1ª Conferência Nacional do partido, ocorrida em junho de 1934 e Lins nos esclarece os motivos e justificativas para tal convocatória, chamando a atenção para a crença na ideia de que índios e nordestinos compunham “nacionalidades escravizadas” e possivelmente consideradas inferiores, já que, a partir da constatação da exploração sofrida pelos índios e negros, convocou-os para a luta pela igualdade de direitos econômicos, políticos e sociais, e assim como no caso do Nordeste, acreditavam que os indígenas eram “nacionalidades escravizadas” e, por isso, deveriam se organizar para lutar pela constituição de governos próprios, separados dos governos federal e estaduais.

Lins nos mostra que no mês após a realização da 1ª Conferência Nacional do partido, o Comitê Central do PCB vai além da convocatória e propõe medidas imediatas para a melhoria da situação dos indígenas:

O Comitê Central, em um novo documento, voltou a tratar do assunto, onde novamente defendeu o “direito de separação, constituindo seus próprios governos” e acrescentou a luta pela “(...) punição dos responsáveis pelos massacres dos índios. Fornecimento gratuito pelo

governo de sementes, roupas, instrumentos de caça e de trabalho, máquinas agrícolas etc”.

Desta forma, é possível observar que, independentemente da crítica feita ao SPI durante a Conferência Nacional, o que o partido propõe como “tática” de abordagem e auxílio indígena não difere muito do *modus operandi* do órgão federal, já que sua proposta de oferecer sementes, instrumentos de caça, insumos e máquinas agrícolas demonstra de forma bem clara qual a concepção que o partido tem sobre os indígenas: que eles são possíveis trabalhadores da agricultura nacional, seja em áreas próprias ou de terceiros, não levando em consideração o grau de envolvimento ou disponibilidade dos povos indígenas para se estruturar enquanto comunidade produtora.

Em outras palavras, o partido não analisa até que ponto esses indígenas estão dispostos a participar da agricultura enquanto atividade laboral ou lucrativa. Podemos até mesmo dizer que o partido não concebe de forma exata ou cuidadosa o que era ou significava ser índio na sociedade brasileira naquela época e nem suas expectativas.

Esse fato é explicado por Lins, ao demonstrar que, na verdade, os militantes comunistas, aos conclamarem os povos indígenas a lutarem por seus direitos no jornal, estão apenas seguindo estaticamente o modelo russo, comparando os indígenas às nacionalidades distintas existentes na Rússia czarista, ambas tratadas como “raças inferiores”. Lins explica a origem dessa comparação e, como já observamos, a define como algo desvinculado da realidade brasileira e desprovido de maior conhecimento sobre a realidade dos povos indígenas:

Na Rússia estava a origem dos argumentos utilizados com relação aos negros e indígenas brasileiros, e não passavam de uma repetição de tais teses, sem vinculação alguma a realidade brasileira ou a algum trabalho específico de organização realizado pelo Partido junto a tais segmentos.

Dessa forma, entendemos o pouco conhecimento dos militantes em relação à luta indígena, bem como a junção de interesses diversos por parte dos dois segmentos de luta, somando forças para juntos lutarem por objetivos diversos. Vale acrescentar que também não sabemos até que ponto esses militantes viam com bons olhos a luta indígena que ocorria na região sul da Bahia. Talvez, antes de observar a possibilidade de luta conjunta com os indígenas, esses militantes também compartilhassem da aversão em relação aos indígenas, existente na região.

- Marcellino e os militantes do PCB em Ilhéus

É importante lembrar que as lideranças indígenas, nesse momento, também não perderam o foco de suas lutas étnicas, aproveitando a parceria para obter maiores condições de luta e persuasão. Quando entrou em vigor uma linha de transporte entre Ilhéus e Olivença, em 1935, facilitando a entrada de um grande número de pessoas na localidade, e, conseqüentemente, aumentando o número de ocupações de terras na localidade e a indignação e revolta indígena, ocorreu a junção entre lideranças indígenas e militantes do partido comunista em Ilhéus. Sobre esse momento, Paraíso relata :

houve uma confluência de interesses entre a célula do Partido Comunista do Brasil de Ilhéus e os projetos de Marcellino. A região do cacau era um espaço propício, na percepção dos membros do partido, para a promoção da revolução armada entre os camponeses e índios, considerados lúdimos representantes do proletariado oprimido por uma estrutura social e econômica excludente e plena de contradições. Era o momento da retomada da expansão da lavoura cacauera e de novo surto de concentração das propriedades, após a crise de 1929. Marcellino, sua atuação, seu perfil e o fato de já ser denominado “cangaceiro mirim” era um personagem que se encaixava perfeitamente nos projetos do partido em Ilhéus. Para o caboclo, a aliança com o partido e com pessoas que considerava ilustres e importantes daria ao movimento rebelde uma dimensão qualitativa e quantitativa nunca pensada. Era a grande possibilidade de alcançar o sucesso no seu empreendimento.

Paraíso relata que nas reuniões que aconteceram entre os militantes comunistas e os líderes indígenas, estes solicitaram armamentos e munições para sua defesa, demonstrando a disposição de Marcellino de defender os interesses de sua comunidade. De acordo com Lins, “a questão central para os indígenas era, portanto, a necessidade de lutar para reaver suas terras e como o PCB apontava para essa perspectiva e prometeu auxiliar os indígenas nesse sentido, estes aceitaram muito bem a propaganda comunista.”

Em janeiro de 1936, Marcellino mobilizou seus seguidores, e logo foi acusado de expulsar votantes durante a eleição municipal de Ilhéus realizada no distrito de Olivença. Após rumores de que eles pretendiam queimar casas e matar os “grandes” da localidade, o subdelegado de Ilhéus enviou tropas e reprimiu a revolta. Alguns participantes foram presos e Marcellino fugiu com um pequeno grupo para o

município vizinho de Una. Nesse mesmo ano foi expulso das terras que sua família ocupava em Barro Branco e, após não conseguir reavê-las por via judicial, ateou fogo na casa do posseiro que ocupava suas terras. Logo após esse episódio, um de seus seguidores foi preso e confessou o envolvimento das lideranças indígenas com os militantes do PCB.

Após esses acontecimentos, surge a ideia da ocupação do Posto Indígena após a preparação de Marcellino pelos militantes do PCB. Paraíso relata o surgimento dessa ideia:

Ante as dificuldades de Marcelino atuar em Olivença, a existência de grande massa de posseiros e o fato de alguns comunistas foragidos, após o fracasso da Intentona Comunista terem buscado refúgio numa área indígena, vetada à ação da polícia estadual, o partido optou por capacitar o caboclo e enviá-lo para o PI Caramuru-Paraguaçu para preparar a revolução a partir dali.

Se a situação do Posto Indígena sempre fora instável por conta das sucessivas tentativas de extinção da área de reserva pelos grandes fazendeiros da região, a possibilidade de vincular as atividades do Posto Indígena com as lideranças comunistas era mais uma justificativa para a tão sonhada extinção da reserva. Essas denúncias eram sustentadas pela vinculação do administrador Posto, Sildo Meireles ao PCB, por este ser irmão de Silo Meireles, membro da direção nacional do PCB e ligado a Carlos Prestes. Outra justificativa para as denúncias era a presença de alguns refugiados comunistas no Posto: José Martins da Silva, que atuara em Olivença, Gildath Amorim, conhecido por Antonio Bigode Branco, e Samuel Genéz.

A partir dessas duas justificativas, Paraíso relata como os interessados planejaram a extinção da reserva: combinaram com o Delegado de Terras de Vitória da Conquista e outros fazendeiros para mandarem alguns engenheiros, acompanhados de homens armados, medirem terras na área da Reserva.

Isso fez com que Telésforo Martins Fontes, chefe do PI, buscasse apoio junto ao Delegado Especial de Ordem Política e Social do Sul do Estado, ao Capitão Salomão Rhen, ao Deputado Estadual Cordeiro de Miranda e ao Prefeito de Itabuna, Claudionor Alpoim. Entretanto, Rhen era genro de um grande cacauicultor interessado nas terras da Reserva. Este não enviou tropa de apoio, mas forneceu vinte rifles e munição.

Com essas armas, Telésforo Fontes municiou arrendatários, índios e o grupo

de Marcelino para prender um dos engenheiros, seus acompanhantes, bem como os instrumentos de trabalho e armas pertencentes à Delegacia de Polícia de Vitória da Conquista . Paraíso define a situação armada por aqueles que queriam o fim da reserva:

estava montado pelos fazendeiros e pelas autoridades estaduais e municipais o cenário para a repressão aos resistentes e a redução das terras da Reserva, enfim, um “caxixe” de grandes dimensões, envolvendo terras da União destinadas a índios.

Dessa forma, aliaram-se vários núcleos de poderes- representantes da elite e da política local, estadual e federal- em prol da difamação da administração do Posto e da tentativa de atrelar as lideranças indígenas com os militantes comunistas, para que medidas punitivas, sanções administrativas e quem sabe até a extinção completa da reserva.

A nível estadual, Lins relata o envolvimento do Deputado Estadual Antônio Cordeiro de Miranda, que tinha terras vizinhas ao Posto, bem como de altos funcionários do governo estadual na preparação da denúncia contra o posto, e da posterior solicitação de extinção ou diminuição da área da reserva:

Em maio de 1936 chegou à sua fazenda, vizinha do Posto Indígena, o Deputado pelo PSD, Antonio Cordeiro de Miranda, acompanhado do Delegado Cap. Salomão Rhen, Nuno Tavares, Abdon Motta, auxiliar da Delegacia de Terras de Ilhéus, Dr Augusto Santos Souza, alto funcionário da Secretária de Agricultura que agia sob ordens do Gabinete do Governador do Estado Capitão Juracy Magalhães. Esse último procurou Telesphoro Fontes para uma conversa e disse-lhe que o governo pretendia diminuir a área do Posto e que iria separar uma parte das terras para si. Sobre a tentativa de diminuir a área da reserva, os Deputados Manuel Novaes e Antonio Cordeiro de Miranda, e ainda o Secretário de Estado Gileno Amado estavam fazendo várias incursões junto ao governo do Estado e também junto ao Ministério da Guerra.

Sobre essas tentativas de diminuição da reserva, chama a atenção o fato dessas negociações já serem do conhecimento dessas pessoas, pois de fato a diminuição da reserva já estava em discussão entre o Ministério da Guerra e o governo do Estado, como comprovaremos adiante, ao analisarmos os relatórios de demarcação, onde esse acordo entre as duas instâncias é descrito como uma das formas encontradas para diminuir os conflitos na região.

Dessa forma, uma tropa comandada pelo 2º Tenente Rádio Telegrafista

Ephigenio Matos, inexperiente em termos de combate, foi enviada pelo delegado para prender Fontes, Antônio Bigode Branco e os caboclos de Olivença sob a alegação de que estariam usando as armas para fins subversivos. Entretanto, essa tropa foi aprisionada dentro do Posto. Paraíso relata a existência de três versões para a prisão dessa tropa:

Segundo uma versão, Fontes os teria recebido com um grupo armado (Azevedo, 1936), noutra o administrador teria convidado o tenente a parlamentar na sede do PI, quando o aprisionou, obrigando a tropa a se render (Pedra, 1976) e outra de que Fontes e sua tropa reagiram ao posicionamento de ataque da tropa ao chegarem à sede do PI. Ao retornar a Itabuna, o tenente afirmou que encontrara pessoas armadas, oficiais do Exército refugiados e trincheiras sendo construídas. Enfim, o início da revolta comunista no sul da Bahia.

A partir desse impasse e ante as acusações da presença e ação de uma célula comunista, o Secretário de Segurança Pública da Bahia enviou tropas de Itambé, Vitória da Conquista, Canavieiras, Ilhéus e Salvador. Nesse ataque não se envolveram apenas militares, mas também trabalhadores de fazendas armados a mando de seus patrões. Paraíso relata que foram um total de mil e duzentos homens, contra sessenta e três combatentes de Fontes. A tomada da sede do PI ocorreu sem confronto, pois ali só estava um velho cozinheiro.

A tropa governamental exigiu que Marcellino e seus seguidores fossem entregues, porém estes haviam retornado à Olivença. Entraram em conflito com a polícia e nesse momento dois membros do grupo de Marcellino se entregaram à polícia. Estes denunciaram Marcellino e Fontes como comunistas. Marcellino e outros dois seguidores teriam se entregado na Delegacia de Itabuna. Foram indiciados como comunistas, e o Tribunal de Segurança Nacional decretou a prisão deles e de mais trinta e duas pessoas em março de 1937. Marcellino foi enviado ao Rio de Janeiro e condenado, sendo libertado pouco tempo depois por não ter culpa formalizada. Retornou a Ilhéus, mas foi aconselhado a sair da região, não havendo mais informações sobre seu paradeiro após esse fato.

Após este episódio, o Major-chefe Durval Brito, do Ministério da Guerra, ordenou a ocupação do Posto Indígena pelo Comandante do 19º B. C. As orientações para essa ação estão relacionadas em um ofício de seis de novembro de 1936. O Major Brito assevera, no início do documento, que além das obrigações militares já conhecidas, aquele documento trataria das específicas concernentes ao trato com os

indígenas e não indígenas dentro da reserva.

O Major solicitou, logo no início do ofício, uma vistoria criteriosa do local, bem como a apresentação de relatório detalhado das condições do Posto. Transcrevemos a segunda solicitação abaixo:

Por em prática os meios eficazes para que sejam respeitadas as terras reservadas aos índios pela lei estadual nº 1916, de 9 de Agosto de 1926. Constatando a invasão nessas terras, convidará o invasor a retirar-se, convencendo-o da gravidade da infração que estava cometendo. Sendo desatendido, apelará para as autoridades locais e, no caso desse expediente não produzir o devido efeito, testemunhará a invasão, para servir de base a procedimentos legais, e comunicará o fato, circunstanciadamente e sem demora, ao Sr. Comandante da Região Militar, de quem aguardará ordens. Idêntica comunicação deverá ser dirigida ao chefe do SPI. (BRITO, 1936)

Podemos observar que pela orientação acima, o comandante que ocupava a área não era autorizado a tomar qualquer medida contra os possíveis invasores, a não ser procurar as autoridades locais, e em último caso, fazer uma comunicação ao Comandante da Região e esperar por outras ordens.

As orientações dadas a ele em relação ao trato com os chamados “civilizados” são várias. A primeira delas solicita vigilância sobre as relações de trabalho entre indígenas e não índios, buscando impedir que o índio fosse coagido a prestar serviços ou explorado. A medida buscava “auxiliar” os indígenas para que não fossem lesados em suas relações comerciais ou de trabalho.

O Major ordenava a proibição de retirada de índios menores do Posto, mesmo que fosse com a suposta intenção de proteção, bem como ordenava que fossem afastados do contato com os indígenas “pessoas portadoras de moléstias contagiosas, de vícios ou costumes insociais.”

O ofício também orientava que fossem proibidas a venda, doação ou qualquer tipo de contato dos indígenas com bebidas alcoólicas, bem como citou repetidas vezes solicitações para que fizesse “respeitar a família indígena, tanto na sua constituição como em seu decoro.” Também repetiu outras vezes a admoestação a respeito de trabalhos forçados impostos aos indígenas, bem como a proibição de “obrigações relativas a serviços, religião, ensino e aprendizagem que eles não aceitem.”

Por fim, em relação aos chamados no documento de “civilizados”, o Major estabelece duas ações a serem realizadas:

Fazer mandar apresentar às autoridades policiais os “civilizados” que forem encontrados nas terras do Posto sem motivo justificado e aqueles cuja permanência nas mesmas for considerada prejudicial à manutenção da ordem (...) Relacionar todos os posseiros que se encontram nas terras do posto, consignando os seguintes dados: nome, área aproximada de terras ocupadas, como as obteve e quais os compromissos assumidos com o Posto.

Observamos, a partir de todas essas solicitações, que nesse momento existe uma preocupação maior em relação aos não índios, possivelmente pela maior circulação deles dentro das áreas do Posto, entretanto, ao que podemos observar, a única possível referência à chamada “Revolução do Posto” se dá no momento em que o Major solicita a proibição da circulação de pessoas de “costumes insociais”.

Desse modo, estranhamos que logo após uma rebelião, acusada de ser comunista, não exista nenhum tipo de solicitação de cautela a respeito de possíveis novas tentativas de aproximação do PCB. Perguntamo-nos se essa ausência não pode ser mais uma evidência de que a “Revolução do Posto” teve mais de reivindicação dos indígenas do que as autoridades da época fizeram supor, forjando uma “grande rebelião comunista”, a fim de facilitar o acesso às áreas do Posto pelos nacionais, bem como tornar mais fáceis quaisquer investidas violentas contra aqueles que tentassem resistir.

Quanto a veracidade da rebelião comunista, Lins transcreve o trecho de uma matéria publicada no jornal *Estado da Bahia*, escrito por Edson Carneiro:

A opinião geral é que as origens do movimento não foram comunistas. A intenção de certos influentes fazendeiros e políticos da zona de se apoderarem das terras dos indígenas determinou o descontentamento entre os nativos, que alimentam sempre, por motivos vários, enormes desconfianças dos brancos.(...) Tal situação foi, então, habilmente aproveitada pelos comunistas da zona, inclusive Telésforo Fontes, chefe do Posto Paraguaçu, que desde muito se dedica as doutrinas comunistas. Esta é a verdadeira história do levante e sobre a qual todos aqui estão de acordo.

De acordo com o trecho acima, entendemos que possivelmente a ideia de que a rebelião tinha menos traços comunistas do que afirmavam as autoridades. Lins nos dá a explicação para essa versão oficial criada por grandes fazendeiros e autoridades governamentais, quando diz que os fazendeiros de cacau e a burguesia cacauzeira, se utilizando da estrutura do Estado, valerão-se do anticomunismo para aumentar a expropriação dos indígenas de suas terras e a expulsão dos posseiros com uso de

violência. Para tanto, buscaram atribuir maior agitação e atividade comunista do que realmente houve.

Se podemos colocar em discussão a gravidade da “infiltração comunista” no Posto, o mesmo não podemos dizer da entrada de nacionais dentro da área de reserva. De acordo com as solicitações do Major, podemos inferir que o contato entre indígenas e nacionais dentro do posto era bastante corriqueiro. Possivelmente, pelo teor de suas solicitações, aconteciam trocas desonestas, trabalhos forçados, entre outras situações ilícitas.

Ao compararmos essas instruções com aquelas já analisadas nos capítulos anteriores, observamos um considerável aumento da preocupação com os nacionais, sempre os colocando em posição de opressores em relação aos indígenas, necessitados da “proteção” que apenas o Posto e seus funcionários poderiam oferecer. Em outras palavras, os nacionais aparecem no ofício como possíveis ameaças à integridade física, financeira e moral dos indígenas, como se fossem um perigo que está por perto todo o tempo.

Outro ponto importante que observamos a partir das orientações dadas para a ocupação militar do Posto, é que, se em relação ao trato com os nacionais havia significativas mudanças, já em relação às orientações sobre o trato com os indígenas o discurso prevalecia praticamente o mesmo dos trabalhos iniciais do SPI.

Sobre qualquer modificação a respeito do dia a dia dos indígenas, foi solicitado que se fizesse “respeitar a organização interna e os hábitos dos índios. Qualquer alteração nesse sentido, quando julgada indispensável, deve ser feita com brandura e persuasão.” A palavra “brandura” por si só já nos remete aos métodos pensados por José Bonifácio e utilizado como referência pelos precursores do SPI.

Também solicitava que os indígenas “arredios” fossem atraídos para o Posto e que fossem feitas intervenções “por meios brandos” para que não acontecessem ou cessassem desavenças entre indígenas. Também é solicitado que se procurasse manter sempre dentro da área os indígenas que já estavam no Posto.

Em relação a essas solicitações sobre os indígenas, observamos que elas são em tudo parecidas com aquelas encontradas nos primeiros documentos do SPI, sempre entendendo os povos indígenas como necessitados de “proteção” e tutela, em tudo incapazes de se relacionar de forma satisfatória com os demais grupos sociais.

Após analisarmos as permanências em relação ao trato com os indígenas,

concordamos com Lima, quando nos mostra que, na realidade, o tipo de modificação no entendimento ou no trato em relação às populações indígenas não era o mais importante para os objetivos finais da proteção tutelar:

O que está em jogo não é a capacidade de povos nativos imporem e fazerem reconhecer uma territorialidade própria, articulada a uma identidade etnicamente distintiva e a tradições em permanente mudança frente à interação com outras populações e com os aparelhos de poder. Para a administração, o importante, repito, é *rotular* genericamente populações e inseri-las num sistema codificado de atribuições positivas e negativas – um *status* portanto- , parte de um mecanismo imaginado como de governo nacional.

Dessa forma, sobre as orientações dadas a respeito do trato com os indígenas, aparenta-nos que não se levou em conta a parceria destes com os militantes comunistas, muito menos as suas reivindicações explicitadas, tanto pela figura de Marcellino Alves como de outros de seus companheiros. Ao que tudo indica, para os militares responsáveis pelo SPI, mais uma vez a negativa figura simbólica do índio passivo e incapaz prevaleceu em relação à figura de indígenas de armas em punho lutando por suas terras.

Em fevereiro de 1937, Ângelo Brito, fazendeiro da região, denunciou que os indígenas teriam estragado roças e assassinado um colono, e solicitou providências para conter os indígenas, pois “além de já ser grande o prejuízo de criação e lavoura, mataram este camarada e poderão matar outras pessoas empregados da fazenda”. Infelizmente não temos a resposta do SPI sobre essa situação, mas nos questionamos se, mais uma vez, as estratégias de resistência indígena foram tratadas como casos isolados ou como “estultices” de um grupo social ainda em processo de “evolução moral”.

Após a “Revolução do Posto”, o Ministério da Guerra enviou o Capitão do Exército Moysés Castello Branco, oficial do Serviço Geográfico do Exército para discutir a demarcação das terras da reserva. Em parceria com o governo do Estado, o capitão realizou os trabalhos em conjunto com o engenheiro civil Alfredo de Amorim Coelho.

Em setembro de 1937 foi publicado um Edital de Demarcação, informando o início dos trabalhos de demarcação e convidando os confrontantes a apresentarem seus comprovantes de posses. Eram eles os senhores Cel. Tertuliano Guedes do

Pinho, Cel. Oscar Marinho Falcão, Cel. Asterio Rebouças, Cel. Antonio Olympio, Deputado Dr. Cordeiro de Miranda, Cap. (Graciliano) Lyrio, Archimedes Menezes, entre outros que não tiveram seus nomes citados .

Como podemos observar, o Deputado Antônio Cordeiro de Miranda, um dos principais nomes envolvidos com as denúncias da “Revolução do Posto”, também era um dos principais confrontantes e seria um dos principais beneficiados caso a área a ser reservada fosse reduzida ou extinta por completo.

Sobre a nova demarcação, os verdadeiros resultados para a sociedade nacional e para os indígenas da época foram a diminuição dos limites originais, de 50 léguas quadradas para 15 léguas quadradas, o equivalente a 36.000 hectares. Segundo Lins, vários fazendeiros locais, influentes políticos da época e determinadas autoridades policiais envolvidas nos acontecimentos se apossaram da maior parte das terras que haviam pertencido aos índios ali instalados. Além disso, a partir dessa data, a nova direção do Posto instituiu a prática de arrendamentos utilizando contratos através de formulários do SPI.

Dessa forma, em 1937 a direção do Posto institui a prática de arrendamentos, a reserva diminui consideravelmente de tamanho, ficando em boa parte para as autoridades policiais envolvidas na repressão à chamada “Revolução do Posto” e, para conhecer melhor o processo que levou a essa decisão por parte das autoridades governamentais, analisaremos o relatório de demarcação elaborado pelo Capitão Moysés Castello Branco.

- Relato de demarcação do Polígono Norte

O relatório que foi entregue ao Ministério da Guerra está dividido em quatro partes: I) Relatório, II) Memorial Descritivo, III) Ação demarcatória e IV) Planta. Castello Branco inicia o relatório definindo a posição geográfica do Posto, situando-o entre os municípios de Canavieiras, Vitória da Conquista e Itabuna.

Como introdução, são reproduzidas partes das leis referentes à reserva de terras, justificando a ação demarcatória. Em suas palavras, Castello Branco assim define a situação da reserva após dez anos da lei que a criou:

10 anos decorridos, invadidas as suas terras, profissionais inescrupulosos

procediam medições, em bem próprio e de terceiros na acordada reserva pelo decreto de 9 de março de 1926, no Horto Florestal Natural e ao Posto Paraguassú. É a eterna luta do homem que se diz civilizado contra o selvícola, pela conquista de terra. Políticos ambiciosos e aventureiros outros empenhavam-se na extinção do Posto, para satisfação dos apetites pessoais de fortuna fácil, pela apropriação das terras reservadas ao Índio. A questão atinge o auge com a ocupação militar do Posto Paraguassú por forte destacamento da polícia estadual, a fim de reprimir a propaganda comunista na região daquele posto, de que era acusado o seu próprio encarregado.(CASTELLO BRANCO, 1938)

Interessante notar que Castello Branco relata o auge das invasões das terras da reserva durante a ocupação militar, mas não esclarece de que forma essas invasões aconteciam nem durante a ocupação militar, nem antes dela. Entretanto, fica claro em seu comentário quem foram os verdadeiros beneficiários da “repressão à propaganda comunista” no Posto: aqueles que aproveitaram a ocupação para se apossar das terras.

Como já afirmavam os políticos que denunciaram o Posto, Castello Branco relata uma proposta de acordo entre o SPI e o governo do Estado da Bahia, no qual se estabeleceu que este retiraria o contingente militar, sendo substituído por tropas do Exército para realizarem a demarcação do território. Após reuniões com representantes do estado, esta foi a proposta inicial de demarcação apresentada por Castello Branco:

Trecho do rio Colônia, compreendido entre Cachoeirinha e mil e duzentos metros acima da foz do Ribeirão da Fatura (ilegível), daí por uma linha, com direção S. O numa extensão de 4 km, até encontrar o Ribeirão da Fatura. A partir deste ponto por uma linha, até o cume de uma serra que serve de divisor de águas entre o ribeirão Água Preta e o ribeirão Panela, daí, por uma linha até o divisor de águas, entre os afluentes e formadores do ribeirão Água Preta (Rio Pardo), deste ponto por uma linha até o rio pardo 6 km, acima de sua confluência com o ribeirão Angelim, daí pelo rio Pardo, até Salto do Pardo e, finalmente, por uma linha do Salto do Pardo à Cachoeirinha, no rio Colônia, ponto inicial. (CASTELLO BRANCO, 1938)

Castello Branco relatou que houve pequena diferença na medição aprovada e enviada via ofício para o governo do estado. Ele ressaltou que as linhas acima descritas não tinham caráter rígido, salvo os rios Colônia e Pardo, podendo haver pequenos desvios do traçado da planta apresentada.

Também foi salientado que a demarcação foi feita em partes iguais entre o SPI e governo do estado. O governo da Bahia foi representado pela equipe do engenheiro Alfredo Amorim Coelho e o Ministério da Guerra pelo Capitão Castello Branco. Este

ficou responsável por demarcar a parte norte do polígono, e o engenheiro Alfredo Coelho a área sul. Castello Branco fala sobre a operacionalização da ação demarcatória:

O levantamento das divisas do Posto foi dividido em dois polígonos, separados por um Travessao interior. O Polígono Norte ficou ao meu encargo e o Polígono Sul coube ao Engenheiro Amorim Coelho. As duas turmas de demarcação operaram independentemente, sem subordinação administrativa nem técnica, mas de comum acordo e adotando os mesmos métodos de levantamento. .(CASTELLO BRANCO, 1938

Dessa forma, mesmo o trabalho tendo sido executado por equipes diferentes, fica claro que ambas utilizavam os mesmos métodos e que cada uma delas escreveu o relato referente à sua área de levantamento. O primeiro relato apresentado foi o do polígono norte, analisado a seguir.

- **Relato do levantamento do Polígono Norte.**

A partir desse ponto do documento, Castello Branco iniciou o relato do levantamento do Polígono Norte. Ele apresentou sua equipe de trabalho contendo um engenheiro agrônomo chamado Felisbertino Sá de Oliveira, um auxiliar técnico contratado chamado Abenilson Favila Monteiro, um balizador, o 2º cabo Nicanodor Goulart Dias, do Serviço Geográfico do Exército, encarregado do material, um grupo de combatentes do 1º Batalhão de Caçadores, segundo Castello Branco, para a garantia da execução da demarcação e um número de trabalhadores, variável de 10 a 20, conforme as necessidades do trabalho. Informa ainda que a contadoria ficou a cargo do 1º Sargento Antônio Chrispiniano dos Santos, comandante do Grupo de Combate. O grupo não contava com serviços médicos tendo apenas uma ambulância para casos de emergência.. Assim Castello Branco descreve os sete meses de trabalho:

A demarcação do Polígono Norte teve início a 1º de Outubro de 1937 e foi concluída a 19 de Abril de 1938, após quase sete meses ininterruptos de trabalhos de campo, através de uma região inóspita, de matas semi-virgens, servida, às vezes, de péssimas estradas de cargueiros, intransitáveis na fase invernal, outras pela própria picada de demarcação, e sem outro meio de transporte e de comunicação, que não o burro, montaria rude e pesada, mas a única compatível com as estradas do Sul da Bahia, de atoleiros incríveis e rampas fortíssimas. .(CASTELLO BRANCO, 1938

Castello Branco relata o tamanho das estradas abertas para demarcação, em um perímetro que a microfilmagem não nos deixa saber ao certo, em um número ilegível que podemos considerar ou como 28 ou como 68 quilômetros, em “pisadas” medindo em média três metros de largura, as quais ele assevera que “alguns trechos serão aproveitados como boas estradas de penetração, melhores que quaisquer outras da região”.(CASTELLO BRANCO, 1938

Podemos imaginar o que essas novas estradas significaram para os indígenas da região, quando pensamos na facilitação da entrada de novos posseiros através da linha demarcatória aberta pelo próprio órgão governamental que os queria proteger.

Podemos identificar em Castello Branco o espanto frente à uma porção tão vasta de terra inexplorada, contrastando com o ideário de sua época, de um Brasil completamente integrado e trabalhando em conjunto para o crescimento da nação. Isso fica visível quando ele comenta a respeito das matas semi-virgens que foram cortadas poucas vezes por nacionais, com apenas uma ou outra picada. Ele resume o seu sentimento a respeito disso: “Conheci, aí, em pleno contato com a natureza e o homem nativo, um Brasil grande e despovoado, de que tinha notícia pela narrativa dos exploradores.” (CASTELLO BRANCO, 1938)

Ele também salientou que os vértices encontrados na medição foram feitos para respeitar as posses anteriores à data do decreto. Essas eram divisas com os proprietários Cordeiro de Miranda, Hermenegildo e Graciliano Ricardo Lyrio. Castello Branco também relatou que não aconteceram protestos durante a demarcação. Na terceira parte do relato, ele fez uma detalhada descrição técnica sobre a metodologia escolhida para o trabalho. Já na quarta parte do relato, ele descreveu a análise do solo da região:

O solo do Posto Indígena Paraguassú (Polígono Norte) é, sem dúvida, das terras mais férteis do Estado da Bahia. Compõe-se de terras de duas naturezas. As primeiras próprias à cultura de cereais de aipim, são admiráveis para o criatório, haja visto a prosperidades rápida e fácil dos fazendeiros vizinhos e mesmo da pequena fazenda do Posto. São terras semelhantes à área pastoril de Minas Gerais, temperatura amena, regime de chuvas regular (ilegível).

Neste momento, o autor faz uma possível análise das terras mais ao norte do estado, classificando-as como propícias para cultivo agrícola em geral e para a pecuária. Sobre as terras mais ao sul, ele as classifica como excelentes para o cultivo

do cacau, e de certa forma justifica a maior preferência dos agricultores da região pelas terras mais ao sul do estado, levando às disputas por terras existentes até os dias atuais:

As segundas são as prodigiosas terras da Bahia, apropriadas à cultura do cacau, base da economia do grande Estado do Norte e riqueza agrícola do nosso Brasil. São as encostas e partes altas das serras da Alegria, do ouro e Bananeiras, onde as chuvas são constantes e fraca a deflagração das águas. (...) São terras mais férteis, com maior número de córregos perenes, cortando-as em todos os sentidos. A quase totalidade delas é, ainda, inculta e coberta por mata forte e viçosa. (CASTELLO BRANCO, 1938, grifo meu)

Partindo dessa descrição de terras tão férteis, podemos imaginar o tamanho da cobiça que tal tipo de solo não despertou e ainda desperta nos agricultores da região. Também podemos ver pela fala de Castello Branco, a riqueza das terras da reserva também era um ponto levado em consideração, tanto para a utilização do momento, como área de reserva, como para a utilização a ser dada em longo prazo, após a “incorporação” dos indígenas da região.

Castello Branco separou a sétima parte do seu relatório para falar especificamente dos indígenas do Posto Paraguassú. Ele inicia com uma citação de Humberto de Campos, com, a qual justifica sua opção por escrever suas impressões sobre os índios que avistou:

“A circunstância de me haverem faltado a arte e o engenho para fixar os espetáculos de que fui testemunha, não impede, no entanto, que me considere apto a julgar e reconhecer as obras e palavras que condenaram, ou pretendam condenar aquilo que eu vi.” (...) Este conceito do grande escritor (...) anima-me a deixar, aqui, escrito o que observei sobre o homem e os hábitos dos selvícolas do Posto Paraguassú.

Durante a descrição, ele registra que se baseia em documentos oficiais aos quais teve acesso, dividindo os grupos indígenas em dois: “Tupinambás” e “Patachós”, destacando que encontrou na região duas etnias de características físicas inteiramente diferentes, que ele denomina como “Bainãs e Ranranrães”, se propondo a analisar as especificidades de cada uma dessas etnias. (CASTELLO BRANCO, 1938)

Castello Branco decidiu deixar escritas as suas impressões a respeito dos

indígenas, mas não dá indicações das bibliografias ou documentos que utilizou tema, mas mesmo assim os descreveu fisicamente sobretudo os por ele chamados de “Ranranrães”:

Os “Ranranrães” são de estatura baixa, entre 1,50 a 1,55, pele fortemente bronzeada, tronco desenvolvido, traços fisionômicos bem conformados, imberbes e sem pelos no corpo. Os Bainans são altos, de estatura entre 1,70 a 1,75, pele menos bronzeada, troncos desenvolvidos, em proporção com a estatura, traços fisionômicos feitos (?), barba abundante e o corpo coberto de pelos.

Após descrever o primeiro grupo, ele faz uma comparação entre as duas etnias, detectando a hostilidade dos “Bainans” em comparação com a facilidade dos “Ranranrães” na adaptação aos hábitos sedentários, salientando inclusive que os poucos “Bainãns” que estiveram no Posto morreram de diversas enfermidades ou de “nostalgia”.

Castello Branco desenvolveu uma rápida análise dos aspectos físicos das duas etnias, entretanto, o que nos chama mais a atenção é a comparação entre a adaptação de cada uma delas à vida dentro da reserva, basicamente dividindo-os entre aqueles que se adaptaram à sociedade nacional, e aqueles que não conseguiram tal feito, até mesmo incluindo como causa de suas mortes a “nostalgia”.

Perguntamo-nos até que ponto os efeitos psicológicos da mudança do modo de vida e do habitat desses indígenas eram levados em conta na formação profissional e pessoal de Castello Branco. Em outras palavras, nos perguntamos até que ponto podia ser importante a análise do caráter desagregador da fixação desses indígenas no Posto e suas consequências psicológicas, tanto individuais quanto coletivas. Até então não conseguimos inferir ao certo.

A maneira com que Castello Branco expõe seus conhecimentos a respeito dos indígenas é interessante, pois, de certa forma, descaracteriza o trabalho do SPI ou mesmo o torna questionável, pois apenas por afirmar a falta de ligação dos indígenas com a agricultura faz com que nos perguntemos até que ponto a tentativa de estabelecimento de colônias de estrutura agrícola para sedentarização dos indígenas teria algum sucesso. Sobretudo com esses indígenas ainda escondidos nas matas, que eram o verdadeiro alvo do SPI. Até mesmo a enorme quantidade de informações a

respeito dos “Bainãs” nos mostra que era grande a preocupação do Serviço com aqueles indígenas considerados ainda não “integrados.”

Ou a outra possibilidade de análise que o documento nos dá é de que essa insistência em falar repetidamente sobre os “Bainãs” como uma etnia praticamente desprovida de contato seria a justificativa central da existência da reserva como Posto Indígena.

Como já sabemos, o maior número de verbas e de esforços dentro das áreas de abrangência do SPI estavam concentrados nos lugares onde existiam os grupos indígenas da chamada “primeira classe”: os indígenas praticamente sem contato com os nacionais.

Vale ressaltar que a existência do Posto já era válida pela presença de diversos grupos indígenas, desde tempos imemoriais, e de reconhecimento de sua inegável participação na história do Estado da Bahia, não sendo necessário nenhum tipo de justificativa ligada ao estado maior ou menor de “pureza” dos grupos indígenas da região.

Entretanto, veremos a seguir que talvez naquela época o entendimento geral da questão fosse bem diferente, pois Castello Branco fala das diferenças entre as duas etnias pelas diferentes tipos de flechas fabricadas por elas, e continua suas observações, relatando que os “Bainãs” eram nômades e, segundo ele, viviam “no mais absoluto estado de barbárie”, e que emigravam constantemente de um ponto para outro da área de reserva. (CASTELLO BRANCO, 1938)

É interessante notar como Castello Branco ressalta tanto o estado de “barbárie” dos “Bainãs” quanto o fato dos diversos acampamentos destes acontecerem apenas dentro da faixa de 20 léguas quadradas de matas do sul da Bahia. Também é válido ressaltar a forma como Castello Branco descreve seus costumes como sendo de indígenas quase sem nenhum contato com nacionais.

A forma como Castello Branco descreve tantos hábitos indígenas, tendo apenas sete meses de trabalhos na área de reserva, nos leva a questionar como ele adquiriu tantos conhecimentos em tão pouco tempo, já que, quando voltamos aos relatórios iniciais a respeito dos indígenas da região, vemos que estes se esquivavam o tempo todo, sendo parcas as informações colhidas pelos administradores ou encarregados, durante longos períodos.

Se Castello Branco pesou as tintas da barbárie ou da “pureza” dos indígenas

para assim facilitar a aceitação da demarcação da reserva, a partir de bibliografias ou relatos sobre o assunto, ou se de fato adquiriu em sete meses tantos conhecimentos, nunca saberemos ao certo.

Castello Branco também destaca os papéis assumidos por cada membro familiar indígena, chamando a atenção para a predominância do papel do homem, os rituais de casamento e a subserviência feminina, talvez para mais uma vez destacar o estado “semi-selvagem” daqueles grupos e justificar mais uma vez a existência da área de reserva.

É importante compreender como ou por que um relatório de demarcação, que a princípio teria uma importância pelo seu teor técnico, possa ter tantos detalhes a respeito das duas culturas citadas por Castello Branco. Vale lembrar que nenhum dos demais relatórios analisados anteriormente contava com a riqueza de detalhes como surpreendentemente vemos inseridos neste relatório de demarcação.

Entretanto, é fácil perceber que o tempo todo são ressaltadas as características mais ligadas ao lado mais “índio” dos grupos analisados, deixando despercebidas as características culturais recebidas ou apropriadas através do contato com os brancos.

Ele fez uma defesa da índole das duas etnias analisadas, classificando-as como “de boa índole” e afirmando não ter visto nem ouvido falar de “atrocidades” praticadas por esses povos. Também descreve seus vícios apenas como sendo álcool e fumo. Destaca o papel das pequenas vendas como as maiores fornecedoras de bebidas alcoólicas.

Não levando em consideração o fato do tabaco e de bebidas alcoólicas fazerem parte dos rituais indígenas antes mesmo do contato com o colonizador, mais uma vez Castello Branco age estrategicamente defendendo a criação da reserva. Para isso, comportamentos indígenas considerados “inapropriados” pela sociedade nacional são chamados por ele de “vícios” adquiridos através dos não índios.

Castello Branco também destaca as enfermidades vividas pelos grupos indígenas, sobretudo após o contato com nacionais dentro do Posto, relatando a morte de 16 índios por sarampo durante sua estadia. Ele explicou que os indígenas reagem frente às dores físicas se automutilando com pequenos golpes e criando outras dores. Vale ressaltar que Castello Branco não relata em nenhum momento quais recursos ambulatoriais ou de medicamentos existiam dentro do Posto.

Castello Branco finalizou o seu memorial dando um parecer desalentador

sobre os indígenas da região, classificando-os como “tribos em decadência”, tentando, dessa forma justificar a permanência dos indígenas dentro do perímetro demarcado, bem como ressalta a importância do trabalho do SPI contra a extinção dos indígenas:

Os selvícolas da região do Posto Paraguassú sem tradições, sem adornos, sem religião, e sem aldeamentos, deixam a impressão de tribos em decadência, que tenderiam ao desaparecimento, se o Serviço de Proteção aos Índios não os houvesse amparado, na luta contra os civilizados.

Em seguida , a defesa que ele faz é relacionada à área a ser reservada para o uso dos grupos indígenas, mostrando a necessidade da demarcação e o acerto da escolha da área por sua riqueza natural:

São verdadeiros refugiados, neste reduto de 20 léguas quadradas de mata que, condições especialíssimas, permitem, ainda, a existência do índio, em estado completamente selvagem, a menos de 300 km (em linha reta), da baía Cabralia onde aportou a frota de Cabral, em 1500. A demarcação do Posto Indígena Paraguassú deu-me oportunidade de melhor conhecer o nosso Brasil e de sentir como foi feita a conquista da terra virgem. . (CASTELLO BRANCO, 1938)

Como ultima nota, Castello Branco faz uma homenagem a um jovem de vinte e dois anos, participante da turma de demarcação, vítima de tifo epidêmico. Resta-nos questionar qual a lógica de tal homenagem, não em termos da escolha pessoal de Castello Branco, mas sim em relação ao grande número de indígenas que ele relata ter visto perecer, parece-nos que apenas a morte de um jovem não índio foi capaz de comovê-lo ao ponto de fazer-lhe render homenagens.

Fica o questionamento: até que ponto a morte de indígenas estava naturalizada no ideário do funcionário do SPI, como algo esperado, comum, desprovido de importância, ou será que foi a pouca idade do rapaz ou o convívio durante os sete meses de trabalho que fortaleceram uma amizade ao ponto de tanto sensibilizar Castello Branco? Nunca saberemos.

Após o memorial, Castello Branco apresentou quatro páginas de um quadro identificado como “Cálculo das coordenadas”. Depois, um quadro identificado como “Calculo Analítico da Área”, com duas páginas. Continua com outro quadro, identificado como “Calculo da área compreendida entre o poligonal e o Rio Colônia”.

Em seguida a esses quadros com cálculos, Castello Branco passa para a

segunda parte do relatório, chamada “Memorial descritivo (Polígono Norte).” Ele inicia a escrita definindo a localização do Posto Indígena:

Está o Posto Indígena Catarina Paraguassú, situado entre os municípios de Itabuna, Canavieiras e Conquista, à margem direita do Rio Colônia, ao Sul do Estado da Bahia. O levantamento de suas divisas foi dividido em dois polígonos. A demarcação do polígono Norte teve início a 1º de Outubro de 1937, na presença dos confrontantes que atenderam ao edital de oitação e foi concluída a 19 de abril de 1938. (CASTELLO BRANCO, 1938)

Após a definição geográfica, Castello Branco descreve cada um dos marcos feito para a demarcação, bem como os seus confrontantes. Por considerarmos a relevância dessas informações, optamos por transcrever todo esse trecho do relatório, anexando-o ao final do capítulo.

Em seguida ao detalhamento dos locais dos marcos, Castello Branco faz uma breve exposição sobre a qualidade das terras do Posto Indígena, a mesma que já analisamos anteriormente, e por fim apresenta um quadro com resumo das cadernetas de campo; um quadro com o resumo do nivelamento trigonométrico. Então, passa para a próxima parte do relatório: o processo de ação demarcatória.

- **Ação demarcatória.**

Neste ponto do relatório, Castello Branco anexou todas as correspondências enviadas durante o processo de negociação da demarcação da área pelas autoridades governamentais, sobretudo as correspondências oficiais para o governo do Estado da Bahia. A primeira correspondência apresentada é uma proposta de demarcação enviada do SPI para ser apreciada pelo governador do Estado, em cinco de maio de 1937:

“ trecho do rio Colônia, compreendido entre Cachoeirinha a 1.200 metros acima da foz do ribeirão da Fartura (divisa Duca), daí por uma linha, com direção SO, numa extensão de 4klms, até encontrar o ribeirão da Fartura; a partir deste ponto por uma linha, até o curso da serra que serve de divisor de águas entre o ribeirão Agua Preta e o ribeirão Panela, daí por uma linha, até o divisor de águas entre os afluentes e formadores do ribeirão Agua Preta (Rio Pardo), desse ponto por uma linha, até o rio Pardo, 6klms, acima de sua confluência com o ribeirão Angelim, daí pelo rio Pardo até Salto do Nado (?) e finalmente, por uma linha de Salto do Nado à Cachoeirinha, no rio Colônia, ponto inicial”.

Mesmo com os pontos já fixados, o documento faz uma ressalva, dizendo que esses limites não eram rígidos, podendo ser modificados a partir de divisores d'água ou acidentes geográficos, bem como levando em consideração as “conveniências da demarcação” .(CASTELLO BRANCO, 1938)

Também expôs a proposta de novos limites oficiais para a futura demarcação e criação da reserva, bem como detalhou a diferença entre esses limites e o perímetro da área inicialmente prevista para a demarcação, destacando que essa redução da área significava uma maneira de demonstrar que o SPI estava disposto a negociar. Ou seja, essa renúncia era uma medida conciliatória, visando facilitar a negociação para o trabalho de demarcação da área, evitando maiores conflitos na região:

A linha proposta cobre uma área, aproximada de 450km² (aprox. 101/2 léguas quadradas) ou seja, menos da terça parte da área primitiva, estimada em 2.100km², renunciando, ainda, o Serviço de Proteção aos Índios o direito das terras mandadas reservar nas cabeceiras do Ribeirão do Ouro, afluente da margem direita do rio “Gongogy” e nas cabeceiras do Ribeirão do Peixe, afluente do rio das Contas, pelos arts 2º e 3º do Decreto do Poder Executivo, de 9 de Março de 1926 e Lei nº 1916, já mencionada. . (CASTELLO BRANCO, 1938)

Castello Branco também propõe a divisão dos custos e dos trabalhos a serem realizados entre o estado e o SPI, sugerindo o trabalho de um engenheiro do estado, juntamente com uma equipe do SPI, chefiada por ele. Sua sugestão foi acatada pelo governo do Estado, como vimos anteriormente.

Poucos dias depois, em 24 de maio de 1937, Castello Branco enviou outro ofício corrigindo um erro na descrição dos limites:

“ trecho do rio Colônia, compreendido entre Cachoeirinha a 1.200 metros acima da foz do ribeirão da Fatura (divisa Duca), daí por uma linha, com direção geral SO, segundo a picada existente entre a citada divisa e o lote sob a guarda do vigia do posto, Genuíno Flores, numa extensão aproximada de 1.500 metros; a partir deste último ponto por uma linha, até o curso da serra que serve de divisor de águas entre o ribeirão Água Preta e o ribeirão Panella, de modo que esta última linha deixe dentro da área do Posto o engenho, os pastos artificiais (mangas) e demais benfeitorias feitas pelo SPI, daí etc. (CASTELLO BRANCO, 1938)

Castello Branco sugere uma modificação que pretendia incluir as benfeitorias feitas pelo SPI dentro da área de reserva, pelo óbvio prejuízo que seria para o órgão ficar sem sua estrutura de trabalho. Entretanto, ele usa a drástica diminuição da área

de reserva como justificativa para que se acatasse a modificação. Nesse ponto podemos observar nas suas palavras os motivos que levaram o SPI a abrir mão de tamanha área:

A presente solicitação tem em vista permitir que fiquem no interior da área reservada ao Posto, benfeitorias feitas pela administração do Serviço de Proteção aos Índios, , em terras que sempre estiveram sob a jurisdição do posto.

E tem origem na diferença aproximada de 150km² existente entre a proposta por mim apresentada ao Governo de V. E., e aquela que me foi indicada pelo Sr. Chefe do Serviço de Proteção aos Índios, diferença feita consoante recomendações pessoais daquela chefia, a fim de atender ponderações da diretoria de Terras, Minas, Colonização e Imigração deste estado, relativas aos interesses da Bahia. (CASTELLO BRANCO, 1938, grifo meu)

Nesse momento, Castello Branco expõe de forma velada as recomendações de órgãos ligados ao governo do estado, que denotam a existência de interesses sobre determinadas áreas envolvidas na demarcação. Esse acordo entre governo do estado e governo federal fica claro durante a análise do relatório escrito pelo Engenheiro Alfredo Coelho, onde ele fala sobre a acomodação de interesses dos dois órgãos, o primeiro ficando responsável pelo polígono norte, e o segundo ficando responsável pelo polígono sul, no qual o governo federal tinha maiores interesses.

Dessa forma, em um ofício do dia sete do mesmo mês, ou seja, dois dias depois do recebimento do primeiro ofício de Castello Branco, o governador do estado decide acatar integralmente os termos do acordo feito com o SPI, e em caráter de urgência abre o crédito para a consecução dos trabalhos de demarcação. E em nove de julho de 1937, o governador também acata a modificação no perímetro sugerida por Castello Branco.

No relatório também consta a cópia do edital de demarcação, bem como as cópias dos ofícios que enviou para as autoridades locais informando do Edital de demarcação. Em seguida, apresentou o termo de audiência, contando como se desenvolveram as apresentações de títulos por parte dos confrontantes com a reserva, sem ressaltar nenhum incidente. Na lista de presentes, constam os seguintes nomes:

Manoel Ferreira da Costa Filho – Negociante
Arlindo Fontes de Faria – Lavrador
José Guilherme do Nascimento- Lavrador
Argemiro Gomes dos Santos- Empregado Federal
Antônio Joaquim Alves- Lavrador
Pedro Costa Filho- Lavrador
Antônio Olympio da Silva – Lavrador .. (CASTELLO BRANCO, 1938)

Chama a atenção o fato de que esteve presente apenas um nome daqueles convidados no edital de demarcação. Possivelmente os grandes possuidores de terras ao redor da área a ser demarcada não se preocuparam muito em apresentar os comprovantes da legalidade de suas posses ou não possuíam documentos que comprovassem seus alegados direitos.

- Relato de demarcação do Polígono Sul

O Relatório do Polígono Sul, apresentado completamente desligado do relatório do Polígono Norte, já analisado acima. Em sua primeira folha, vemos que ele foi remetido à Secretaria de Agricultura, divisão de administração, possivelmente o setor onde estava lotado o Engenheiro Coelho. A data de entrega é de novembro de 1938. É dirigido ao Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado da Bahia, Joaquim da Rocha Medeiros.

Ele iniciou o relato justificando a demora do início da expedição por conta de um atraso no recebimento da verba já liberada, segundo Coelho por conta da mudança do governo e do secretariado. Conta que partiram de Salvador no dia 7 de dezembro de 1937, com 10 trabalhadores e um “auxiliar pagador”, todos eles oriundos de Juazeiro e organizados na cidade de Petrolina, por serem de confiança da Secretaria. Coelho relatou que optou por trabalhar com uma equipe de fora do sul da Bahia por que, segundo ele:

o trabalhador naquela terra é por demais inconstante e, por isso mesmo, incerto nos seus tratos. Homens que chegam serviço e se comprometendo a trabalhar muitos dias, não se sentiam acanhados de dois três dias depois pedirem a conta, com desculpas deveras revoltantes! A indolência campeia no meio deles e a caça, já muito escassa aliás, oferece um meio de subsistência mais fácil e mais conveniente ao seu modo de pensar e de viver. (COELHO, 1938)

Percebemos que Coelho se incomodava com o que chamava de “indolência” dos trabalhadores do lugar, mas o seu relato contém alguns elementos que podemos considerar relacionados com o modo de vida dos indígenas, como a caça, talvez adquiridos pelos regionais, ou até mesmo possíveis descendentes indígenas.

Esta colocação de Coelho nos faz questionar até que ponto suas considerações eram apenas preconceito regional, ou se também demonstravam como eram vistos pela sociedade nacional os requícios da cultura indígena no meio dos regionais. Nos perguntamos até que ponto a reclamação pela inconstância e indolência dos habitantes do sul da Bahia tinha reais fundamentos, ou se era mais uma forma da sociedade nacional excluir não somente os indígenas, mas também aqueles considerados “adaptados”, ou até mesmo aqueles que adquiriram hábitos culturais indígenas.

De qualquer forma, ele contratou em maioria trabalhadores da região de Juazeiro e Petrolina, e prosseguiu o relato de instalação da tropa, chamando a atenção para as dificuldades expostas por Coelho, como objetos que chegaram quebrados por que foram transportados na carga, bem como a péssima qualidade das estradas e a existência de lama e atoleiros.

Ao contrário do que aconteceu no relatório de Castello Branco, que se mostrou bastante técnico e pouco afeito a tecer comentários mais lamuriosos sobre o trabalho, o relatório de Coelho é rico em passagens onde ele lastima as más condições geográficas da região, o clima, entre outras queixas. Até nos leva a perguntar se isso era um comportamento voltado para a valorização do trabalho realizado por parte de seus superiores, mas não há evidências que comprovem tal fato.

Sobre a divisão do trabalho entre o governo do Estado e o governo Federal, em seu relatório é claramente exposto o maior interesse do Ministério da Guerra em relação ao polígono Norte, justificando o seu traçado ter sido feito por um agente federal. É possível que a maior proteção do polígono norte em relação à invasão pelos regionais, enquanto o polígono sul ficava mais vulnerável à ocupação também seja fruto desse maior interesse por parte do Ministério da Guerra.

Ficou também acertado que o polígono do Norte ficaria a cargo do Cap. Moyses enquanto ficaríamos com o do Sul. Assim acordamos, levando em conta que no Polígono do Norte, estava a sede do Posto “Catarina Paraguassú” e onde se ligavam interesses maiores do representantes do M. da Guerra . . (COELHO, 1938)

Nesse momento, Coelho descreve a divisão dos trabalhos em dois polígonos e demonstra os interesses do governo federal relacionados à área do polígono sul, o que justificou a coordenação dos trabalhos dessa área por um agente do governo federal, o

Capitão Moysés Castello Branco.

Após justificar a divisão entre os dois polígonos, Coelho tece novas queixas, dizendo claramente que ficaram com a “zona pior, de matas mais húmidas, enquanto que o Cap. Moysés ficou com a zona de mata acatingada e mais habitada.” Ele também explica que parte da medição do Polígono Norte ficou a seu cargo, por que entraram em entendimento de que a área do polígono Norte era maior, ficando as duas equipes com uma demarcação relativamente igual em tamanho. Sobre a colocação dos marcos e a abertura da linha de rumo, ele expôs as recomendações utilizadas, semelhantes àquelas encontradas no relatório de Castello Branco.

Em mais um momento aparecem as reclamações de Coelho a respeito dos trabalhos, tão insistentes que nos fez pesquisar algo sobre o seu histórico de trabalhos desse tipo, já que o pouco que sabemos é que sua formação é a engenharia civil, entretanto, quando comparamos os dois relatórios, observamos que no de Castello Branco, não encontramos queixas iguais as que citamos abaixo:

Houve lugares, entretanto, o que aliás era quase comum, onde para se fazer a largura de 3 metros éramos obrigados a cortar madeira distante 5 a 10 metros do eixo de linha, tal era o entrelaçado do cipó que ligava umas às outras. E, levando-se em conta a grande altura dessas árvores, pode-se fazer um ligeiro juízo do perigo iminente que corríamos, todos, de sermos atingidos pelos galhos desviados na queda, pelos cipós. Os desastres ali são muito comuns nas derribas, e só mesmo por uma grande felicidade nossa, não verificamos senão acidentes de pouca importância. Foram enormes, repito, os embaraços que encontramos no desempenho de nossa tarefa: Zona acidentadíssima; bastante chuva; difícil e penoso transporte; desânimo constante de alguns da turma; escassez de gêneros alimentícios; e, enfim, uma série de outras tantas coisas que bem revelam o espírito de sacrifícios a que estávamos submetidos. . (COELHO, 1938)

Após ler esse trecho do relatório, tentamos imaginar a perturbação exercida pela execução dos trabalhos para aqueles grupos indígenas frequentadores das matas, seja pelo barulho das árvores sendo derrubadas, seja pela abertura de estradas que cortavam as matas de uma ponta à outra, possibilitando um fluxo cada vez maior de pessoas dentro da área a ser preservada, significando também a ostensiva ocupação do território.

Finalmente, aparecem os motivos pelos quais tanto se lamentou sobre o curso dos trabalhos: na verdade, Coelho buscava justificar as pequenas modificações nas linhas de medição, já permitidas pelo acordo entre os governos.

Foi por tudo isso que decidimo-nos a usar dos direitos que nos facultavam as instruções fornecidas, de modificarmos ligeiramente as linhas de traçado conforme as conveniências do serviço. E, foi assim que, o trecho que aí do Pedro Belê ao Travessão, fizemos em linha quebrada e não em linha reta, afim de nos aproximarmos um pouco do único caminho existente e evitarmos maiores embaraços das serras ali existentes.

A descrição que Coelho faz sobre as derrubadas de árvores realizadas por regionais mostra que a relação destes com a floresta é marcada pelo descaso até mesmo com as possibilidades econômicas encontradas, talvez pela ideia de fatura das matas da região:

As celebres capoeiras, formadas como explico em seguida, representavam sempre um serio obstáculo a transpor. (os lavradores) derribam a madeira fina para formar a cama para o fogo (“cabruçar” como chamam) em seguida abatem as arvores de grande porte, formando um amontoado infernal de madeira grossa e fina, inteira, e no tempo do verão se houver, ateam o fogo. Caso o fogo queime bem eles aproveitam o roçado plantando-o, e no caso contrário, vão fazer outra derriba, uma vez que a mata está ali mesmo sujeita a sua vontade arbitrária. São praticas verdadeiramente criminosas na cruel devastação das matas, uma vez que nem persistem no mesmo roçado que não conseguiram queimar da primeira vez, cortando a madeira já derribada e preparando melhor cama para o fogo. . (COELHO, 1938)

Como solução, Coelho propõe a limitação da terra a ser utilizada. Entretanto, em sua afirmação sobre limitação de terra para o trabalho, posse de terra mediante títulos e pagamento de impostos ao Estado, ele não deixa claro se está propondo isso apenas para os regionais que se utilizavam da área, ou se também supunha essas medidas eficazes no caso dos grupos indígenas. Entretanto, cabe a nós perguntar a quem ele se referia, sobretudo quando diz que o desaparecimento desses costumes se dará naturalmente:

Este mal, no entanto, desaparecerá naturalmente, quando cada um tiver limitado o seu pedaço de terra, com obrigação de zelar e trabalhar no que é seu, por direito de títulos e mediante a indispensável contribuição de um imposto modico ao Estado.

Nas tais capoeiras, devido ao grande amontoado de arvores grossas e secas, eramos obrigados a passar por cima, sem torear a madeira, que, naturalmente, com o decorrer dos anos apodrecerá ou será queimada. . (COELHO, 1938)

Outra demonstração de descaso em relação à mata da região sul são as práticas de derrubada de árvores observadas para a colheita da sapucaia. Entretanto, vale

acrescentar que não encontramos anteriormente nenhum relato sobre a extração desse fruto na área de reserva. Entretanto, pela utilização da palavra “caçadores”, julgamos ser possível que ele se referisse a nacionais. (COELHO, 1938)

Também destacamos a utilização em vários momentos do texto das expressões: “delimitação dos terrenos dos índios”, terras dos índios”, o que deixa bem claro a utilização que seria dada à área que estava sendo demarcada, não abrindo precedentes para questionamentos sobre a função social dada ao território. Coelho utiliza uma dessas expressões para descrever a reação de alguns posseiros ao saberem que suas pretensas terras seriam incorporadas à área de reserva. Inicialmente, ele fala sobre a reação dos posseiros mais pobres, que aceitaram continuar em suas posses como agregados do posto. Já os fazendeiros mais abastados não tiveram a mesma reação:

Outros porem e com esses os fazendeiros, não quiseram de maneira alguma se conformar com semelhante situação alegando serem donos legítimos das terras que ocupavam. E... o que é mais interessante, nenhum apresenta títulos comprobatórios dos direitos alegados! Ademais, a nós não cabia atender a essas pretensões descabidas, até porque, tínhamos um traçado para executar e era o que nos interessava. . (COELHO, 1938)

A partir deste ponto, Coelho passa a relatar as dificuldades que enfrentou em relação aos grandes fazendeiros da região, em relação às pressões, maledicências e até mesmo uma possível tentativa de suborno. Também impressiona saber que existiam aqueles que solicitavam que suas roças ficassem fora do posto, como também existiam os que preferiam que suas roças ficassem dentro do posto, para assim poder depender do Estado.

Coelho também destaca os três produtores que não aceitaram ficar como arrendatários do Posto, e cita em seu relatório trechos de duas cartas escritas por ambos, que tentavam a seu modo justificarem suas posses e alegarem sua legítima posse sobre as terras já utilizadas por eles. Como Coelho descreve abaixo, alguns deles até mesmo deixaram sugestões de como deixar as suas posses fora do traçado a ser executado.

Após citar as cartas, Coelho explica por que as posses dos já referidos fazendeiros não puderam ser deixadas de fora da medição da área do Posto. Ele também cita que tem em mãos cópias de embargos feitos pelo SPI, anteriores à medição, e endereçados a esses fazendeiros, mas que não foram atendidos por eles.

Enquanto Coelho tornou visível em seu relatório às dificuldades enfrentadas em relação aos posseiros e grandes fazendeiros da região, Castello Branco relatou que as demarcações ocorreram sem nenhum tipo de conflitos. Entretanto, sobre a demarcação executada por Castello Branco, Maria Elizabeth Brêa Monteiro relata a partir de entrevista com Samado dos Santos, que chegou na região em 1937 vindo de Santa Rosa e que trabalhou com Castello Branco na demarcação do trecho das Alegrias, que havia fazendeiros que pagavam até dez mil réis a pistoleiros para matar os índios que trabalhavam na demarcação abrindo a mata. (p.370)

É importante acrescentar que durante todo o relatório, em nenhum momento Coelho fala sobre a diminuição do território reservado aos índios como acordo entre governo do Estado e Ministério da Guerra.

Também destacamos que em nenhum momento Coelho faz menção de ter se encontrado com grupos indígenas, fossem eles já assentados dentro do Posto, ou fossem rastros de grupos indígenas pelos caminhos que percorreu pela mata. Ele fala sobre terras para os índios, mas não se importa em falar sobre eles.

Terminados os trabalhos de demarcação do Polígono Norte e Polígono Sul do Posto indígena, iniciou-se uma outra etapa na existência do Posto: a época dos arrendamentos de terra como solução imediata para os conflitos entre indígenas e posseiros.

- Política de arrendamentos.

Após a formalização dos limites do Posto Indígena, surgiu como possível solução para os conflitos a política de arrendamentos de terras de dentro da área reservada para não índios surgiu como possível solução para os conflitos.

Esta política teria sido pensada tanto para suprir a falta de recursos federais para a manutenção do serviço de proteção, como para dirimir os crescentes conflitos por terras da área de reserva, já que em 1938, após a demarcação,, o encarregado do posto, tenente. José Anselmo celebrou em nome do SPI os primeiros contratos de arrendamento com os rendeiros já existentes na área. (SÁ, 2002)

Dessa forma, com o início da política de arrendamentos logo após a

demarcação, foi partir de meados da década de 1940 que , já com a maior parcela das terras do posto arrendadas a particulares, e com a continuada procura por essas terras, principalmente na área do cacau, verificaram-se vários conflitos entre arrendatários já estabelecidos na área e invasores em busca de novos espaços de produção. Cresceram os litígios entre os arrendatários e os índios, em processo de organização e resistência, visando a garantir os poucos espaços que lhes eram dedicados, e que vinham sendo invadidos.

Na análise dos arquivos, podemos observar que do ano de 1938 em diante, a grande maioria dos documentos que foram catalogados pelo Museu do Índio são fichas de arrendamento, como a que reproduzimos frente e verso anexa. Todas elas tinham as seguintes cláusulas:

Este arrendamento, sempre intransferível, salvo consentimento prévio, por escrito, dado pela Chefia do SPI no Rio de Janeiro, ficará rescindido independente de qualquer ação;

Se o arrendatário deixar as terras arrendadas incultas ou abandonadas durante um ano de cultura, a juízo exclusivo do SPI, seja qual for o motivo.

Se o arrendatário deixar de pagar a importância estipulada ainda que ocorra, no ano da falta, casos fortuitos e de força maior apresentados em tempo à chefia do SPI e que não tiverem sido aceitos por expressão escrita.

Se o arrendatário não tiver acerado os campos, as plantações ou culturas existentes nas terras de seu arrendamento, ou não mantiver eficientemente limpos e largos os aceros à prova de incêndios.

Se o arrendatário deixar de cercar as mangas de criação, roças ou culturas de modo a impedir completamente a saída de animais das terras de seu arrendamento ou a invasão de animais em culturas suas ou alheias.

Se o arrendatário utilizar de qualquer trato de terras do Posto fora da área de seu arrendamento pessoal.

Se o arrendatário infringir qualquer dispositivo do regulamento do SPI (Decreto 736 de 6 de abril de 1936). (FICHAS CADASTRAIS, 1940)

É interessante notar que as recomendações expressas estão relacionadas ao trato agropastoril, enquanto o que tange ao Serviço e aos indígenas do Posto, apenas fazem uma menção de um decreto federal, sem maiores especificidades.

Mesmo não sendo mencionados, os conflitos entre regionais e indígenas também eram levados em consideração quando a administração dos Postos optou pela política de arrendamentos. Concordamos com Sá, quando afirma que os arrendamentos tinham o efeito atenuador dos conflitos e violências existentes entre indígenas, agentes do SPI e nacionais:

Peres (2000), partindo da realidade do Posto Indígena General Dantas Barreto - Águas Belas/PE, faz uma análise dos arrendamentos na I.R.4 como uma forma de mediação dos conflitos agrários na região. A leitura da

documentação do Posto Indígena Caramuru Paraguassú (P.I.C.P.), em especial os relatórios dos inspetores que tratam do desempenho do SPI no P.I.C.P. até o final da década de 1930, apontam neste sentido, ou seja, os arrendamentos no P.I.C.P. apresentavam-se como uma solução mediadora de conflitos agrários na região de Itabuna/BA.

Entretanto, também observamos o papel que os arrendamentos tinham em longo prazo, trazendo uma infiltração cada vez maior de não índios dentro da área do Posto, tendo como consequência principal o questionamento cada vez mais frequente sobre a posse das terras, bem como os pedidos de extinção da área de reserva.

Sendo assim, os arrendamentos, até então implementados a princípio como um mecanismo gerador de meios de sustentação econômica para os postos, paralelamente à exploração dos recursos naturais, tornaram-se, como viria a alegar anos mais tarde o chefe da 4ª Inspetoria Regional, “um quisto difícil de estirpar”, levando os postos indígenas à falência e os índios, que deveriam ser os primeiros beneficiados, à miséria.

Em outras palavras, a medida paliativa encontrada pelos agentes do SPI se tornava a cada dia a justificativa central dos questionamentos daqueles que solicitavam o fim da reserva: se ela era tão importante para os indígenas, por que estava sendo utilizada para arrendamentos com regionais? Mesmo conhecendo a precariedade da manutenção dos grupos indígenas dentro do posto, e da necessidade de algum tipo de verbas para tanto, os chamados rendeiros passaram a agir com cada vez mais violência:

A entrada de rendeiros nas terras ao sul da reserva ocorreu, principalmente, por iniciativas lideradas por Jesuíno Onofre, no Mundo Novo, major Liberato de Carvalho, no Toucinho, e Manuel Gonçalves de Freitas (Fazenda São Bento), que usavam de todo tipo de ameaças e violência para afastar os índios daquelas terras. A documentação reunida neste catálogo é farta no que tange a ofícios, memorandos e processos de denúncia e apuração de perseguições e “maldades contra índios”, invasão de posses pela ação dos jagunços e outros procedimentos, que fizeram desses arrendatários “poderosos produtores rurais”. Nos primeiros anos da década de 1950, o avanço dos rendeiros também chegou ao P.I. Caramuru, no norte da reserva.

Dessa forma, em vez de solução temporária, os arrendamentos passaram a ser um entrave para a existência da reserva, servindo, como sempre, a favor daqueles que ambicionavam cada vez mais a ocupação do território.

Era cada vez menor o número de terras disponíveis para serem utilizadas por indígenas reconhecidos pelo conselho indígena, o que gerava cada vez mais conflitos

fundiários e um número cada vez maior de contestações da área da reserva. Como triste resultado, em meados da década de 1950, dos 36 mil hectares reservados aos índios, apenas três se destinavam a esse fim. O restante da área estava sob o poder de mais de setecentos arrendatários. Os índios eram obrigados a sair das terras devido à violência e por conta da redução dos recursos para sua assistência. O gado do SPI teve de ser vendido sob a alegação de que não havia mais pasto suficiente para manter as reses.

Toda essa situação de perda do controle estatal sobre as terras da área da reserva teve como consequência o abandono da função protetiva do órgão federal, já que, para a desativação do polígono sul do Posto, o P.I. Caramuru, muitas famílias indígenas abandonaram a área em busca de um lugar menos violento e com mais condições de sobrevivência:

A perda gradual das terras sob controle do SPI, a defasagem das taxas de arrendamento cobradas, o aumento do número de arrendatários que se recusavam a pagá-las, a extração irregular de madeiras nobres da área da Reserva geraram uma situação de “desordem administrativa” que culminou com a desativação do P.I. Paraguaçu¹⁵, o aniquilamento das edificações do P.I. Caramuru e a fuga de várias famílias indígenas em busca de locais mais seguros para viver.

Resta-nos questionar se o fato da medição do polígono sul ter sido realizado por um órgão estadual teve influência na maior tomada dessa parte da reserva por parte dos nacionais, ou qual o critério utilizado para definir qual órgão- estadual ou federal- ficaria responsável por cada parte da reserva.

Vimos no relatório do Engenheiro Amorim Coelho que foi deliberado entre as duas partes que a região sul ficaria a cargo do governo do estado, e a região norte a cargo do Ministério da Guerra, por ser essa região a que mais interessava ao órgão federal, sendo escolhida como prioridade para o trabalho do SPI, enquanto a outra ficou mais acessível aos nacionais. Sobre essa diferença estratégica, entendemos que ao norte permaneceram os indígenas de contato recente, e ao sul, aqueles oriundos de antigos aldeamentos. O aldeamento na região sul foi prejudicado pela sua vocação natural para o plantio de cacau, e em termos de defesa, ficou mais desprotegida, por estarem nela os indígenas já em contato com os nacionais.

Fica evidente a forma como que os interesses dos nacionais se sobrepõem aos interesses dos indígenas abrigados pelo SPI. Mesmo que o discurso a princípio seja o

de criar meios para a manutenção das instalações e de compra de suprimentos para os grupos indígenas ali assentados, vemos que, em longo prazo, os arrendamentos não passaram de uma forma de saciar as ambições daqueles que, a princípio, queriam o direito de posse sobre as terras.

Posteriormente a política de arrendamentos fez com que esses se contentassem momentaneamente com o uso agropecuário da terra, mesmo sem sua efetiva posse. Esta viria com o tempo de arrendamento, com a conivências das autoridades envolvidas e de alguns políticos das esferas estadual e federal.

*Quando a ultima lua dormir no horizonte
Crucifiquem meus sonhos nas dobras do arco-íris
Quando Guaraci acordar sobre a floresta
Enterrem meus olhos nas sete léguas da Lagoa Santa
Espalhem os fios dos meus cabelos
Sobre a poeira da estrada
Para que eles enfeiticem a alma rude dos fortes
E assim, irmãos, escondam o meu corpo no ventre da madrugada*

E adornem os fantasmas com os acalantos do sol
Quero que meu sangue viva sete vezes pra envenenar a orgia dos reis
Quero que meu sangue viva sete vezes pra envenenar a orgia dos reis

(Testamento do Velho Índio- Dércio
Marques)

• **Considerações Finais**

Após esse período de análise da documentação governamental, o que fica é a visão de duas forças. A primeira delas é a força da vontade indígena, resultante de uma resistência que toma qualquer forma, que se molda como puder, visando a auto proteção, a sobrevivência.

Conflitos violentos, concessões, modificações, adaptações. Marcellino Alves lutando pelo seu povo, ao seu modo, com as suas “armas”, fazendo a sua justiça, aquela que considerava correta, dentro de sua estrutura de mundo, agindo através daquilo que considerava correto.

Os documentos estão repletos de exemplos da astúcia daqueles que não buscavam contato, conseguindo muitas vezes se manter imperceptíveis na mata, recusando os “brindes” deixados, ou mesmo recolhendo-os sem serem notados.

Também vimos relatos sobre aqueles que se permaneciam no Posto, enfrentando o convívio, as doenças, as novas regras de vida. Muitos deles passaram a viver naquele espaço, resistindo, aprendendo com o tempo a lutar por aquela terra, entendendo o significado e o simbolismo da palavra “propriedade”, oriunda da cultura do outro, e passando a alegar o seu direito de ter posse das terras da qual eram os ocupantes legítimos.

Existe uma súbita transformação nessa figura indígena, que propositalmente é retirada dos textos oficiais do SPI. Aquele indígena que muitas vezes desconfiamos que fosse levado à força para as dependências do SPI, com o passar de dez, quinze anos, torna-se um daqueles seguidores anônimos de Caboclo Marcellino.

Entretanto, ao olharmos a foto existentes na capa deste trabalho, observamos uma foto com dois indígenas completamente vestidos. Roupas do costume dos sertanejos, talvez a mando do encarregado do Posto, talvez por ser de fato uma das condições de permanência no Posto.

Também vimos três fotos que trazemos neste trabalho, que foram tiradas para serem anexadas a um relatório, de indígenas mostrando os ferimentos que sofreram por parte do Tenente Anselmo, em 1942. Eles expunham as violências sofridas às autoridades superiores, demonstrando mais uma vez sua indignação e resistência.

Essa transformação, esse amadurecimento na luta por direitos, esse entendimento do significado da ocupação das terras a eles designada, os pequenos atos de resistência indígena não aparecem de forma explícita nos textos no SPI. Verificamos que mesmo com o passar de vinte anos, os relatórios permanecem com a mesma referência simbólica sobre o indígena, o mesmo trato, a mesma definição de seres indefesos.

Entendo essa permanência simbólica por muitos motivos, desde a necessidade prática e imediata de justificação da existência do Posto, como também por uma estrutura simbólica fortemente mantida pelos órgãos governamentais a respeito do indígena. Uma linha de pensamento generalizada que classificava os indígenas como seres inferiores, necessitados de desenvolvimento.

E chegando neste ponto é que conseguimos analisar a segunda força presente na documentação: a força da sociedade nacional e de seus aparelhos estruturais, como a burocracia, a força política permeada por interesses pessoais e regionais, uma cultura mantenedora de simbolismos e de preconceitos muito antigos, e um aparelho de estado hipócrita, corrupto e ou quando muito, permeado por ideologias preconceituosas e violentas.

Durante o período realizado vimos algumas manobras políticas envolvendo deputados estaduais e outros membros de diversas esferas de poder, sempre trabalhando para a redução da reserva, e dessa forma, saciando os anseios da parte mais influente da sociedade da época, que cobiçava a área do Posto.

Entendemos que é uma sociedade que tem o estado como seu agente. Esse estado burocratiza as relações, institui leis que, a longo prazo, beneficiam a quem tiver mais influência, como observamos no caso da divisão dos dois Polígonos do Posto, um para ser loteado logo depois, e o outro para servir por um pouco mais de tempo à utilização dos indígenas.

Nos perguntamos se juridicamente existe a possibilidade das duas esferas de poder terem ferido o direito à posse das terras do polígono sul da reserva, ao acordarem que esta parte da reserva não era de todo interessante para o governo federal, abrindo a guarda na vigilância desse território, e possibilitando a grande entrada de posseiros na região.

De qualquer forma, foi esse mesmo Estado, através da voz de seus agentes, que muitas vezes durante os relatórios, mostrou a hipocrisia de se dizerem seguidores

dos ideais comteanos para na realidade não agirem como realmente diziam acreditar , ou até mesmo utilizando a ideia da necessidade da “proteção” como forma de manter o seu emprego e seu sustento.

E muitas vezes, os poucos agentes que realmente acreditavam na doutrina evolutiva comteana cometiam excessos e violências contra os indígenas, por acreditarem estar fazendo o “melhor” para a evolução desses povos.

Também compreendemos a cultura dominante e seus simbolismos como mais uma arma da sociedade nacional. Junto com os simbolismos a respeito do indígena vinham também homogeneizações, os estereótipos do que era ser índio, o que auxiliava sobremaneira quando era necessário dizer, por exemplo, que Caboclo Marcellino não era índio, por saber ler e escrever.

A facilidade de comunicação entre símbolos culturais, a facilidade de dar múltiplos significados a um mesmo simbolismo cultural e a facilidade de readaptar um simbolismo externo para sua própria cultura são os três movimentos interétnicos e culturais que dão nome a esse trabalho. São eles os “trocadilhos étnicos”.

Iniciamos essa análise pensando no uso que seriam dados a esses signos culturais dentro da luta indígena. Nos questionamos como a sociedade nacional olharia ou compreenderia esse novos usos de signos velhos de outras culturas e readaptados para a luta indígena.

A princípio, acreditamos que o que existia era uma real incompreensão do que era ser índio; Como se a sociedade nacional não possuísse parâmetros de análise ou capacidade de compreender como é que um índio poderia continuar sendo índio mesmo sabendo ler, escrever e trabalhar.

Sabíamos da força das simbologias, desde a academia até o senso comum. Sabíamos que desde tempos imemoriais já existia a ideia de um status de “ser indígena”, possuído apenas por aqueles indígenas sem nenhum resquício de contato com outras culturas.

Acreditamos nesse poder da simbologia, e apostávamos nele como fator determinante para a explicação do não entendimento dos “trocadilhos étnicos” por parte dos nacionais.

Entretanto, foi surpreendente quando a cada relatório lido, observávamos que aqueles agentes e as pessoas que estavam contra a permanência da reserva tinham, sim, a consciência da utilização de novas armas de luta por parte dos indígenas.

Dessa forma, se essa consciência de que os indígenas adquiriam novos conhecimentos e os utilizavam na luta existia, então por que isso era abafado nos documentos? Por que se insistia na defesa do índio genérico necessitado de “proteção”?

O argumento da impossibilidade da passagem do tempo para o indígena, ou seja, a simbologia do índio como um ser atemporal, vivendo nas matas e sem contato é mais uma das argumentações que surtem efeito quando se garante que “é muita terra para pouco índio”.

Sendo assim, o símbolo de índio atemporal justifica a ideia de que o tempo passou, e que “índios puros” não existem mais. E então eu percebi que esse argumento é muito mais uma estratégia do que propriamente uma incompreensão em si.

Até se compreende a condição, a possibilidade indígena de transitar com facilidade entre culturas, mas isso não é admitido, pois se fosse, estaria por terra o argumento de que índio de verdade é “índio puro”, desprovido de saberes das culturas externas.

E é compreendendo esta rede de relações e suas consequências, que vejo a continuidade dessa luta de forças.

E é com pesar que verificamos que hoje, nesse momento, na região sul da Bahia, tomada por uma onda de violência sem limites, pois alguns títulos de terra da área de reserva, distribuídos e referendados no passado pelo governo estadual baiano no passado foram considerados nulos pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2012.

Observamos com tristeza que os mesmos padrões do início do século passado continuam firmes: a contestação do direito desses povos, pela alegação ambiciosa oportunista de que só são índios aqueles que ainda estão nus e morando nas matas. E hoje percebemos que isso não é apenas uma falta de compreensão do que é ser índio, mas consiste apenas em oportunismo lucrativo.

Como os mesmos padrões são usados nas relações de conflito hoje, também cabe nos perguntar se também serão usadas as mesmas medidas paliativas do passado. Após a medição da área de reserva, em 1937, iniciou-se a prática de arrendamentos como medida para conter os conflitos entre indígenas e posseiros, que acabou por tomar conta das terras do posto e na expulsão da maioria dos indígenas que ali habitavam.

Sendo assim, deixamos a pergunta: Qual será a próxima “medida paliativa” a ser criada para diminuir a violência e os conflitos, e em longo prazo, a quem ela beneficiará?

- **Fontes**

BRITO, Durval. Instruções do major-chefe Durval Brito, do Ministério da Guerra, ao comandante do Contingente do 19º B.C. para ocupação do Posto Paraguassu. Salvador, 6 de novembro de 1936. Mf. 189 – Fg. 1.276-1.279. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio

CASTELLO BRANCO, M. Relatório de levantamento referente à demarcação das terras do Polígono Sul - Caramuru-Paraguassú Rio de Janeiro, dezembro de 1938.. Mf. 299 – Fg. 1-53. 1938. . Serviço de Proteção ao Índio. Museu do Índio.

CAVALCANTI, José Bezerra, outubro de 1932. Mf. 301 - Fg. 300-320 (cópias do memorial: fg. 303-318) . Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio

CAVALCANTI, José Bezerra. Relatório dos trabalhos da Diretoria do SPI relativo ao ano de 1929. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1930. Mf. 340 - Fg. 2-103 . Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio

COELHO, Alfredo Amorim. Relatório ao Serviço de Proteção aos Índios sobre a demarcação do Posto Indígena Catarina Paraguassú. Salvador, nov. 1938.

ESTIGARRÍBIA, Antônio Martins. Relatório anual dos trabalhos especiais da Inspetoria do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais relativo ao ano de 1921. Vitória. 27 de janeiro de 1922. Mf. 190 - Fg. 329. 1920. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio

FICHAS CADASTRAIS DE CONTRATOS DE ARRENDAMENTO , Itabuna (s/d). Mf. 156 - Fg. 856-860; 862-978. 1940. Serviço de Proteção ao Índio. Museu do Índio.

INSTRUÇÕES PARA SEREM OBSERVADAS NO POSTO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E LOCALIZAÇÃO DE TRABALHADORES NACIONAIS NO RIO PARDO. (s/d) (s/l) Microfilme 190, Fotograma 678-684. 1910. . Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio

LOBO, Samuel Henriques da Silveira. Relatório Anual da Inspetoria do Espírito

Santo, Bahia e Minas Gerais durante o ano de 1923. Vitória. 12 de fevereiro de 1924. Microfilme 190 fotograma 544-585. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio

LOBO, Samuel Henriques da Silveira. Relatório dos serviços executados na Inspetoria do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, durante o ano de 1921. Vitória, 27 de janeiro de 1922. Mf. 190 – Fg. 373-418. 1921. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

LOBO, Samuel Henriques da Silveira. Relatório referente ao ano de 1923 sobre os serviços executados na IR-4. Vitória, 12 de fevereiro de 1924. Mf. 190 – Fg. 545-585. 1924. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio

MEMÓRIAS SOBRE AS CAUSAS DETERMINANTES DA DIMINUIÇÃO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL. Paper apresentado no IX Congresso Brasileiro de Geografia. , 29 de Julho, 1940. P. 02. Fundação Nacional do Índio (Brasília) Documentação SPI/Documentos Diversos.

TAULOIS , Pedro Maria Trompowsky . Relatório dos trabalhos preliminares no sul da Bahia encaminhado por meio do Ofício n. 12 ao diretor geral do SPI/ITN. Salvador. 28 de dezembro de 1910. Microfilme 190 Fotogramas 82-89. 1910. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio

TAULOIS , Pedro Maria Trompowsky. Relatório de excursão à região entre os rios de Contas e Gongogi. Salvador. 7 de janeiro de 1911. Microfilme 190 Fotograma 138-140. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio

TAULOIS , Pedro Maria Trompowsky. Relatório dos trabalhos de pacificação executados nos meses de fevereiro e março de 1911. Bahia, 30 de março de 1911. Mf. 190 – Fg. 127-137. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio

TAULOIS, Pedro Maria Trompowsky. Ofício n. 133 a Manuel Tavares. 9 de setembro de 1911 . Mf. 190 – Fg. 159-160. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio

TAULOIS, Pedro Maria Trompowsky. Ofício n. 57 encaminhado ao responsável pela 2ª Subdiretoria, Manuel Tavares da Costa Miranda. Bahia, 4 de maio de 1911. Mf. 190 – Fg. 142-145. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio

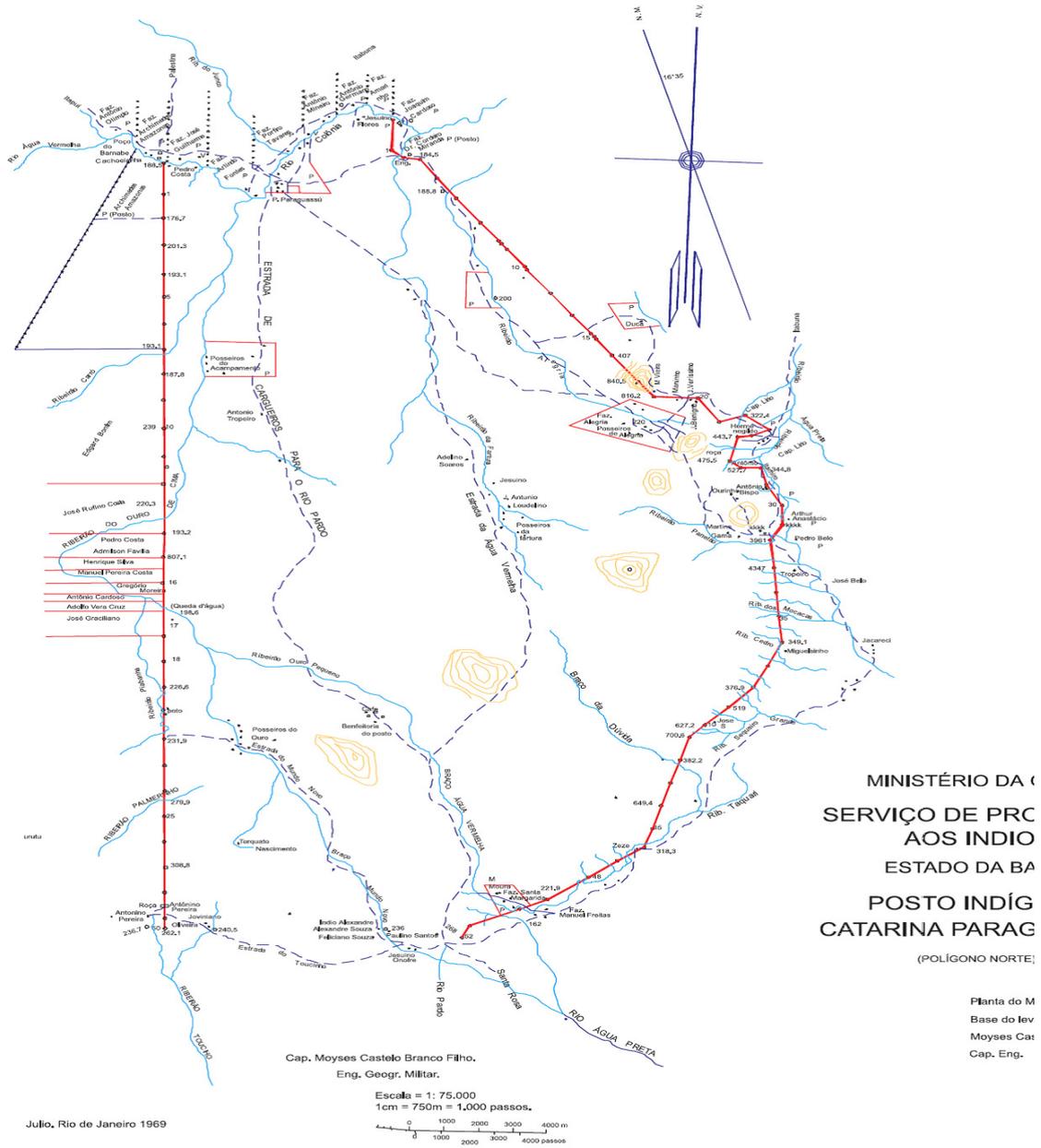
VASCONCELLOS, Vicente de Paula Teixeira da Fonseca. Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Revista do Serviço Público, vol. 03, nºs 1-2, jul.-ago. 1939, p. 34.

VASCONCELLOS, Vicente de Paula Teixeira da Fonseca. Relatório dos Trabalhos

realizados na Seção Bahia no ano de 1929. Bahia, Maio de 1930. Microfilme 182, fot. 1313-1355. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio

- Anexos

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS - SPI



- Mapa da Região elaborado por Moyses Castelo Branco.



• Figura Jornal “O Intransigente, 28 de setembro de 1929

O aldeamento dos índios no rio Agua Preta do Colonia e o esbulho dos posseiros

Tendo o Engenheiro Capitão Vicente Vasconcellos, para localizar o Posto Indígena Paraguassu sob a sua direcção, procedido a seu bel prazer uma medição que importava em esbulho a antigos posseiros com posses legítimas no Rio Agua Preta do Colonia e zona do Salgado, os posseiros prejudicados em numero de cento e doza, dirigiram uma reclamação ao sr. Prefeito deste municipio, que, de logo, enviou em conjunto com o sr. Presidente do Concelho, um longo e minucioso telegramma ao sr. Governador do Estado, expondo a situação dos occupantes que ficavam encravados na referida medição.

Agora, o sr. Prefeito acaba de receber do official do Gabinete do sr. Governador, de ordem deste, a informação prestada ao sr. Secretario da Agricultura pela Directoria de Terras e Minas do Estado, por onde se verifica que o sr. Engenheiro Capitão Vicente Vasconcellos não está autorizado a fazer medição para o aldeamento dos índios, o que só se verificará pelos meios regulares observadas as instruções a que se refere a alludida informação, abaixo transcrita para o conhecimento dos interessados que devem ficar tranquilos.

Directoria de Terras, Minas, Colonização e Imigração—Officio n. 1025—Bahia, 25 de Setembro de 1929.

Exmo. Sr. Dr. Secretario da Agrí-

cultura, Industria, Commercio, Viação e Obras Publicas. Relativamente ao assumpto de que trata o incluso telegramma enviado ao Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado pelo Prefeito e Presidente do Conselho de Itabuna e em cumprimento do vosso despacho, de 14 do corrente, no mesmo exarado, venho com este prestar vos as informações que se seguem:—Por decreto de 9 de Março de 1926, cuja copia vai junta, o Governador do Estado resolveu suspender as medições de terras devolutas situadas nas zonas no mesmo mencionadas, *respeitados as posses já estabelecidas.*

A lei n. 1916, de 9 de Agosto do mesmo anno, não só ratificou o citado decreto, como determinou que o Governo mandaria demarcar a area referida, discriminando a parte que deverá servir de Horto Florestal natural e a que ficará destinada a formar o aldeamento dos índios e de suas respectivas reças em lotes, com a superficie *indispensavel* a taes misteres, autorizando o Governo a abrir o credito até 100.000\$000 para esses serviços e para construção de palhoças ou casas, de todos os complementares dos aldeamentos, da compra de roupas e instrumentos agricolas além de que a população aborigene constitua nucleos colonias, devendo ser consignada annualmente no orçamento da despesa a verba de 50.000\$000 destinada á cahechese e conservação das essencias florestaes primitivas. Como se vê, a lei citada, além de destinar uma area de terras colossal para dois fins diferentes sem que precisasse o que a cada um deveria ser applicado, onerou o Estado com as despesas de medição, demarcação de taes terras e das destinadas a cada fim respectivo, bem como a todas as demais necessarias ao estabelecimento de nucleos colonias.

O decreto federal n. 5484, de 27 de Junho de 1928 manda em seu art. 10 que o Governo Federal promova a cessão gratuita para o dominio da União das terras devolutas pertencentes aos Estados que se acha-

rem occupadas pelos índios bem como as terras das extintas aldeias que foram transferidas ás respectivas provincias pela lei de 20 de Outubro de 1887, referindo se os respectivos paragraphos á delimitação das correspondentes á occupação legítima existente, podendo o Governador empregar as ditas terras para fundação de povoações indígenas ou qualquer outra forma de localidade de índios, cuidando o art. 35 do decreto de pagamento dos honorarios pessoais tecnico. O exposto demonstra que a lei em estudo foi de generosidade demasiada. Entre até agora nenhum credito foi atribuído nem feita a delimitação pelo Governo da zona referida, determinando este estado de coisas a falta de cumprimento da zona que effecivamente deverá ser destinada ao serviço federal. Daí os inconvenientes que vão surgindo e para cuja solução só ha o remedio de ser feita a medição (previamente abençoado pelo respectivo credito) na forma que foi assentada pelo Governo, que podesse tomar por base os elementos ultimamente apresentados a esta Directoria pelo Engenheiro Capitão Vicente Vasconcellos com quem esta Directoria tem tido varios entendimentos desde muito tempo, aguardando o prometido esboço que agora foi recebido, pelo qual ainda não se

aliás, definitivamente fixada a pretendida, mas que poderá originar uma solução conveniente. Quanto a reclamação submettida ao Exmo. Sr. Governador sobre a ameaça de esbulho de posseiros pelo Engenheiro Capitão Vicente Vasconcellos, esta Directoria pedir ao mesmo Engenheiro a respeito, uma vez que os seus serviços só podem ser reconhecidos, não lhe cabendo a demarcação da area que tem de ser entregue á União, nem podendo ser prejudicados nos seus direitos aquelles que tenham posse legítima que não quer, porem, dizer que intrusos possam estar fazendo negócios nas terras já reservadas. Não está, pois, praticado ainda a delimitação das terras, que, entretanto, a virtude da lei já citada tem de ser feita e convem que o seja sem demora, como o unico meio de resolver pelos meios regulares as vidas existentes e evitar o prejuizo dos direitos legítimos de quem tiver. Mando-vos meus protestos de estima e consideração. (Assinado) Arthur de Sá Menezes, Director de Terras e Minas, em nome do Sr. Dr. de Carvalho Filho.

- **Figura Jornal de Itabuna, 30 de outubro de 1929**
-

BOLETIM

Agua Preta do Colonia não pode ser aldeia

Os habitantes e proprietarios d'aquella zona acham-se affictos, com o levantamento do «RIO AGUA PRETA COLONIA» pelo capitão Vicente de Paula Vasconcellos, depois d'esse levantamento, uma linha divisoria da fôz do mesmo a sua nascente e d'ahi prolongando-se a mesma linha ao RIO PARÊDO, deixando encravadas diversas propriedades no «POLIGNO» isto é, ao lado do POSTO INDIGENA PARAGUASSU'. No honrado Governo do Dr. Góes Calmon, o capitão Vasconcellos tentou este imaginario levantamento, os proprietarios, recorreram ao Prefeito d'aquella epoca Cel. Henrique Alves, e este indo á Capital teve entendimento pessoal com aquelle Governo, sendo as providencias de garantias aos mesmos proprietarios, e estes ficaram tranquilos, disto houve boletins impressos no "Jornal de Itabuna", e como agora a 12 deste, 5a. feira vai o mesmo Capitão proceder o mesmo levantamento... sem ouvir aos mai dignos Vereadores e Dr. Prefeito, d'este Municipio?

E' muito justo e humanitario que os Indios tenham sua area, mais que seja em Florestas incultas, e nas adjacencias das Cordilheiras do Ribeirão do Ouro; e a nascente do RIO PANELLA ha uma Area que suporta todos os Indios bravos e mansos, podendo vir os Indios de Moçambique e do Haiti, que ainda

sobeja terrenos. Ainda ha uma fatcha no Municipio de Cannaveleiras para o mesmo mister. Exmos. Srs. Dr. Prefeito e Vereadores deste Municipio, o cap. Vasconcellos, não quer transpor-se pelas Cordilheiras Inaccessiveis do Ribeirão do Ouro,—quer margear os RIOS, quer fazer trabalho de mathematica a cavallo ou POR CANOA, systema expedicto e assim vai levando os Municipios de Itabuna para o seu POSTO INDIGENA PARAGUASSU', como caboclos mansos—Penso que desta vez terã providencias serias.

Relação dos proprietarios que têm importanciaes pesadas na zona que o capitão Vasconcellos quer encravar são: Cel. Tertuliano Pinho—com cerca de 400 tarefas solta capim sempre verde—Francisco Alves de Oliveira—com 350 tarefas capim sempre verde e 200 e tantas cabeças gado pastando na mesma, D. Glaphyra Bittencourt, com a Agricultura de cafeeiros, callendo 150 caixas de Café e 300 tarefas de capim sempre verde; D. Romualda Lacerda com uma solta de 400 e tantas tarefas que engorda 200 e tantos bois—muitos outros proprietarios menores, que já apresentaram um Nós abalxo assignados aos Exmos. Srs. Drs. Prefeito e Vereadores que honradamente dirigem os destinos d'esta terra.

Eis a verdade de

UM JUSTO

Em, 9—9—1929.

Jornal de Itabuna

- **Figura 3 Boletim distribuído nas adjacências da reserva, e publicado anonimamente no “Jornal de Itabuna. S/d**



- **Figura 4 Foto Índios - SPI – 1930**



Foto Índios - SPI - 1930

Figura 5

- **Figura 6 Foto Índios - SPI – 1930**



- **Figura 7 Foto Índios - SPI – 1930**

- **Memorial dos Comerciantes e Produtores Rurais de Itabuna:**

Exmo. Sr Tenente Juracy Magalhães, D. D.

Interventor Federal neste Estado:

A Comissão abaixo assinada, composta de negociantes e lavradores deste Município, zelando pelo engrandecimento e expansão desta zona, vem perante V. Ex.^a. pedindo vênha, apresentar razões que determinam e provam a ineficiência do funcionamento do “Posto Indígena Catharina Paraguassú”, situado neste Município: -

a) O “Posto indígena Catharina Paraguassú” tem uma área de cerca de 2058 quilômetros quadrados, ocupando toda a zona SO deste município;

b) Esta zona ocupada fica situada na margem direita do Rio Colônia, rio que é o único perene nas terras destinadas a criação;

c) O Posto fica situado a 10 léguas desta Cidade e termina daqui a 17 léguas ficando a sua sede daqui a 15 léguas;

d) A área destinada ao Posto é a melhor para a pecuária, não só pelo clima, como pela natureza dos terrenos, pela altitude e mais ainda pela água corrente e permanente (rios Colônia e Água Preta);

e) Existiam antes do Decreto que determinou a área destinada ao Posto, cujo Diário Oficial datado de 9 de Março de 1926, mais de 300 posseiros, com plantações de capim, cereais, outras benfeitorias e criação de gado;

f) Esta área, pela sua grande extensão e pelas grandes vantagens que apresenta para a pecuária, cultivada, constitui uma grande frente de riqueza para o nosso município, conseqüentemente, melhores proventos para o nosso Estado;

g) A área destinada ao Posto, por estar próxima da cidade e das diversas zonas habitadas, não tem mais índios a catequisar e a prova do que se afirma é de 1926 até a presente data, terem sido pegados apenas 29 índios, entre crianças mulheres e homens, conforme a escrituração do próprio Posto;

h) Existem, atualmente, no Posto, apenas 3 crianças índias;

Em tempos remotos existiram índios a catequisar naquela zona, porém com a grande entrada de habitantes nossos em procura de expansão da lavoura e da pecuária, os índios – os poucos existentes – foram se retirando e desaparecendo dali, não havendo, portanto, necessidade de despesas com um Posto indígena;

i) O Posto foi criado para o patrocínio dos índios e horto florestal. Sobre índios já está referido; sobre horto florestal nada tem que se possa dar este nome;

k) O Município de Itabuna tem a sua divisa com o Município de Ilhéus daqui a 2 quilômetros e com o Município de Itambé daqui a 18 léguas; estando o posto situado daqui a 10 léguas o seu inicio e daqui a 17 léguas o seu término, claro está que toda a zona SO do Município de Itabuna, até as suas divisas com o Município de Canavieiras, está ocupada com o Posto Indígena, que não tendo a finalidade a que se destina, tem uma única finalidade – a de prejudicar o Município e seus habitantes;

l) Do ano de 1926 (data do Decreto) até a presente data – 6 anos – o Posto tem recebido do Governo quantias vultosas para sua instalação e manutenção, entretanto, mal sabem todas as suas benfeitorias a cem contos de reis;

m) A Comissão sem querer prejudicar os nossos verdadeiros antecessores – os índios – lembra a conveniência de ser transportado o referido Posto, com o minguado número de índios catequisados para a zona das Cabeceiras do Rio do Ouro, afluente do Gongogy ou para a zona das Cabeceiras da outra vertente do Rio do Peixe, afluente do Rio de Contas, ambas desabitadas e destinadas para o mesmo fim por força do Dec. Já aludido.

As alegações da comissão são de tal fundamentos, que um inquérito aberto para sindicar do Posto, dos índios catequisados, da sua lavoura, das suas benfeitorias, do ensino profissional e primário e das suas despesas, viria muito bem e muito a tempo para elucidar o facto ora denunciado.

Pelo espirito reto de V. Ex.^a altamente ligado aos interesses da Bahia, principalmente aos do Sul do Estado, a Comissão espera que seja sindicado o facto, aberto inquérito e demais providências para a prova das alegações acima e, caso afirmativo, seja suspenso o Posto Indígena e entregue as suas terras ao povo trabalhador deste Município, como prêmio ao seu esforço já tão bem confirmado, pagando o que for de Lei.

A Comissão espera solução-

Acompanha a cópia da Circular da Delegacia de Terras.

Itabuna, 13 de Janeiro de 1933.

- **Relato da demarcação do Polígono Norte: Colocação dos marcos.**

“Está o Posto Indígena Catarina Paraguassú, situado entre os municípios de Itabuna, Canavieiras e Conquista, à margem direita do Rio Colônia, ao Sul do Estado da Bahia. O levantamento de suas divisas foi dividido em dois polígonos. A demarcação do polígono Norte teve início a 1º de Outubro de 1937, na presença dos confrontamentos que atenderam ao edital de oitação e foi concluída a 19 de abril de 1938.

À margem direita do Rio Colônia, acima da confluência do ribeirão Fartura, na divisa da Fazenda Duca, hoje propriedade do Dr. Cordeiro de Miranda, lugar este designado para ponto de partida, a 112^m, 82 do leito do rio, onde outrora existia um marco singelo de madeira de lei, com testemunha, foram cravados o marco inicial ZERO e dois marcos testemunhas, todos de Itapicurú, lavrados nas quatro faces, com forma de pirâmide, daí segue com o Azimuth verdadeiro de 182° 01' 29", pela antiga picada de divisa da Fazenda Duca, numa extensão de 1.225^m, 28, onde foi cravado o marco UM de Arueira d'Água; daí segue com o Azimuth verdadeiro de 133° 25' 04", pelo antigo rumo da Fazenda Duca (arvore seca), passando a 118^m,00 do Engenho do Posto, numa extensão de 411^m,05, onde foi cravado o marco DOIS, de Muçutaíba; daí segue com o Azimuth verdadeiro de 92° 20' 28", ainda, em divisa com a Fazenda Duca, numa extensão de 446^m,28 onde foi cravado o marco TRÊS de muçutaíba; daí segue com o Azimuth verdadeiro de 141° 51' 01" até o cume da serra da Alegria, divisor de aguas dos ribeirões Água Preta e Panelão, numa extensão de 11,218^m,95 em divisa, ainda, com o Dr. Cordeiro de Miranda, José Rufino da Costa, Manoel Vieira e Maninho, ficando no interior do Posto os pastos artificiais (mangas), o engenho, a Fazenda Alegria e demais benfeitorias aí feitas pelo Serviço de Proteção aos Índios, e, tendo sido cravados os marcos intermediários QUATRO de Arueira d'água, ao lado da Estrada da Alegria, a 898^m, 74, CINCO de Arueira d'água a 958^m, 25, SEIS de muçutaíba a 1,186^m, 95, SETE de Arueira d'água a 489^m,63, OITO de Arueira d'água a 118^m,91, NOVE de muçutaíba a 260^m,61, DEZ de muçutaíba a 880^m,67, ONZE de arueira d'água a 97^m,61, DOZE de muçutaíba a 1.012^m,56, QUATORZE de muçutaíba a 905^m,90, QUINZE de Itapicurú a 170^m,10, DEZESSEIS de itapicurú a

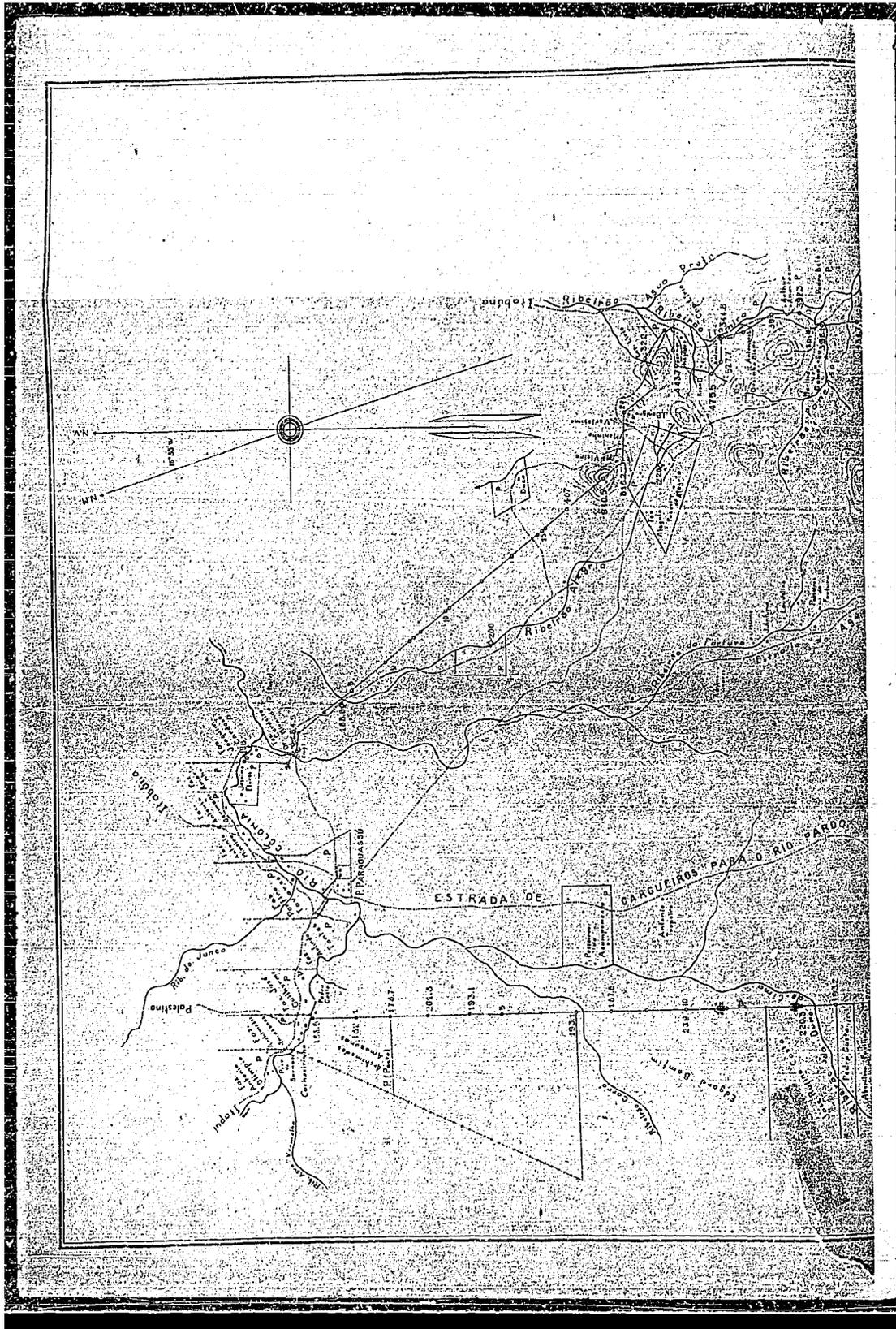
80^m,95, DEZESSETE de Itapicuru a 735^m22, DEZOITO de itapicurú, no cume da serra da Alegria, a 1,530^m 05, DEZENOVE de cedro cajaruna a 753m,84, daí segue com o Azimuth verdadeiro de 98° 11' 28", em divisa com o Capitão Graciliano Ricardo Lyrio, numa extensão de 1.246^m,68 onde foi cravado o marco VINTE de cedro cajaruna; daí segue com o Azimuth verdadeiro de 144° 31' 58", em divisa com o Cap. G. Lyrio, numa extensão de 1.080^m,04, onde foi cravado o marco VINTE UM de itapicurú, ao lado de uma frondosa "cofia", daí segue com o Azimuth verdadeiro de 37° 47' 50", ainda, em divisa com o Cap. G. Lyrio, numa extensão de 797^m,24, onde foi cravado o marco VINTE DOIS de pau a'arco, daí segue com o azimuth verdadeiro de 125° 56' 08", em divisa com Hermenegildo Santos, numa extensão de 893^m,16, onde foi cravado o marco VINTE E TRES de pau brasil, daí segue com o azimuth verdadeiro de 243° 43' 11", em divisa com Hermenegildo, numa extensão de 551^m,07 onde foi cravado o marco VINTE E QUATRO de pretu-aju, daí segue com o Azimuth verdadeiro de 190° 59' 47", em divisa com Hermenegildo, numa extensão de 551^m07 onde foi cravado o marco VINTE E CINCO de Itapicuru, daí segue com o azimuth verdadeiro de 190° 59' 47", em divisa com Hermenegildo, numa extensão de 939^m,30, onde foi cravado o marco VINTE E SEIS de paud'arco, daí segue com o azimuth verdadeiro de 127° 59'03", ainda, em divisa com Hermenegildo, numa extensão de 377^m,33, onde foi cravado o marco VINTE E SETE de Itapicuru, daí segue com o azimuth verdadeiro de 89° 34'14", em divisa com Antoniosinho da Silva, numa extensão de 900m,76 onde foi cravado o marco VINTE E OITO de Itapicuru, daí segue com o azimuth verdadeiro de 167°31'60", em divisa com o Cap. Graciliano R. Lyrio, numa extensão de 650m,94, onde foi cravado o marco VINTE E NOVE de Pau Brasil, ao lado da estrada do Jacareci, daí segue com o azimuth verdadeiro de 148° 49'11", em divisa com Antônio Bispo dos Santos, numa extensão de 868m,34, onde foi cravado o marco TRINTA de pau d'arco, ao lado da estrada Jacareci; daí segue com azimuth verdadeiro de 178°07'58", em divisa com Artur Antônio da Silva, numa extensão de 740m,28, onde foi cravado o marco TRINTA E UM de pau brasil, no divortium aquarium dos ribeirões Itamira tributário do Colônia e Panelão afluente do Rio Parto, ainda, ao lado da estrada do Jacareci; a ponto oeste da linha imaginária da divisa convencionada com o governo do Estado, em ofício n. 1 de 5 de maio de 1937; daí segue com o azimuth verdadeiro de 209° 59'61", na divisa com Simplício e Pedro Béle, numa extensão de 708m,99 onde foi cravado o marco TRINTA E DOIS

de pau brasil, ao lado da estrada de jacareci, daí segue com o azimuth verdadeiro de $173^{\circ}25'0''$, numa extensão de 3.925m,15, tendo sido cravados os marcos trinta e três a 1.060m,57, trinta e quatro a 941m,09, TRINTA E CINCO a 956m,81 e TRINTA E SEIS a 964m,68, daí segue com o azimuth verdadeiro de $259^{\circ}25'10''$, a uma extensão de 1,945m,76, em divisa com Miguel domingos e José Pinto, tendo sido cravados os marcos TRINTA E SETE a 1.000m,92 e TRINTA E OITO a 944m,83, daí segue com o azimuth verdadeiro de $223^{\circ}23'20''$, numa extensão de 2.389m,14 em divisa com José Vicente, Miguel Domingos, José Alcantara do nascimento, José Mulato do Nascimento, Paulo Alexandrino do Nascimento, José da Silva Miranda (vulgo José Sertanejo), tendo sido cravados os marcos TRINTA E NOVE a 960m,29, QUARENTA a 959m,51, e QUARENTA E UM a 671m,36, daí segue com o azimuth verdadeiro de $193^{\circ}25'30''$, numa extensão de 4.294m,67, em divisa com os herdeiros de Francisco Pereira Ventura, Dna. Josefa Diogenes Silva, Alindio Neves do nascimento, Rafael e Alexandre Cruz, tendo sido cravados os marcos QUARENTA E DOIS a 886m,41, QUARENTA E TRES a 942m,46, QUARENTA E QUATRO a 905m,65, quarenta e cinco a 885m,46 e QUARENTA E SEIS a 671m,89, daí segue com o azimuth verdadeiro de $236^{\circ}25'40''$, numa extensão de 3.409m,91, em divisa com (ilegível) e Manoelzinho de Freitas, tendo sido cravados os marcos QUARENTA E SETE a 980m,36, QUARENTA E OITO a 969m,69 e QUARENTA E NOVE A 1.443M,96, DAÍ SEGUE COM O azimuth verdadeiro de $345^{\circ}25'50''$, numa extensão de 2.451m,92, em divisa com os herdeiros do Cap. Manoel Moura, tendo sido cravados os marcos CINCOENTA a 620m,58 e CINCOENTA e UM A 1.569M,83, DAÍ SEGUE COM O azimuth verdadeiro de $203^{\circ}23'00''$, numa extensão de 536m,16, onde foi cravado o marco CINCOENTA E DOIS, daí segue o travessão que separa o polígono Norte do polígono Sul com o azimuth verdadeiro de $370^{\circ}04'20''$, numa extensão de 2.565m,64, onde foi cravado o marco TRINTA de (ilegível) amarelo, em divisa do Oeste, daí segue com o azimuth verdadeiro de $359^{\circ}09'20''$, até a margem do rio Colônia, numa extensão de 29.498m,90, tendo sido cravados os marcos intermediários VINTE E NOVE de utu-dajú, em divisa com Antonio a 375,90, marco VINTE E OITO de itapicurú, em divisa com Antonio Pereira a 1.007m,00, marco VINTE E SETE de BALSAMO a 990m,00, marco VINTE E SEIS DE CLARAÍBA A 1.000M,00, marco VINTE E CINCO de claraiba, a 999m,00, marco VINTE E QUATRO de pau brasil, a 1.000m,00, marco VINTE E TRÊS de

itapicuru, a 1.010m,00, marco VINTE E DOIS de Itapicuru, a 1.000m,00, marco VINTE E UM de arueira d'agua à margem do Ribeirão Pisbanha a 698m,90, marco VINTE de arueira d'agua, a 1.016m,40, marco DEZENOVE de Itapicuru a 1.001m,95, marco DEZOITO de balsamo, a 1.000m,00, marco DEZESSETE DE PAU D'ARCO á margem do Ribeirão Ouro, em divisa com José Graciliano a 1.000m,00, marco dezesseis de arueira d'agua, em divisa com Manoel Adolfo Vera Cruz, Antônio Cardoso e Gregório Moreira a 996m,05, marco QUINZE de arueira d'agua em divisa com Manoel Pereira da Costa (Regino) e Henrique Silva, a 1.001m,50, marco QUATORZE de arueira d'agua, em divisa com Abenilom Favila e Pedro Costa , a 999,73, Marco TREZE de arueira d'agua, a margem do Ribeirão Ouro, em divisa com José Rufino da Costa (Duca) a 957m,58, marco DOZE DE ARUEIRA D'AGUA, Á MARGEM DE UMA LAGOA, COM SANGRANDOURO para o Ouro, em divisa com com Edgard Bonfim, á 1.062m,68, marco DEZ de arueira d'agua, em divisa com Edgard Bonfim, a 1.044m,94, marco NOVE de arueira d'agua na divisa com Edgard Bonfim a 1.056m,83, marco OITO de arueira d'agua em divisa com Edgard Bonfim a 973m,63; marco SETE de arueira d'agua, a margem do ribeirão Corró, em divisa com Edgard Bonfim , a 927m,00, marco SEIS de arueira d'agua, a 972m,76, marco CINCO de arueira d'agua a 1.054m,94, marco QUATRO de arueira d'agua a 564m,42, marco TRES de arueira d'agua, a 1.112m,64, marco DOIS de arueira d'agua, a 1.000m,00, marco UM de arueira d'agua a 595m,91; marco ZERO com dois marcos testemunhas,, os três de arueira d'agua, a 1.110m,75, de exterior a 40m, da margem do rio Colônia, do marco oeste ao marco zero, é conforntante do Posto, Arquimedes Amazonas Bonfim, daí serve de divisa ao Posto o rio Colônia, até o marco inicial novo, da divida de Rota, numa extensão de 7.513m,94, tendo como confrontantes , na margem esquerda do rio Colônia, Arquimedes Amazonas, José Guilherme, Arlindo fontes, Porfiro Tavares, Antonio Mineiro, Antonio Germano, Amarinho e Joaquim Cardoso; tudo conforme o (ilegível) justo, sabendo-se uma extensão de 60.512m, 87. Os marcos situados nos vértices foram cravados com dois outros marcos testemunhas, igualmente de madeira de lei, colocados ao alinhamento dos respectivos lados . Todos os marcos principais, secundários e testemunhas, são de madeira de lei, lavrados nas quatro faces, em forma de pirâmide com 90 cm para fora do solo e cuja aresta foi colocada na direção do alinhamento. As faces são de 14 cms, e o marco de 1,30 de comprimento. Todos os marcos estão fortemente plantados , em

cova de cinquenta centímetros de profundidade e calçados com pedras. Ao fundo da cova dos marcos inicial zero, um e dois, na divisa Cordeiro de Miranda, foram lançados pedaços de vidro, como testemunha.

Fechando, assim, o perímetro, foi calculado, pelo processo analítico, a área do polígono Norte que contém 410km², 678232, ou sejam 9,43 léguas quadradas de 43km² 56 (9.000.000 braças quadradas).




SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA GUERRA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

MINISTÉRIO DA GUERRA
 VISTO _____
 Cód. do S. P. I. _____ 01416

Rs. 937.000
 Ano de 19 ____ Nº 070 * 2.VIA

Amiceto Ferreira brasileiro nato, de 45
 anos da idade Casado, lavrador no Município de Itapuna, Estado da Baía, obriga-se a
 pagar Sinistralmente 24-6-24-12- a importância de
Quarenta e seis mil e quinhentos reis
 pelo arrendamento de Setenta tarefas ou _____ metros quadrados,
 de terras, do Posto Indígena de Paraguassú, patrimônio dos respectivos índios, com os seguintes
 característicos: Terrens criatórios
 pontos de referência Tribeiras do Ouro

e confrontações: a direita José Cardoso e
a esquerda com Galdino

obrigando-se outrossim, às condições expressas abaixo: —

Este arrendamento, sempre intransferível, salvo consentimento prévio, por escrito, dado pelo
 Chefe do S. P. I. no Rio de Janeiro, ficará rescindido independente de qualquer ação:

- 1) Se o arrendatário deixar as terras arrendadas incultas ou abandonadas, durante um ano de cultura, a juízo exclusivo do S. P. I. seja qual for o motivo.
- 2) Se o arrendatário deixar de pagar a importância estipulada ainda que ocorra, no ano da falta, casos furtivos e de força maior apresentados em tempo à chefia do S. P. I. e que não tiverem sido aceitos por expressão escrita.
- 3) Se o arrendatário não tiver acerado os campos, as plantações ou culturas existentes nas terras de seu arrendamento, ou não mantiver eficientemente limpos e largos os aceros à prova de incêndios.
- 4) Se o arrendatário deixar de cercar as mangas de criação, roças ou culturas de modo a impedir completamente a saída de animais das terras de seu arrendamento ou a invasão de animais em culturas suas ou alheias.
- 5) Se o arrendatário utilizar de qualquer modo as terras do Posto fora da área de seu arrendamento pessoal.
- 6) Se o arrendatário infringir qualquer dispositivo do regulamento do S. P. I. (Decreto 736 de 6 de Abril de 1936). Pelo que firma o presente na presença do representante do S. P. I. que também assina em seguida, na Sede do Posto.

Indígena Paraguassú em 8 de Outubro de 1938

O Arrendatário Amiceto Ferreira
 O Representante do S. P. I. Cap H Amiz Tibeiro

Sem. cad. 11

• Figura 1.1.1 Frente de Contrato de Arrendamento (Microfilme 154 fot. 1416-1417)

- **Relato da demarcação do Polígono Sul**

Assim procedemos receosos de que não fosse muito fácil contar com os trabalhadores de lá da zona onde íamos executar o serviço e, hoje, estamos convencidos de que demos um passo muito acertado. Não fosse essa turma de pessoal de fora e muito maiores dificuldades teríamos de enfrentar para chegarmos ao final do serviço. O trabalhador naquela terra é por demais inconstante e, por isso mesmo, incerto nos seus tratos. Homens que chegam serviço e se comprometendo a trabalhar muitos dias, não se sentiam acanhados de dois três dias depois pedirem a conta, com desculpas deveras revoltantes! A indolência campeia no meio deles e a caça, já muito escassa aliás, oferece um meio de subsistência mais fácil e mais conveniente ao seu modo de pensar e de viver.

Como dizíamos, partimos desta cidade no dia 7 de Dezembro e chegamos em Ilhéus no dia 8 pela manhã, seguindo imediatamente para Itabuna, onde ficamos até o dia seguinte à tarde comprando o material necessário ao serviço e providenciando a tropa para o nosso transporte de Itaúna para diante.

De Itaúna(sic) partimos no dia 11 pela manhã e somente na manhã do dia 13 chegamos ao Rio Panelas onde íamos iniciar o serviço.

Acampamo-nos nas margens deste Rio, próximo ao sítio de Pedro Belê, depois de uma penosíssima viagem de 2 dias. Não fora o nosso cuidado de mandar que fossem conduzidos pela turma, no ombro, os instrumentos de engenharia, e com certeza, tudo chegaria arreventado como aconteceu com as nossas maletas e outros objetos transportados nas cargas. As estradas ali são caminhos infemérrimos, mal abertos, através de serras com muita lama e horrível atoleiro.

A execução deste serviço foi combinada entre o governo do Estado e o Ministério da Guerra, do seguinte modo: Metade feita pelo Estado da Bahia e pelo mesmo custeada e metade custeada e executada pelo M. da G. tendo cada parte seu representante. Como representante do Ministério da Guerra veio o distinto oficial do Exercito Brasileiro Cap. Moysés Castello Branco Filho e como representante do Estado fomos o escolhido (sic).

O traçado combinado entre o Estado e o M. da G. da área que devia ser reservada para os índios, assim como a sua execução, foram baseados na carta expedida do Cel. Vasconcellos.

Com o Cap. Moysés nos entendíamos perfeitamente bem e, logo entramos em combinação de como devíamos realizar o traçado, em benefício do serviço. Combinamos ainda aqui na Cidade, por sugestão nossa, que a área a ser desmarcada seria dividida em dois polígonos e que de logo se denominariam, polígono do Norte e Polígono do Sul. Tiraríamos pelo interior da área dos índios no lugar mais conveniente, de acordo com a carta do Cel Vasconcellos, uma linha reta que serviria de lado comum aos dois polígonos e que tomou posteriormente o nome de “Travessão”. Ficou também acertado que o polígono do Norte ficaria a cargo do Cap. Moyses enquanto ficaríamos com o do Sul. Assim acordamos, levando em conta que no Polígono do Norte, estava a sede do Posto “Catarina Paraguassú” e onde se ligavam interesses maiores do representantes do M. da Guerra . .

As instruções que nos foram dadas pela Secretaria de Agricultura davam-nos o direito de modificarmos a execução das linhas do traçado combinando na carta do Cel. Vasconcellos, como limites do terreno dos índios, de acordo com as nossas necessidades e conveniências do serviço, exceção feita da parte que seria limitada pelo Rio Pardo. Também combináramos com o então secretário Dr. Alvaro Ramos que a linha de rumo ficasse toda com 3 metros de largura, madeira toreada e afastada da linha e que seriam colocados marcos divisórios de concreto armado ou de madeira de lei. Do nosso entendimento com o Cap. Moysés, ficou assentado que os marcos seriam de madeira de lei e não de concreto armado, uma vez que a madeira boa ali era fácil e o concreto bem difícil dada a carestia do transporte.

Os marcos são lavrados a 4 faces, com as iniciais S.P.I em uma delas, o nº em duas e a data na outra e colocados mais ou menos de km em km e mais nos vértices. Os dos vértices tem mais dois visinhos indicando a direção das linhas que formam o ângulo.

Não obstante porém os grandes embaraços que encontramos na execução do serviço, temos a plena convicção de havermos cumprido o nosso dever. As nossas linhas de rumo, desde Pedro Belê ao Travessão, no Rancho Queimado; deste ponto á Lagarta n Rio Pardo; e do extremo Oeste do Travessão ao Rio Pardo, defronte à barra do Córrego do Nado, foram todas abertas e limpas com a largura de 3 metros e com a

perfeição combinada com o Secretário de então. . (COELHO, 1938)

Houve lugares, entretanto, o que aliás era quase comum, onde para se fazer a largura de 3 metros éramos obrigados a cortar madeira distante 5 a 10 metros do eixo de linha, tal era o entrelaçado do cipó que ligava umas às outras. E, levando-se em conta a grande altura dessas árvores, pode-se fazer um ligeiro juízo do perigo iminente que corríamos, todos, de sermos atingidos pelos galhos desviados na queda, pelos cipós. Os desastres ali são muito comuns nas derribas, e só mesmo por uma grande felicidade nossa, não verificamos senão acidentes de pouca importância.

Foram enormes, repito, os embaraços que encontramos no desempenho de nossa tarefa: Zona acidentadíssima; bastante chuva; difícil e penoso transporte; desânimo constante de alguns da turma; escassez de gêneros alimentícios; e, enfim, uma série de outras tantas coisas que bem revelam o espírito de sacrifícios a que estávamos submetidos. . (COELHO, 1938)

Houve momentos, mesmo que se não fosse o nosso capricho de jamais deixarmos um serviço no meio, pelas suas dificuldades, teríamos fracassado e renunciado à terrível prebenda que nos deram. Graças a Deus, porém, tivemos ainda bastante força de vontade para suportar com resignação e coragem os sérios momentos de contrariedades e apreensão que nos assaltavam o espírito, muitas vezes roubando-nos o sono.

E a falta de conforto, a promiscuidade a que éramos forçados submetemos, morando em barracas de lonas, em noites de temporais tremendos, acompanhados de verdadeiros estrondos caudados pelas gigantescas árvores que arrancadas levavam outras tantas no seu caminho, era tudo isto, não resta dúvida, um exemplo do que passamos. E, algumas vezes tivemos de fazer das fraquezas força, para encorajarmos a turma desanimada, marchando à sua frente, reanimando-a com o nosso exemplo de despreendimento. Constantemente saíamos do acampamento já debaixo de chuva, trabalhávamos o dia inteiro molhados e voltávamos à noite bastante acobardados.

O celebre impaludismo do Rio Pardo era o terror para todos. Graças porém às precauções que tomamos, obrigando o nosso pessoal a fazer uso periódico e constante do quimino, pela manhã em jejum, e não dormir com roupa molhada, podemos tirar a prova do quanto vale a medicina preventiva e podemos ainda cantar a vitória que os filhos de lá não cantam. Estivemos acampados nas margens desse rio, usando as suas barrentas águas, não só para o banho, mas também para todas as demais necessidades

nossas, e de lá saímos sem nada sofreremos. (COELHO, 1938

Grifos do autor)

Foi por tudo isso que decidimo-nos a usar dos direitos que nos facultavam as instruções fornecidas, de modificarmos ligeiramente as linhas de traçado conforme as conveniências do serviço. E, foi assim que, o trecho que ai do Pedro Belê ao Travessão, fizemos em linha quebrada e não em linha reta, afim de nos aproximarmos um pouco do único caminho existente e evitarmos maiores embaraços das serras ali existentes.

Essa linha, assim desviada um pouco para fora, acresceu de algum modo a área dos índios, mas em compensação, essa área ficou diminuída por outro lado, por que o ponto de partida, ao invés de ser no alto da serra, no divisor das aguas dos rios Panelas e Piabanha, foi na baixada, na margem esquerda do Panelas, como se vê pelos desenhos.

A outra linha, que vem do extremo leste do Travessão à Lagarta no Rio Pardo, também foi desviada um pouco para fora, atendendo a um justo pedido do Cap. Moysés, para que deixássemos dentro da área dos índios a estrada feita pelo Cel. Vasconcellos e que liga as duas sedes do Posto: “Catarina Paraguassú” no Colônia e “Ajuricaba” no Rio Pardo. E, não obstante essa modificação, ao atingirmos pouco mais de 15 km com o azimut 198° alcançamos a roça de Agua Branca, que seria cortada, com esta direção, ficando quase toda para o lado de fora. Como se tratasse de uma grande benfeitoria do Posto, plantação de cacau, de café, cana, e algumas arvores frutíferas, resolvemos defletir para fora, com um ângulo de 90 ° ou seja azimut 108°, seguindo nesta direção pouco mais de 600mts. O necessário para envolver a aberta, na parte plantada. (...)

Vemos porém convicção plena de que os crescimentos foram maiores e, portanto, que somente favorecemos aos índios com as nossas alterações ao traçado. . (COELHO, 1938)

Disséramos acima que as nossas linhas ficaram todas bem limpas, madeira toreada etc, mas preciso se torna aqui uma retificação: Em exceção nas “capoeiras”. As celebres capoeiras, formadas como explico em seguida, representavam sempre um serio obstáculo a transpor. Derribam a madeira fina para formar a cama para o fogo

(“cabruçar” como chamam) em seguida abatem as arvores de grande porte, formando um amontoado infernal de madeira grossa e fina, inteira, e no tempo do verão se houver, ateiam o fogo. Caso o fogo queime bem eles aproveitam o roçado plantando-o, e no caso contrário, vão fazer outra derriba, uma vez que a mata está ali mesmo sujeita a sua vontade arbitrária. São praticas verdadeiramente criminosas na cruel devastação das matas, uma vez que nem persistem no mesmo roçado que não conseguiram queimar da primeira vez, cortando a madeira já derribadae preparando melhor cama para o fogo. . (COELHO, 1938)

Este mal, no entanto, desaparecerá naturalmente, quando cada um tiver limitado o seu pedaço de terra, com obrigação de zelar e trabalhar no que é seu, por direito de títulos e mediante a indispensável contribuição de um imposto modico ao Estado.

Nas tais capoeiras, devido ao grande amontoado de arvores grossas e secas, eramos obrigados a passar por cima, sem torear a madeira, que, naturalmente, com o decorrer dos anos apodrecerá ou será queimada. . (COELHO, 1938)

Outra coisa que não queremos deixar esquecida neste relatório é a prática também criminosa que usam os moradores na colheita do fruto da sapucaia. Como é a sapucaia madeira de lei e arvore de grande porte. O seu fruto é um côco bem grande e cheio de amêndoas saborosíssimas, semelhantes à castanha do pará e melhor segundo muitos, e por isso mesmo, apreciado pelos habitantes das matas, não o sendo menos pelos animais como o macaco, por exemplo. Como se trata de uma arvore de lenho elevado, esganhada, a grande altura, dificultando portanto o acesso para a colheita dos cocos, usam os homens, abate-la a machado, e mais fácil ainda, a fogo, quando é oca. Para isto é bastante riscar um fósforo dentro do oco. O fogo posto no tronco eleva-se com uma rapidez incrível, acompanhado de fortes estampidos e ruído semelhante ao dos motores de avião. E, poucos minutos após começam a despencar os galhos pesados de frutos. Com a queda de uma sapucaia carregada tem eles o sustento, por alguns dias, para a família inteira...Usam ainda alguns caçadores queimar a sapucaia, mesmo fora do tempo de frutificação, só pelo prazer de assistirem ao incêndio!. . (COELHO, 1938)

Na execução desse serviço não dispúnhamos de auxiliar técnico, cabendo-nos todo o serviço de instrumento e de escrita. O nosso auxiliar, Benjamim Ferreira de

Amorim que na realidade foi um nosso braço forte, como companheiro para enfrentar as dificuldades da luta, tinha como missão principal tomar conta da turma, orientando-a na frente da picada, balizando, etc. Apraz-nos também fazer algumas referências a atuação eficiente que teve no serviço um trabalhador da zona. Foi o velho Abelardo Rodrigues, conhecedor profundo das matas, caçador emérito e que muito nos serviu, desde Fevereiro até o final do trabalho, não só como encarregado da parte da limpeza das linhas de rumo, mas também e principalmente, no desempenho do abastecimento de água à turma, quando atingimos zonas secas, como aconteceu na última linha do extremo Oeste. Era e ele que confiávamos esse problema importante e ao qual deu cabal desempenho. E junto também salientar que dentre os vindos de Petrolina ocupou primeiro lugar Manoel Gomes Viana. . (COELHO, 1938)

Com a delimitação dos terrenos dos índios vários moradores tiveram as suas pretensas posses envolvidas, total ou parcialmente, pelas linhas que determinamos como limites. Na maioria são pequenos lavradores, gente humilde, e que de muito bom grado se conformaram de passarem a ser moradores agregados do Posto. E, até por que quando ali se arrancharam já foi sabendo que estavam em terras dos índios. Outros porém e com esses os fazendeiros, não quiseram de maneira alguma se conformar com semelhante situação alegando serem donos legítimos das terras que ocupavam. E... o que é mais interessante, nenhum apresenta títulos comprobatórios dos direitos alegados! Ademais, a nós não cabia atender a essas pretensões descabidas, até porque, tínhamos um traçado para executar e era o que nos interessava. . (COELHO, 1938)

Aconteceu mesmo que logo no primeiro dia de trabalho, 15 de dezembro, apareceu na nossa linha de rumo um grande grupo de homens, tendo à frente o principal negociante de Jacarecy, João José de Souza e que nos fez a seguinte proposta em nome de todos: forneciam-nos uma turma de 30 homens para trabalhar de graça até final do serviço, contanto que as nossas linhas obedecessem à orientação dada por eles. E a nossa resposta foi enérgica e imediata: respondemos-lhes que tínhamos o dinheiro suficiente para custear as despesas com o serviço e que o nosso guia na orientação a seguirmos seria sempre o nosso instrumento obedecendo à nossa consciência. Como se vê, a proposta que nos fizeram foi ao mesmo tempo

ingênua e tendenciosa, mas a nossa resposta foi desconcertante para eles e podemos assim prosseguir no nosso rumo sem maiores embaraços. De vez em quando porém surgiam novas tentativas, com insinuações não muito recomendáveis e ao que respondíamos sempre com prudência mas com altivez. Os pedidos eram verdadeiramente chocantes, enquanto uns pediam para livrarmos as suas roças, outros pediam para que as suas fossem envolvidas na medição alegando preferirem depender do Posto. . (COELHO, 1938)

Três foram os possuidores de medições envolvidas na área dos índios e que não se conformaram em ficar como arrendatários, ou agregados do Posto: Dr. Prisco Passos Viana, Snr. Deoclides Pereira Garcia e Dr. Olavo Batista. O primeiro, Dr. Prisco Viana, que já é grande fazendeiro em outros pontos da zona, escreveu-nos longa carta alegando os seus direitos, e da qual destacamos os seguintes trecho:

“as medições que tenho á margem esquerda do Rio Pardo e que se limitam com o Posto Paraguassú foram judicialmente registradas, antes do decreto do governo do Estado concedendo aos índios e horto florestal a área de 50 léguas quadradas”. E, mais adiante: “as três grandes posses a que me refiro, ficarão dentro da medição que V. As. Procede, a não ser que decendo o rumo da do Ser. Cel Deoclides Garcia vá até o Rio Pardo e Dai subindo” etc. Como vemos ele mesmo declara que são três grandes medições e até pretendeu nos orientar ou insinuar na maneira de fazer a medição deixando as suas “três grandes posses” fora da medição dos índios.

Por outro lado o Snr. Deoclides Gracia que é abastado fazendeiro da margem direita do Rio Pardo, desde a Lagarta até defronte mais ou menos do Tombo d’Areia, ainda fez uma grande medição na margem esquerda do citado Rio, desde a Lagarta até mais ou menos um quilômetro abaixo do Posto Ajuricaba e se estendendo para o centro até a Roça da Água Branca. Dele recebemos também uma carta datada de 16 de abril e de que destacamos este trecho: “Informado de que V. Sa. Se acha nesta zona em serviço de medição, venho com a devida vênua trazer ao vosso conhecimento que logo junto ao posto indígena (refere-se naturalmente ao Posto “Ajuricaba”) tenho uma medição de 906Hc. 18 a. 38c. cujos terrenos foram registrados em conformidade com a Lei de 2 de julho de 1891 e devidamente titulados, cujos títulos são datados de 11 de Dezembro de 1933 e tem os nºs 682 e 683. Estou informado mais de que V. Sa. não atende pedidos, no caso vertente, porém não se trata de pedido e sim de um direito líquido e certo”, etc. . (COELHO, 1938)

Ademais, seria impossível deixar as medições do Dr. Prisco e do Snr. Garcia fora da área reservada aos índios, até porque neste caso, os terrenos dos índios ficariam apenas com um pequeno trecho da margem do rio Pardo na sede do Posto Ajuricaba, impressado entre os dois referidos fazendeiros. E, além de tudo isso, seria não observarmos as instruções que recebemos para a execução do serviço, instruções estas que nos davam o direito de modificar as linhas do traçado, menos o trecho limitado pelo Rio Pardo, o que já tivemos ocasião de dizer. Temos mais ainda em nosso poder copias dos embargos que foram feitos pelo Posto aos Snr. Dr. Prisco Viana e Deoclides Garcia, e pelos mesmo desatendidos na ocasião das medições em questão. A disposição de V. Exa estarão, para qualquer necessidade, não só essas copias mas também as cartas citadas. . (COELHO, 1938)

Houve lugares, entretanto, o que aliás era quase comum, onde para se fazer a largura de 3 metros éramos obrigados a cortar madeira distante 5 a 10 metros do eixo de linha, tal era o entrelaçado do cipó que ligava umas às outras. E, levando-se em conta a grande altura dessas árvores, pode-se fazer um ligeiro juízo do perigo iminente que corríamos, todos, de sermos atingidos pelos galhos desviados na queda, pelos cipós. Os desastres ali são muito comuns nas derribas, e só mesmo por uma grande felicidade nossa, não verificamos senão acidentes de pouca importância.

Foram enormes, repito, os embaraços que encontramos no desempenho de nossa tarefa: Zona acidentadíssima; bastante chuva; difícil e penoso transporte; desânimo constante de alguns da turma; escassez de gêneros alimentícios; e, enfim, uma série de outras tantas coisas que bem revelam o espírito de sacrifícios a que estávamos submetidos. . (COELHO, 1938)

Houve momentos, mesmo que se não fosse o nosso capricho de jamais deixarmos um serviço no meio, pelas suas dificuldades, teríamos fracassado e renunciado à terrível prebenda que nos deram. Graças a Deus, porém, tivemos ainda bastante força de vontade para suportar com resignação e coragem os sérios momentos de contrariedades e apreensão que nos assaltavam o espírito, muitas vezes roubando-nos o sono.

E a falta de conforto, a promiscuidade a que éramos forçados submetemos, morando em barracas de lonas, em noites de temporais tremendos, acompanhados de verdadeiros estrondos caudados pelas gigantescas árvores que arrancadas levavam outras tantas no seu caminho, era tudo isto, não resta dúvida, um exemplo do que passamos. E, algumas vezes tivemos de fazer das fraquezas força, para encorajarmos a turma desanimada, marchando à sua frente, reanimando-a com o nosso exemplo de despreendimento. Constantemente saíamos do acampamento já debaixo de chuva, trabalhávamos o dia inteiro molhados e voltávamos à noite bastante acabrunhados.

O celebre impaludismo do Rio Pardo era o terror para todos. Graças porém às precauções que tomamos, obrigando o nosso pessoal a fazer uso

periódico e constante do quimino, pela manhã em jejum, e não dormir com roupa molhada, podemos tirar a prova do quanto vale a medicina preventiva e podemos ainda cantar a vitória que os filhos de lá não cantam. Estivemos acampados nas margens desse rio, usando as suas barrentas águas, não só para o banho, mas também para todas as demais necessidades nossas, e de lá saímos sem nada sofreremos. (COELHO, 1938 Grifos do autor)